CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Relatório da Administração

1. *Resumo da Companhia*

A Captalys foi fundada em 2010 como uma empresa dedicada a desintermediação financeira no mercado de crédito. Conectamos investidores e tomadores de crédito de maneira inteligente e escalável. Desde seu início, a Captalys busca desenvolver soluções para crédito inovadoras, simples o suficiente para serem oferecidas digitalmente em escala para consumidores e empresas de menor porte, usando algoritmos proprietários de análise, monitoramento e controle de risco de crédito e tecnologia própria que facilite pagamentos e minimize inadimplência. Focada em fomentar a participação do mercado de capitais no mercado de crédito de forma ampla, a plataforma da Captalys busca proporcionar ganhos positivos para nossos três principais grupos de usuários: (1) originadores de crédito, (2) tomadores de crédito (pessoas físicas e jurídicas); e (3) investidores. Desta forma, nossas tecnologias e serviços provêm soluções únicas para cada um destes mercados.

A Captalys busca reinventar o modelo de negócios tradicional de crédito criando uma plataforma que serve todos os seus segmentos de mercado, inclusive os investidores que são clientes, não fornecedores. Assim, alinhamos os nossos interesses com os interesses do mercado de capitais e transformamos o *funding* em um centro gerador de receitas ao invés de centro de custo.

2. Evolução da companhia

Acreditamos que o mundo prestes a passar por uma mudança sísmica no setor de serviços financeiros e estamos confiantes que continuaremos a liderar a transformação dos mercados de crédito no Brasil. Entre as maiores e mais relevantes mudanças é a democratização da distribuição de crédito. A Captalys segue a linha de frente desta revolução que chama de *"embedded credit"* no país. Com o desenvolvimento da Companhia ao longo destes anos, diversas empresas de todos os tamanhos passaram a utilizar nossos APIs para operacionalizar seus programas de crédito. Desde empréstimos com garantia de investimento (*"margin loans"*) até crédito com lastro em recebíveis futuros de cartão de crédito, nossa tecnologia possibilita que empresas oferecem os produtos que melhor atendam às necessidades dos tomadores a quem desejam oferecer crédito enquanto também ajudam a alavancar seus negócios principais. Nos 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021, R$13,8 bilhões, mais de 5,4 milhões de empréstimos, e mais de uma dezena de produtos de crédito diferentes foram desembolsados pelos programas de crédito apoiados pela Captalys. No total, foram R$ 27,1 bilhões processados (desembolsos + liquidação) pela plataforma da Companhia no mesmo período. Os recursos dos empréstimos são oriundos por meio de fundos geridos e/ou administrados pela Captalys, inclusive por fundos sob a gestão da Captalys Asset Management ("CAM"), a premiada gestora de ativos de crédito da Captalys. Com mais de 10 anos de histórico de investimentos em carteiras de empréstimos para pequenas e médias empresas ("PMEs") e consumidores, a CAM desenvolveu algoritmos sofisticados de análise de risco e precificação com base em dados de desempenho de empréstimos de mais de 4 milhões de tomadores em mais de 70 setores econômicos diferentes. Para estes originadores que buscam um investidor para financiar seus programas de crédito, os APIs e serviços de crédito da Captalys junto ao capital dos fundos da CAM fornece um verdadeiro modelo "one-stop-shop", seja, uma solução completa de crédito. Para os investidores dos fundos da CAM, esta combinação promove acesso privilegiado a ativos de crédito não disponíveis no mercado, todos precificados por algoritmos proprietários.

3. Modelo de Negócios

As receitas da Captalys são provenientes de diversas taxas cobradas e não receitas financeiras. Os valores pagos sobre os empréstimos são repassados inteiramente para nossos investidores dos fundos e/ou produtos de investimento da Captalys, que, por sua vez, pagam à Captalys uma taxa para gerir seu capital. Nosso modelo é lucrativo independentemente de alavancagem ou dos mercados de securitização, otimizando o alinhamento de interesses de credores e devedores. Acreditamos que nosso modelo de negócios disruptivo, apoiado em uma plataforma que acreditamos satisfazer as necessidades e desejos dos provedores e tomadores de capital, permite transformar a forma como os agentes econômicos se relacionam com o crédito e de catalisar o desenvolvimento econômico das partes. Estas são as premissas fundamentais que nos orientam e que nos movem para continuarmos expandindo e democratizando o acesso a um modelo alternativo e sustentável para o mercado de soluções de crédito, através de nossas principais avenidas de crescimento: • Ampliação da distribuição de crédito, para que mais pessoas e empresas possam ter acesso a crédito; • Precificação cada vez mais assertiva de ativos crédito, fornecendo produtos competitivos para tomadores e retornos sustentáveis para investidores; • Expansão do nosso portfólio de fundos de crédito privado, para criar mais produtos que atendem as necessidades de um leque de investidores cada vez maior; • Inovação contínua e expansão do nosso ecossistema. ***3.1. Estrutura de Capital:*** A Captalys e suas controladas seguem conduzindo seus negócios substancialmente com capital próprio e reservas. No entanto, conforme pontuado neste relatório, estamos focados em alavancar o crescimento da Companhia investindo constantemente em melhorias e inovações e para isso contamos com o suporte de capital de terceiros. Com isso, levantamos recursos através de uma emissão de debêntures celebrada em abril de 2021. Este Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única da Companhia, no montante de R$90 milhões, possui vencimento final em 6 (seis) anos, contados a partir da data da integralização ocorrida em 30 de abril de 2021. As debêntures serão remuneradas a partir da data da integralização com juros equivalentes a 100% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI acrescida de 6,5% ao ano e será paga em 36 parcelas mensais iguais e sucessivas, a partir do início do quarto ano.

4.. Cenário Macroeconômico

O ano de 2021 foi desafiador para o país, marcado por incertezas globais, elevação da taxa de juros e altas na inflação - fatos que fizeram muitos repensar as estratégias já planejadas. Com o primeiro semestre atravessando um dos períodos mais críticos da pandemia de COVID-19, foi necessário reforçar as medidas de prevenção, como o isolamento, o que gerou impactos negativos na economia do país e do mundo. No segundo semestre, houve um avanço significativo no processo de vacinação o que reduziu as internações e óbitos e possibilitou que diversos setores da economia começassem a retomar as atividades. Apesar das perspectivas de melhora adiante, os ânimos esfriaram com a alta da inflação e dos juros que pressionou a renda disponível da população e desacelerou o crescimento do consumo de bens e serviços. A volatilidade no mercado de capitais e cambial também teve destaque em 2021, principalmente perante o cenário interno de risco fiscal. O mercado de crédito, no entanto, apresentou expansão neste período. Com a retomada de diversos negócios, muitos empreendedores precisaram investir no desenvolvimento e adaptação do modelo de negócios, aumentando a necessidade de capital de giro através de produtos de crédito. Neste contexto a Captalys conseguiu ampliar a oferta de seus produtos no mercado, atendendo as necessidades, principalmente das pequenas e médias empresas - resultando em um aumento de 133% no volume de crédito processado e alavancagem na estruturação de fundos de direitos creditórios pela Companhia de suas controladas.

5. Perspectivas para 2022

A Captalys iniciou 2022 com um planejamento estratégico robusto acerca dos próximos passos, dando continuidade ao desenvolvimento de suas operações, buscando sempre soluções ótimas que democratizem o acesso ao crédito, viabilizando novas originações através de diversos canais e uso de tecnologia, formando carteiras diversificadas e alavancando a estruturação e colocação de novos fundos de direitos creditórios no mercado. Desta forma, a Companhia acredita que contribuirá ativamente para o crescimento do país como um todo. Como um mercado ainda em estágio inicial, a maioria das empresas ainda está considerando ou apenas iniciando seus programas de *embedded credit*. Acreditamos que nosso mercado se expandirá exponencialmente à medida que as empresas desfrutem de todos os benefícios de incorporar soluções de *embedded credit* ao seu produto principal. Com originação de novos negócios, aumento do volume de recursos sob gestão e planejamento bem direcionado, a Companhia e suas controladas visam o crescimento sustentável, gerando valor a todos os envolvidos em sua cadeia de valor.

6. Gestão da Companhia

As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria podendo ser composta de 2 (dois) a 7 (sete) membros e por um Conselho de Administração composto por 04 membros. Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, sendo destituíveis a qualquer tempo. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos. A Assembleia Geral também é responsável por nomear o Presidente do Conselho de Administração. Tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração se reuniram tempestivamente durante todo o ano de 2021 para definir a orientação de negócios da Companhia e aprovar as ações necessárias para operacionalização dos planos de negócios.

7. Relacionamento com auditores independentes

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

8. Agradecimentos

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança, bem como a todos os nossos colaboradores.

São Paulo, 7 de março de 2022

À Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.857	1.305	5.950	3.016
Contas a receber de clientes	5	3.043	2.706	17.768	20.222
Aplicações financeiras	7	37.372	7.547	37.372	7.547
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.a	191	3.733	2.744	4.328
Outros tributos a recuperar	6.b	820	323	1.377	773
Rateio de despesas intragrupo a receber	18	53.527	3.140	-	-
Dividendos a receber	18	2.757	2.757	-	-
Mútuos a receber	8	6.155	5.005	5.409	4.484
Outros créditos	9	6.392	4.636	17.444	15.501
Outros valores e bens		4.370	-	4.377	9
		116.484	**31.152**	**92.441**	**55.880**
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	29.c	8.103	3.506	22.652	3.613
Mútuos a receber	8	2.537	2.670	2.537	2.670
		10.640	**6.176**	**25.189**	**6.283**
Investimentos em coligadas e controladas	10	6.634	27.163	-	-
Imobilizado	11.a	13.676	3.069	14.971	5.171
Intangível	11.b	18.536	8.390	46.440	37.086
		38.846	**38.622**	**61.411**	**42.257**
Total do ativo		**165.970**	**75.950**	**179.041**	**104.420**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Contas a pagar	12	10.302	10.406	11.024	12.892
Tributos a recolher	13	1.909	6.861	7.210	10.078
Mútuos a pagar	14	-	1.514	-	-
Antecipação de lucros	15	-	5.084	-	-
Arrendamentos	19	3.606	-	3.823	489
Dividendos a pagar	22.f	-	2.400	551	6.071
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	6.336
Debêntures	17	554	-	554	-
Obrigações por aquisição de investimentos	2.f	8.602	9.628	8.602	9.628
Obrigações trabalhistas e sociais	20	9.758	6.131	10.744	6.794
		34.731	**42.024**	**42.508**	**52.288**
Não circulante					
Dividendos a pagar	22.f	-	3.399	-	3.399
Arrendamentos	19	8.568	-	8.713	1.058
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	14.302
Debêntures	17	88.906	-	88.906	-
Obrigações por aquisição de investimentos	2.f	-	9.009	-	9.009
Provisão para contingências	21	1.069	-	1.140	313
Passivo fiscal diferido	29.c	-	-	763	412
		98.543	**12.408**	**99.522**	**28.493**
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	102.713	62.710	102.713	62.710
Reservas de capital		9.997	6.432	9.997	6.432
Transações de capital	22.c	(5.199)	(4.714)	(5.199)	(4.714)
Prejuízos acumulados		(47.372)	(15.412)	(47.372)	(15.412)
Ajuste de avaliação patrimonial	22.e	372	317	372	317
Ações em Tesouraria	22.d	(27.815)	(27.815)	(27.815)	(27.815)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**32.696**	**21.518**	**32.696**	**21.518**
Participação de não controladores	24	-	-	4.315	2.121
Total do patrimônio líquido		**32.696**	**21.518**	**37.011**	**23.639**
Total do passivo e patrimônio líquido		**165.970**	**75.950**	**179.041**	**104.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta da atividade		17.468	10.023	104.413	86.622
(-) Impostos Diretos		(2.037)	(1.240)	(10.854)	(8.778)
Receita operacional líquida	25	**15.431**	**8.783**	**93.559**	**77.844**
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(27.574)	(21.049)	(133.335)	(92.081)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(15.671)	(7.788)	-	-
Outras receitas operacionais	27	1.223	614	3.386	768
Outras despesas operacionais	27	(5.207)	(402)	(5.994)	(1.291)
Despesa de provisão para perdas esperadas	5	(79)	(203)	(209)	(875)
		(47.308)	**(28.828)**	**(136.152)**	**(93.479)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(31.877)**	**(20.045)**	**(42.593)**	**(15.635)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	3.872	18.418	4.047	18.298
Despesas financeiras	28	(8.552)	(19.933)	(9.648)	(20.984)
		(4.680)	**(1.515)**	**(5.601)**	**(2.686)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(36.557)**	**(21.560)**	**(48.194)**	**(18.321)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	-	(5.278)	(2.079)	(7.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	4.597	9.188	18.688	8.881
		4.597	**3.910**	**16.609**	**1.351**
Prejuízo do período		**(31.960)**	**(17.650)**	**(31.585)**	**(16.970)**
Resultado atribuível à:					
Controladores				(31.960)	(17.650)
Não controladores				375	680
(Prejuízo)/Lucro básico e diluído por ação atribuível a controladores - R$ mil (nota 30)				(1,4656)	(1,1566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	**(31.960)**	**(17.650)**	**(31.585)**	**(16.970)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investimentos no exterior	55	298	55	298
Total do resultado abrangente do período	**(31.905)**	**(17.352)**	**(31.530)**	**(16.672)**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	(31.905)	(17.352)	(31.905)	(17.352)
Não controladores	-	-	375	680
	(31.905)	**(17.352)**	**(31.530)**	**(16.672)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 31.12.2021	Controladora 31.12.2020	Consolidado 31.12.2021	Consolidado 31.12.2020
Receitas				
Receita bruta da atividade	17.468	10.023	104.413	86.622
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(79)	(203)	(209)	(875)
	17.389	**9.820**	**104.204**	**85.747**
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(28.644)	(12.631)	(38.127)	(19.863)
Materiais, Energia e Outros	(12.048)	(6.303)	(15.612)	(10.687)
Viagens	(269)	(230)	(325)	(2.777)
	(40.961)	**(19.164)**	**(54.064)**	**(33.327)**
Valor adicionado bruto	**(23.572)**	**(9.344)**	**50.140**	**52.420**
Depreciação e amortização	**(6.548)**	**(2.738)**	**(7.438)**	**(3.801)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(30.120)**	**(12.082)**	**42.702**	**48.619**
Valor adicionado recebido em transferência				
Rateio de despesas da controladora	79.207	44.437	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(15.671)	(7.788)	-	-
Receitas financeiras	3.872	18.418	4.047	18.298
Outros	(3.984)	212	(2.608)	(523)
	63.424	**55.279**	**1.439**	**17.775**
Valor adicionado total a distribuir	**33.303**	**43.197**	**44.141**	**66.394**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**(51.098)**	**(37.620)**	**(61.247)**	**(46.346)**
Impostos, taxas e contribuições	**(4.489)**	**(2.323)**	**(3.429)**	**(14.860)**
Remuneração de capitais de terceiros	**(9.675)**	**(20.904)**	**(11.050)**	**(22.158)**
Juros	(8.552)	(19.933)	(9.648)	(20.984)
Aluguéis	(1.123)	(971)	(1.402)	(1.174)
Remuneração de capitais próprios	**31.960**	**17.650**	**31.585**	**16.970**
Resultados dos exercícios	31.960	17.650	31.585	16.970
Valor adicionado distribuído	**(33.303)**	**(43.197)**	**(44.141)**	**(66.394)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(31.960)**	**(17.650)**	**(31.585)**	**(16.970)**
Ajustes para:				
Depreciações/Amortizações (nota explicativa n° 26)	6.548	2.738	7.438	3.801
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.597)	(9.188)	(18.688)	(8.881)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	5.278	2.079	7.530
Perdas para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 5)	79	203	209	875
Redução ao valor recuperável sobre ágio pago na aquisição de investimentos	818	-	818	
Provisão para processos judiciais (nota explicativa n° 21)	1.069	-	827	313
Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações (nota explicativa n° 34)	2.044	6.432	2.044	6.432
Despesas (receitas) financeiras líquidas	4.033	1.660	4.139	2.458
Resultado de equivalência patrimonial (nota explicativa n° 10)	15.671	7.788	-	-
	(6.294)	**(2.739)**	**(32.718)**	**(4.442)**
Variação nos ativos e passivos:				
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	(337)	(1.297)	2.454	(8.250)
(Aumento)/Diminuição em outros tributos a recuperar	(497)	(161)	(604)	(515)
(Aumento)/Diminuição líquido em rateios intragrupo a receber	(50.387)	(3.140)	-	-
(Aumento)/Diminuição em outros créditos	333	(1.691)	73	(454)
(Aumento)/Diminuição em outros valores e bens	(4.370)	-	(4.368)	1
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	(104)	1.275	(1.868)	190
Aumento/(Diminuição) em outros tributos	326	974	999	(325)
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	3.627	2.609	3.950	3.088
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(57.703)**	**(4.170)**	**(32.082)**	**(10.707)**
Juros pagos	(7.337)	-	(8.092)	(109)
Impostos pagos sobre o lucro	(1.736)	(3.486)	(2.283)	(4.073)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(66.776)**	**(7.656)**	**(42.457)**	**(14.889)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Devolução de dividendos à controlada	(5.084)	-	-	-
Contraprestação contingente por aquisição de investimentos (nota explicativa n° 2.f)	(8.771)	-	(8.771)	-
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido (nota explicativa n° 2.f)	-	(5.780)	-	(5.780)
Aumento de capital em investidas (nota explicativa n° 10)	(351)	(2.760)	-	-
Redução de capital em investidas (nota explicativa n° 10)	393	-	-	-
(Aquisição) no imobilizado (nota explicativa n° 11)	(2.292)	(2.997)	(2.634)	(3.163)
Alienação do imobilizado (nota explicativa n° 11)	1.182	-	1.182	-
(Aquisição) no Intangível (nota explicativa n° 11)	(13.242)	(6.778)	(15.350)	(7.112)
(Aumento) em aplicações financeiras	(65.000)	-	(65.000)	(8.085)
Diminuição em aplicações	40.985	13.234	40.985	-
(Aumento) em mútuos a receber	(640)	-	-	-
Diminuição em mútuos a receber	736	2.124	215	2.185
Lucros recebidos antecipadamente	-	5.084	-	-
Recebimento de dividendos	1.858	8.603	-	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(50.226)**	**10.730**	**(49.373)**	**(21.955)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	-	-	(20.000)	20.000
Debêntures emitidas	90.000	-	90.000	-
Recursos provenientes de mútuos a pagar	(1.514)	1.514	-	-
Aumento de capital	36.823	-	36.823	-
Aquisição de participação de não controladores	-	(300)	-	(300)
Recompra de ações próprias	-	(46)	-	(46)
Aumento/(Diminuição) em arrendamentos (nota explicativa n° 19)	-	-	(394)	(410)
Pagamento de dividendos intermediários nos exercícios - PNB (nota explicativa n° 22.f)	(1.955)	(2.795)	(1.955)	(2.795)
Dividendos pagos no exercício (notas explicativas n° 22.f e n° 24)	(5.799)	(201)	(9.709)	(1.775)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**117.555**	**(1.828)**	**94.765**	**14.674**
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**552**	**1.246**	**2.934**	**(22.170)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.305	59	3.016	25.186
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.857	1.305	5.950	3.016
	552	**1.246**	**2.934**	**(22.170)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social: Capital subscrito	Capital social: Ações em tesouraria	Capital social: Transações de Capital	Reserva de Capital: Plano de opção baseado em ações	Reserva de Capital: Opção de conversão em ações	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a Realizar	Prejuízos acumulados	Outros resultados Abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020		**34.941**	**-**	**530**	**-**	**-**	**246**	**1.994**	**(2)**	**19**	**37.728**	**(328)**	**37.400**
Aumento de capital - Classe ON	22.a	5.954	-	-	-	-	-	-	-	-	5.954	-	**5.954**
Aumento de capital - Classe PNA	22.a	21.815	-	-	-	-	-	-	-	-	21.815	-	**21.815**
Transações de capital com sócios		-	-	(4.944)	-	-	-	-	-	-	(4.944)	-	**(4.944)**
Plano de opções de compra de ações		-	-	-	6.432	-	-	-	-	-	6.432	-	**6.432**
Ações em tesouraria		-	(27.815)	-	-	-	-	-	-	-	(27.815)	-	**(27.815)**
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(17.650)	-	(17.650)	680	**(16.970)**
Absorção de prejuízos		-	-	-	-	-	(246)	(1.994)	2.240	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	298	298	-	**298**
Mudança na participação de não-controladores		-	-	(300)	-	-	-	-	-	-	(300)	1.769	**1.469**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**62.710**	**(27.815)**	**(4.714)**	**6.432**	**-**	**-**	**-**	**(15.412)**	**317**	**21.518**	**2.121**	**23.639**
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**62.710**	**(27.815)**	**(4.714)**	**6.432**	**-**	**-**	**-**	**(15.412)**	**317**	**21.518**	**2.121**	**23.639**
Aumento de capital - Classe ON	22.a	35.002	-	-	-	-	-	-	-	-	35.002	-	35.002
Aumento de capital - Classe PNA	22.a	5.001	-	-	-	-	-	-	-	-	5.001	-	5.001
Transações de capital com sócios		-	-	(485)	-	-	-	-	-	-	(485)	-	(485)
Plano de opções de compra de ações	34	-	-	-	2.044	-	-	-	-	-	2.044	-	2.044
Opção de conversão em ações	17	-	-	-	-	1.521	-	-	-	-	1.521	-	1.521
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(31.960)	-	(31.960)	375	(31.585)
Variação cambial de investimentos no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	-	55	55	-	55
Mudança na participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819	1.819
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**102.713**	**(27.815)**	**(5.199)**	**8.476**	**1.521**	**-**	**-**	**(47.372)**	**372**	**32.696**	**4.315**	**37.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Captalys Companhia de Crédito ("Companhia") é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispostos no Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores. **A Companhia tem por objeto social:** • Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial de natureza financeira; • Administração, negociação e gestão de ativos financeiros; • Participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, quotista ou acionista; e • Administração de ativos e de valores mobiliários próprios. A Companhia atualmente sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.285 - 7º andar, conjuntos 71 e 72, na cidade de São Paulo estava anteriormente instalada à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017 - 10º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. Em 04 de março de 2020, a Companhia adquiriu 88,50% das ações e do controle da IDTrust Tecnologia de Software Ltda. ("IDTrust") no capital votante dessa entidade. A IDTrust é uma empresa que fornece soluções tecnológicas para o mercado financeiro criando operações estruturadas em formato digital. A Companhia adquiriu o investimento pelo valor total de R$ 29.075, cujo montante descontado a valor presente totalizava R$ 25.977. A forma de pagamento e os detalhes do preço da transação estão detalhados na nota explicativa n° 2.f. Abaixo apresentamos um resumo das empresas controladas pela Companhia, bem como seus percentuais de participação:

Empresa/Fundo	Moeda funcional	País	Atividade	Participação	Participação % no capital 2021	Participação % no capital 2020
No País						
Captalys Gestão Ltda. (a)	Real	Brasil	Gestão de fundos	Direta	99,90%	99,90%
Captalys Serviços de Crédito Ltda. (b)	Real	Brasil	Serviços de Cobrança	Direta	99,99%	99,99%
IDTrust Tecnologia de Software Ltda. (c)	Real	Brasil	Serviços e tecnologia	Direta	88,50%	88,50%
Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. (d)	Real	Brasil	Serviços no segmento de crédito imobiliário	Direta	62,63%	62,63%
Captalys Pagamentos Ltda.	Real	Brasil	Serviços de pagamentos	Indireta	99,89%	99,89%
Plataforma Soluções de Tecnologia Ltda. (e)	Real	Brasil	Serviços de tecnologia	Direta	99,90%	99,90%
Pag-Agro Tecnologia e Consultoria Ltda. (f)	Real	Brasil	Serviços no segmento de crédito	Direta	100,00%	-
No Exterior						
Captalys Asset Management Ltd. (g)	Dólar	Ilhas Cayman	Gestão de fundos	Direta	100,00%	100,00%
Captalys México S.A.P.I. C.V. SOFOM (h)	Peso Mexicano	México	Serviços de crédito	Direta	99,75%	99,75%

a. Captalys Gestão Ltda. ("Captalys Gestão ou Gestora"): A Captalys Gestão tem por objetivo exercer a atividade de administração e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, inclusive a carteira de fundos de investimento. ***(i) Fundos de investimento:*** A Captalys Gestão Ltda. ("Gestora") é responsável pela gestão de fundos de investimento. A Gestora cria, comercializa e gere os fundos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que são destinados a investidores qualificados, de acordo com parâmetros previstos no Regulamento dos fundos, conforme exigido pelas regulamentações emitidas pela CVM. Os fundos são comercializados a investidores como investimento em carteira de crédito diversificada. Dentro dos parâmetros definidos no regulamento dos fundos, a Gestora tem poder discricionário em relação aos ativos nos quais investir, desde que respeitado os limites estabelecidos nos regulamentos dos fundos. A Gestora não possui investimento em cotas dos fundos geridos em 31 de dezembro de 2021, apenas recebe a taxa contratual para seus serviços de gestão que varia, de acordo com um percentual do patrimônio líquido dos fundos geridos. A Gestora não tem nenhuma obrigação de financiar perdas dos fundos geridos. Os investidores não detêm nenhum direito substantivo que afete a autoridade de tomada de decisões da Gestora, mas quando aplicável e permitido pelo regulamento dos fundos, podem resgatar suas participações dentro de limites específicos fixados pelos respectivos regulamentos. A Gestora opera de acordo com as exigências regulatórias da CVM, tem direitos de tomada de decisões que lhes dão a capacidade atual de dirigir as atividades de investimento e de desinvestimento dos fundos geridos. A Gestora recebe uma remuneração por seus serviços, a qual é estabelecida em contrato de serviços prestados, e pode variar, de acordo com o patrimônio líquido dos fundos geridos. A remuneração da Gestora a expõem à variabilidade de retornos decorrentes das atividades dos fundos, uma vez que tal remuneração é calculada a partir do patrimônio líquido dos fundos geridos. As atividades realizadas pela Gestora são permitidas, de acordo com o contrato de prestação de serviços de gestão, e não criam exposição de importância tal que indique que a Gestora dos fundos é a principal tomadora de decisões. Assim, a administração do Grupo conclui que não controla os fundos geridos. ***b. Captalys Serviços de Crédito Ltda. ("Captalys Serviços"):*** A Captalys Serviços tem como objetivo: a) consultoria e assessoria empresarial que não necessite de profissão regularmente (atividade principal); b) análise e seleção de operações creditícias; c) cadastramento de bancos de dados relacionados a pessoas físicas e jurídicas; d) análise, guarda e depósito de documentos; e) prestação de serviços de cobrança extrajudiciais; e f) participação em consórcios e/ou outras sociedades brasileiras ou estrangeiras como sócia-quotista e/ou acionista. ***c. IDTrust Tecnologia de Software Ltda. ("IDTrust"):*** A IDTrust tem como objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento, assessoria, consultoria, locação e licenciamento de software em geral, serviços de entrada, transcrição e tratamento de dados para processamento e guarda de documentos de forma eletrônica. ***d. Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. ("Certificadora"):*** A Certificadora tem como objetivo a: (a) exercer as atividades de assessoria e consultoria na originação, cessão, aquisição, cobrança, monitoramento e fiscalização de contratos e promessas de compra e venda de imóveis, bem como de títulos e/ou certificados representativos dos referidos instrumentos; (b) participar no capital de outras empresas, inclusive de companhias securitizadoras de créditos imobiliários, como sócia, acionista ou quotista; bem como (c) prestar serviços de: (i) guarda de documentos, agente registrador e custodiante de títulos e/ou certificados representativos de créditos imobiliários; (ii) proteção e defesa dos direitos e interesses de investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, agente fiscalizador ou demais funções que tenham por objeto o mesmo fim; e (iii) cobrança extrajudicial e recebimento de créditos imobiliários. ***e. Plataforma Soluções de Tecnologia Ltda. ("Plataforma"):*** A Plataforma foi constituída para prestar serviços de fornecimento de soluções de tecnologia, consultoria e *marketing*. Até 31 de dezembro de 2021 a Plataforma não possui operações. ***f. Pag-Agro Tecnologia e Consultoria Ltda. ("Pag-Agro"):*** A sociedade tem por objeto (a) atividades de correspondentes de instituições financeiras de operadores do agronegócio; (b) prestação de serviços de análise e aprovação de crédito; (c) prestação de serviços de intermediação e promoção na obtenção de crédito ou empréstimos; (d) atividades de consultoria e assessoria financeira e creditícia; e (e) serviços de tecnologia de integração de plataformas eletrônicas de pagamentos e comércio eletrônicos. ***g. Captalys Asset Management Ltd. ("Captalys Asset"):*** A Captalys Asset tem por objetivo exercer a atividade de administração e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários de fundos de investimento sediados no exterior. ***h. Captalys México S.A.P.I. C.V. SOFOM ("Captalys México"):*** A Captalys México tem por objetivo a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial de natureza financeira para empresas localizadas no México. A empresa encontra-se em fase pré-operacional não tendo iniciado suas operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB") e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 7 de março de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **c. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** A demonstração do valor adicionado não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **nota explicativa n° 1.a (i)** - consolidação: determinação se o Grupo detém controle sobre os fundos geridos pela Captalys Gestão Ltda.; • **nota explicativa n° 11.c** - recuperabilidade do ágio: determinação das premissas utilizadas nos fluxos de caixa futuros esperados da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"); • **nota explicativa n° 17** - determinação de empresas comparáveis que emitiram debêntures não conversíveis para cálculo da taxa de desconto de mercado e do valor justo do componente passivo de instrumentos compostos ***(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão relacionadas as seguintes notas explicativas: • **notas explicativas n° 3.i. e 11.c.** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas subjacentes aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). • **nota explicativa n° 17** - determinação de empresas comparáveis que emitiram debêntures não conversíveis para cálculo da taxa de desconto de mercado e do valor justo do componente passivo de instrumentos compostos. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa n° 31 - instrumentos financeiros e item (f) - Aquisição de controlada, desta nota explicativa. **e. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo; **f. Aquisição de controlada: *(i) IDTrust Tecnologia de Software Ltda. ("IDTrust"):*** Em 04 de março de 2020 houve a aquisição da IDTrust, empresa fundada em 2015 e sediada na cidade de Ribeirão Preto. A IDTrust é uma empresa que fornece soluções tecnológicas para o mercado financeiro criando operações estruturadas em formato digital. A IDTrust não realiza operações de crédito, mas desenvolve tecnologia para facilitar o acesso ao crédito com soluções de financiamento e capital de giro permitindo que empresas, instituições financeiras e FIDCs, possam se relacionar em um ambiente seguro, estável e com capacidade para altos volumes de transações. A Companhia adquiriu 88,50% do controle da IDTrust, que também representa o capital votante, pelo valor total de R$ 29.075, valor este que ajustado a valor presente totalizava R$ 25.977, portanto, um ajuste a valor presente no montante de R$ 3.098. Este valor de R$ 25.977 representa a parcela paga em caixa durante o exercício de 2020 e os pagamentos a prazo (*earn out*), registrados a título de "Obrigações por aquisição de investimento" no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020. Este montante era composto por: **(a)** Entrada de R$ 9.000, sendo: • R$ 6.000 pagos à vista, imediatamente após a assinatura do contrato; e • R$ 3.000 pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira em 30 de março de 2020 e as demais no último dia útil dos meses subsequentes. **(b)** Preço de aquisição foi ajustado a valor presente em R$ 3.098, totalizando o valor de R$ 16.977, sendo: • R$ 8.771 atualizado pela taxa 11,84%, com previsão de pagamento no 1º semestre de 2021; e • R$ 8.206 atualizado pela taxa 11,84%, com previsão de pagamento no 1º semestre de 2022. (*) O pagamento dos valores do item b) acima, está sujeito ao atingimento de metas estabelecidas pela Companhia à adquirida, conforme contrato entre as partes, para os exercícios de 2020 e 2021, vide item (i) abaixo.

(i) Contraprestação transferida

	Valor
Caixa	9.000
Contraprestação contingente (*earn out*) *(ii)*	16.977
Total da contraprestação transferida	**25.977**

(ii) Contraprestação contingente: A Companhia ("compradora") concordou em pagar aos antigos acionistas da IDTrust ("vendedores") uma parcela variável do preço de compra, de acordo com o percentual de participação dos vendedores. Essa parcela variável deverá ser calculada da seguinte forma: • Parcela variável para o ano de 2020: (Faturamento de 2020 / R$ 25.000) x R$ 12.850; e • Parcela variável para o ano de 2021: (Faturamento de 2021 / R$ 32.800) x R$ 12.850. Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, o pagamento da parcela variável não deverá exceder R$ 25.700. A Companhia terá até 90 dias após encerramento de cada exercício social correspondente para apresentar o valor calculado e não havendo discordância pelos vendedores, após verificação e confirmação, o pagamento da parcela variável ocorrerá em 15 dias mediante transferência bancária. Em 31 de dezembro de 2021 a parcela variável para o ano de 2021, acrescido de juros desde a data da transação e já considerando o cálculo sobre o faturamento do ano de 2021 totaliza R$ 8.602 (R$ 18.637 em 2020). A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição. ***(iii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:*** A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Ativo	Valor justo dos ativos e passivos
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.220
Clientes	632
Outros Créditos	592
Imobilizado	345
Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios (g)	16.763
Total do ativo	**21.552**
Passivo	
Fornecedores	(559)
Salários e Encargos sociais	(374)
Outros valores a pagar	(3.000)
Receitas diferidas	(148)
Total do passivo	**(4.081)**
Total de Ativos e Passivos Líquidos	**17.471**

g. Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios

Descrição	Valor justo	Vida útil
Softwares (Tecnologia)	3.269	10 anos
Carteira de clientes	11.959	10 anos
Marca	1.476	9 anos
Cláusula de *Non Compete*	59	5 anos
Total	**16.763**	

O ágio decorrente da aquisição foi reconhecido como segue:	
Contraprestação transferida	25.977
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	1.928
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	81
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(17.471)
Ágio (i)	**10.515**

(a) O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Fluxo de pagamentos	
Valor pago à vista	6.000
Parcela de curto prazo	3.000
Parcela de longo prazo	16.977
Obrigações por aquisição de investimentos	**25.977**

h. Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data da compra: O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Companhia. A movimentação de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição abaixo:

Obrigação por aquisição de investimento	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	**18.637**	**-**
Parcela fixa	-	9.000
Parcela variável	-	16.977
Ajuste a valor justo	(225)	1.660
Valor pago no exercício	(9.810)	(9.000)
Saldo em 31 de dezembro	**8.602**	**18.637**

(i) Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Softwares -abordagem de renda - Método Relief-from-royalty;

Carteira de clientes - abordagem de renda - Multi-period earnings excess method (MEEM).

Marca - abordagem de renda - método relief-from-royalty.

Cláusula de não concorrência (Non-compete) - abordagem de renda - método comparativo de diferença de renda (with/without).

Intangível: Os ativos intangíveis, foram valorados considerando a abordagem de renda, por se entender que seja o método mais apropriado para a avaliação dos ativos que é determinado pelas expectativas de seus resultados futuros, medido pela capacidade de geração de caixa e o risco associado a esta geração, trazido a valor presente por uma taxa de desconto apropriada.

A aquisição de controle da IDTrust permitirá a Companhia aprimorar as transações da Companhia em termos de agilidade e segurança e aumentará consideravelmente a capacidade de originação no mercado de dívidas privadas e contribuir significativamente na geração de receitas. Desde a data da combinação de negócios até 31 de dezembro de 2020, a IDTrust contribuiu com uma receita total de R$ 15.682 e lucro líquido de R$ 2.604 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, a administração estima que a receita bruta consolidada e o lucro líquido não seriam materialmente diferentes daqueles apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: **a. Base de consolidação: *(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. ***(ii) Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(iii) Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iv) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Companhia destaca que não ocorreu nos exercícios de 2021 e 2020 perda de controle. ***(v) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. A Companhia destaca que não ocorreu nos exercícios de 2021 e 2020 alteração no controle das controladas no exterior. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. **e. Receitas de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. As principais fontes de receita da Companhia são: (i) prestação de serviços de gestão de fundos de investimentos decorrentes de taxas de administração e de taxas de sucesso (*performance fee*), (ii) serviços de utilização da plataforma de crédito e de estruturação de fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios; (iii) gestão de carteira e de cobrança do ramo imobiliário; e (iv) de prestação de serviços de disponibilização de plataforma tecnológica para controle e guarda de informações contratuais em operações realizadas por fundos de investimentos em direitos creditórios, conforme nota explicativa n° 24.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

...continuação

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Tipo serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de gestão de recursos/fundos	As faturas para os serviços de gestão de recursos, denominado taxa de gestão são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 30 dias. Para os contratos de taxa de performance, as faturas são emitidas ao final de cada semestre e pagas em até 30 dias. O Grupo presta serviços de gestão de ativos representados por direitos creditórios adquiridos por fundos de investimento. Os fundos usufruem dos serviços de gestão constantemente, a medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a taxa de gestão é reconhecida mensalmente. A taxa de performance só é paga quando o patrimônio do fundo gerido supera o benchmark estabelecido no regulamento do Fundo.	A taxa de gestão é reconhecida mensalmente à medida que os serviços são prestados com base no patrimônio líquido dos fundos geridos. A taxa de performance é calculada por um % multiplicado pela variação positiva do patrimônio líquido diário dos fundos geridos e do *benchmark* determinado em contrato ou no regulamento dos fundos. A taxa de performance é reconhecida quando termina o período de contagem e isto ocorre quando a empresa conhece o valor da comissão de performance a ser cobrada.
Serviços de utilização de plataforma de crédito, estruturação e originação	Os serviços de utilização de plataforma referem-se a disponibilização ao cliente do uso de plataforma desenvolvida pela Companhia, a remuneração é apurada mensalmente, e é baseada em um percentual do volume de operações que o cliente realiza nas plataformas e que segue uma tabela de serviços e utilização de acordo com cada contrato. As obrigações de desempenho são alcançadas a medida que o cliente utiliza a plataforma. Os serviços de estruturação referem-se ao desenvolvimento de plataformas tecnológicas adaptando as necessidades específicas de cada cliente. O cumprimento das obrigações de desempenho iniciam-se quando a Companhia cede ao cliente o acesso ao ambiente de testes dos serviços em desenvolvimento. Os serviços de originação ocorrem quando a Companhia formaliza contratos diretos de crédito com os clientes através de canais digitais, cuja receita é calculada com base em um percentual sobre o valor originado de crédito.	A receita com a utilização da plataforma de crédito é reconhecida mensalmente (quando o cliente recebe e consome os benefícios dos serviços contratados), com base nos valores estabelecidos contratualmente. A receita de estruturação é reconhecida quando a Companhia disponibiliza ao cliente o acesso ao ambiente de testes ou quando da realização do serviço, o que ocorrer primeiro. A Companhia realiza o reconhecimento da receita de originação, quando a obrigação de desempenho, pactuada no contrato com os clientes é satisfeita, isso ocorre quando a operação de crédito originada para o cliente pelo valor definido em contrato é desembolsada. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.
Gestão de carteira e cobrança no ramo imobiliário	Serviços de gestão de carteira e cobrança no ramo imobiliário compreendem: gestão de carteira de recebíveis e cobrança de créditos vencidos, notadamente imobiliários, contemplando a auditoria financeira e de formalização jurídica de recebíveis, emissão de faturamento, conciliação bancária, cobrança extrajudicial dos créditos inadimplentes e assessoria de formalização, a qual inclui renegociações e aditivos. Os tomadores usufruem dos serviços constantemente, à medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a remuneração é reconhecida mensalmente.	A receita é reconhecida mensalmente, assim que o cliente assina o contrato, pois é quando o cliente tem acesso ao pacote de serviços de gerenciamento de portfólio.
Uso de plataforma tecnológica para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.	A cobrança dos serviços é feita com base em tabela de preços, prevista em cada contrato de prestação de serviços, contendo o valor unitário para gestão por crédito e ainda, um percentual sobre a recuperação de inadimplência, além dos valores para as auditorias e a assessoria de formalização, por contrato, que se dão por valor fixo. Disponibilização de plataforma tecnológica para estruturação, controle e gestão de operações financeiras envolvendo transações relacionadas com o produto de crédito na modalidade de cessão de direitos creditórios e específicas de acordo com o modelo operacional e uso de cada cliente. Para operações estruturadas a cobrança dos serviços é feita com base no serviço utilizado, variando de acordo com o consumo de cada cliente na utilização da plataforma. Para serviços de plataforma de controle e gestão da carteia de FIDC é cobrado um percentual fixo aplicado sobre o volume financeiro transacionado por cada cliente mensalmente. Os clientes usufruem dos serviços e uso da plataforma quando da assinatura do contrato de uso e prestação de serviços de software.	O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente é notificado (quando o cliente recebe e consome os benefícios do serviço contratado) durante o período do contrato, com base na apuração mensal efetuada pela Companhia do volume de operações que o cliente realizou na plataforma.

f. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receita de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro a valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **h. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de comunicação e outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Ativos intangíveis e ágio:** ***(i) Reconhecimento e mensuração: Ágio***: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***Carteira de clientes***: Carteira de clientes são registradas inicialmente pelo valor do custo de aquisição e são amortizados ao longo da expectativa de duração da carteira de clientes, considerando a rotatividade anual da base de clientes ("*Churn-rate*"). ***Non-compete***: Algumas aquisições têm cláusulas especificas que obriga o vendedor a não competir por determinado período no segmento de atuação do Grupo, estas cláusulas têm seu valor justo atribuído pela estimativa do ganho pela ausência do competidor adquirido no mercado ("*With or without*") e são amortizados pelo prazo de duração desta cláusula. ***Softwares (Capex)***: Os gastos com desenvolvimento de softwares são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***Outros ativos intangíveis***: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os outros ativos são representados por marcas e softwares não desenvolvidos internamente. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os custos de desenvolvimento de *software* capitalizados são amortizados ao longo de sua vida útil estimada que são revisadas periodicamente e ajustadas se necessário. A determinação da vida útil é baseada nas seguintes premissas: i) estratégia de negócios; ii) histórico de uso de tecnologia; iii) garantia de fornecedores; iv) qualidade técnica dos ativos; e v) manutenção preventiva.

Descrição	Vida útil
Carteira de clientes	8 - 10 anos
Marca	9 anos
Cláusula de *Non Compete*	3 - 5 anos
Softwares	5 - 10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento inicial:*** O "Contas a receber de clientes" e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros***: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros***: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros***: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **k. Capital social:** É constituído por ações ordinárias e preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 22. ***(i) Ações ordinárias:*** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, quando aplicável, são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. ***(ii) Ações preferenciais:*** Ações preferenciais não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. ***(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria):*** Quando ações são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. ***(iv) Dividendos:*** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos distribuídos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. **l. Redução ao valor recuperável:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais***: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada. Ao estimar as perdas de crédito esperadas o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas e a experiência histórica do Grupo junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada (individualizada), e que também considera informações prospectivas (*forward-looking*) dos clientes. Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os clientes do Grupo operam basicamente em três segmentos que são "Originação Direta ao Crédito", "Plataforma Tecnológica de Crédito" e "Captalys *Asset Management*" que são representados substancialmente por fundos de investimento e clientes corporativos, contrapartes dos principais instrumentos financeiros e ativos contratuais detidos pelo Grupo, e são originadores das principais fontes de receita do Grupo, que são: (i) Gestão e Performance de fundos; (ii) Utilização de plataforma e estruturação; (iii) Gestão de carteira e de cobrança; e (iv) Disponibilização de plataforma tecnológica. Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, o Grupo possui uma equipe dedicada de gestão que avalia de forma individual, fatores que auxiliam o Grupo na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. O Grupo não possui histórico de inadimplência relevante, os recebíveis são liquidados em sua maioria 30 dias após o faturamento, e são considerados inadimplentes pelo Grupo apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o Grupo identifique que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (v) quebras de cláusulas ou condições contratuais. Desta forma, o Grupo usa uma matriz de provisão para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo, que usualmente não ultrapassa 12 meses, dado as características dos recebíveis. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, que não são relevantes, dado a ausência de histórico junto aos clientes do Grupo, e que, quando a Administração julgar necessário, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva, que inclui os fatores acima descritos, para definição de recebível inadimplente. O Grupo utiliza a matriz de provisão, conforme descrita na nota explicativa nº 5.b. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa**: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado para perda quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias ou mais. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **n. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. ***Como arrendatário:*** A Companhia é arrendatária de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Arrendamentos", que corresponde ao total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica "Resultado Financeiro - despesas financeiras". ***Arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo impressoras, máquinas de refrigerantes e de café. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **p. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluídos, nos períodos apresentados. **q. Operações por segmento:** De acordo com o IFRS 8/CPC 22, um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas: **(i)** Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade); **(ii)** Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e **(iii)** Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas do Consolidado. **r. Pagamentos baseados em ações:** ***Acordos de pagamento baseado em ações:*** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre as ações, que serão liquidadas mediante utilização dos dividendos a serem pagos pela Companhia aos empregados beneficiados, será contabilizado como despesa com um correspondente crédito no passivo. O passivo será remensurado no mínimo a cada data de balanço e nas datas de liquidação dos dividendos, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. Veja maiores detalhes sobre o plano na nota explicativa nº 34. **s. Instrumentos financeiros compostos:** Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia compreendem Debêntures conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital social por opção do detentor, e o número de ações ordinárias a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo. O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em instrumento de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado subsequentemente. Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido. **t. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porém não identificou nenhum impacto. ***(i) Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):*** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia avaliou e determinou que tal alteração não possui efeitos em suas demonstrações financeiras. ***Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16):*** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: • mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e • contabilidade de hedge. ***(ii) Outras normas:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas sejam aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, exceto a alteração relacionada ao COVID-19, que foi aplicada, mas não teve impacto sobre essas demonstrações financeiras. • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); • IFRS 17 Contratos de Seguros, cuja norma é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa	206	270	428	355
Aplicações financeiras	1.651	1.035	5.522	2.661
	1.857	**1.305**	**5.950**	**3.016**

Caixa representa os valores mantidos em contas correntes junto a Instituições Financeiras no país e no exterior. As Aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, Referenciado -DI, lastreadas em títulos públicos e privados, remunerados pela taxa média de 92% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem liquidez imediata, sem perda dos rendimentos, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes: a. Composição: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de contas a receber de clientes é composto a seguir:

	Circulante			
	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Serviços prestados de estruturação	3.043	2.706	4.421	3.590
Taxa de administração e de performance de fundos	-	-	13.347	16.632
	3.043	**2.706**	**17.768**	**20.222**

b. Matriz de provisão para perdas esperadas

Controladora

Inadimplência	Aging dos títulos em dias	Perdas esperadas de crédito	2021 Saldo contábil	2021 Provisão para perdas esperadas	2020 Saldo contábil	2020 Provisão para perdas esperadas
	Não vencidos	0,00%	3.043	-	2.706	-
	1-30 dias de atraso	0,50%	-	-	-	-
	31-60 dias de atraso	3,00%	-	-	-	-
Clientes vencidos até 90 dias	61-90 dias de atraso	7,00%	-	-	-	-
Vencidos acima de 90 dias	Acima de 90 dias	10,00%	-	-	-	-
			3.043	-	**2.706**	-

Consolidado

Inadimplência	Aging dos títulos em dias	Perdas esperadas de crédito	2021 Saldo contábil	2021 Saldo contábil - Parte relacionada (a)	2021 Provisão para perdas esperadas	2020 Saldo contábil	2020 Saldo contábil - Parte relacionada (a)	2020 Provisão para perdas esperadas
	Não vencidos	0,00%	13.613	-	-	17.100	-	-
	1-30 dias de atraso	0,50%	-	-	-	-	-	-
	31-60 dias de atraso	3,00%	-	-	-	-	-	-
Clientes vencidos até 90 dias	61-90 dias de atraso	7,00%	-	-	-	-	-	-
Vencidos acima de 90 dias	Acima de 90 dias	10,00%	-	4.155	-	-	3.122	-
			13.613	**4.155**	-	**17.100**	**3.122**	-

(a) A Companhia possui apenas recebíveis vencidos de um único cliente no valor total de R$ 4.155 (R$ 3.122 em 2020), cujo recebível refere-se a serviços de gestão prestados para um fundo de investimento que faz parte do grupo econômico da Companhia (Parte Relacionada). Considerando a característica do risco de crédito das contas a receber que é representado pelos recebíveis do fundo de investimento, a Companhia prevê que à medida que os investimentos desse fundo de investimentos sejam liquidados e convertidos em caixa, a Companhia recolherá a sua taxa de administração uma vez que a Companhia possui a responsabilidade pela gestão do caixa do fundo. Portanto, a administração concluiu que o risco de inadimplência é insignificante e, além disso, não existe outras perdas históricas identificadas para as demais contas a receber.

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócios mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pela Companhia. Possuem vencimento em até 30 dias, com insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa nº 32 (a), quando aplicável. **c. Movimentação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)**

	Individual	Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2020	-	-
(+) Constituição PECLD	203	875
(-) Reversão por baixa para PECLD	(203)	(875)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
(+) Constituição PECLD	79	209
(-) Reversão por baixa para PECLD	(79)	(209)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	**-**

d. Baixa para perdas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia baixou para perdas o valor de R$ 209 e R$ 79, consolidado e controladora, respectivamente (2020 - R$ 875 e R$ 203, consolidado e controladora, respectivamente), cujo valores referem-se a contas a receber de clientes relacionados a prestação de serviços operacionais diversos, que o Grupo não possuía expectativa de recebimento, de acordo com a análise individual realizada.

6. Tributos a recuperar

a. Tributos sobre o lucro a recuperar

	Circulante			
	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social	191	3.733	2.744	4.328
	191	**3.733**	**2.744**	**4.328**

b. Outros tributos a recuperar

	Circulante			
	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda retido na fonte a compensar	294	147	335	262
Impostos a recuperar sobre faturamento	510	175	775	315
Impostos a recuperar sobre arrendamento	-	-	117	81
Impostos a recuperar no exterior	-	-	131	114
Outros impostos a recuperar	16	1	19	1
	820	**323**	**1.377**	**773**

7. Aplicações financeiras

Valor justo por meio do resultado

	Circulante			
	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operação compromissada (a)	8.400	7.547	8.400	7.547
Certificado de depósito bancário - CDB (b)	28.972	-	28.972	-
	37.372	**7.547**	**37.372**	**7.547**

(a) Refere-se a investimento em cotas do RB Crédito II FIP Multiestratégia Fundo de Investimento em Participação, compradas pela Companhia em novembro de 2020 mediante a celebração de "Contrato para Operação Compromissada" entre o vendedor e a Companhia. O contrato estabelecia o vencimento para 4 de novembro de 2021 e que o valor da compra será atualizado pela taxa CDI acrescida de juros de 6,5% ao ano, até a data de encerramento do contrato de recompra. O 1º aditivo ao contrato prorroga o prazo de vigência por mais 12 meses encerrando em 04 de novembro de 2022.

(b) Refere-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de Instituições Financeiras de primeira linha. A atualização tem como base o intervalo de 97% a 103% da taxa CDI, com vencimento em maio de 2022 e cláusula de recompra antecipada a critério da Companhia.

8. Mútuos a receber

Contraparte	Parte relacionada	Vencimento	Encargos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Irídio Empreend. e Participações S.A.	Grupo econômico	Entre 14/08 e 28/09/2021	IPCA + 6% a.a.	-	158	-	158
Certificadora	Controlada	30/12/2021	IPCA + 12% a.a.	-	102	-	-
Certificadora	Controlada	24/02/2022	IPCA + 6,5% a.a.	303	-	-	-
Certificadora	Controlada	14/05/2022	IPCA + 6,5% a.a.	109	-	-	-
Certificadora	Controlada	31/05/2022	IPCA + 6,5% a.a.	152	-	-	-
Certificadora	Controlada	01/09/2022	IPCA + 6,5% a.a.	182	-	-	-
IDTrust	Controlada	Indeterminado	IPCA	-	419	-	-
CCI	Grupo econômico	30/01/2022	IPCA + 6% a.a.	5.060	4.326	5.060	4.326
Pessoas Físicas (a)	Acionista	17/12/2024	IPCA	1.898	1.712	1.898	1.712
Trackmob Soluções Digitais S.A. (b)	Terceiros	23/10/2024	CDI + 4,5% a.a.	988	958	988	958
				8.692	**7.675**	**7.946**	**7.154**
			Circulante	**6.155**	**5.005**	**5.409**	**4.484**
			Não Circulante	**2.537**	**2.670**	**2.537**	**2.670**

(a) Refere-se a empréstimo realizado a membro chave da administração para fazer frente ao pagamento da emissão de ações preferenciais emitidas no ano de 2019.

(b) Celebrado em 07 de outubro de 2019, instrumento particular de contrato de mútuo conversível em participação societária e outras avenças com a Trackmob Soluções Digitais S.A. que poderá, a exclusivo critério da Companhia e durante a vigência do contrato, promover a conversão do mútuo em participação societária, com prazo de duração de 5 anos e vencimento em 23 de outubro de 2024. O mútuo possui uma remuneração prefixada correspondente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), acrescido de juros de 4,5% ao ano, a ser pago mensalmente em 36 parcelas, cuja primeira parcela será paga 24 meses após a assinatura do contrato. A Administração não tem a intenção de exercer a opção de conversão. O pagamento da primeira parcela ocorreu em 07 de novembro de 2021 com saldo de 34 parcelas em 31 de dezembro de 2021.

9. Outros créditos

	Circulante			
	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	485	827	586	909
Adiantamento de lucros (nota explicativa nº 22.f)	4.750	2.795	4.883	2.928
Reembolsos a receber	446	758	11.038	11.273
Créditos junto a Instituições de pagamentos	338	256	338	256
Diversos	373	-	599	135
	6.392	**4.636**	**17.444**	**15.501**

10. Investimentos em coligadas e controladas: Veja política contábil na nota explicativa n° 3.a.

Em 31 de dezembro de 2021

Controlada	País de Origem	Participação %	Total de ativos	Capital social	Patrimônio Líquido (*)	Lucro (prejuízo) do exercício
Captalys Gestão Ltda.	Brasil	99,90%	38.226	1	(16.976)	(16.977)
Captalys Serviços de Crédito Ltda.	Brasil	99,99%	1.798	10	(2.003)	(1.451)
Captalys Asset Management Ltd	Ilhas Cayman	100,00%	174	993	175	(165)
Captalys México S.A.P.I. de C.V. SOFOM E.N.R.	México	99,75%	184	2.166	191	(303)
IDTrust Tecnologia de Software Ltda.	Brasil	88,50%	6.753	100	2.847	3.622
Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Brasil	62,63%	2.677	3.851	(130)	(70)
Pag-Agro Tecnologia e Consultoria Ltda	Brasil	100,00%	150	20	(85)	(3)
Plataforma Soluções de Tecnologia Ltda.	Brasil	99,90%	-	1	(16)	48

Em 31 de dezembro de 2020

Controlada	País de Origem	Participação %	Total de ativos	Capital social	Patrimônio Líquido (*)	Lucro (prejuízo) do exercício
Captalys Gestão Ltda.	Brasil	99,90%	42.827	1	1	(8.428)
Captalys Serviços de Crédito Ltda.	Brasil	99,99%	222	10	(552)	(505)
Captalys Asset Management Ltd	Ilhas Cayman	100,00%	785	1.289	765	387
Captalys México S.A.P.I. de C.V. SOFOM E.N.R.	México	99,75%	183	1.732	212	(1.222)
IDTrust Tecnologia de Software Ltda.	Brasil	88,50%	3.888	100	1.872	3.187
Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Brasil	62,63%	4.395	3.851	(60)	(534)

(*) Em 31 de dezembro de 2021, muito embora algumas controladas apresentem patrimônio líquido negativo e prejuízo no exercício, isso não é um indicativo de problemas de continuidade, uma vez que o grupo vem passando por algumas mudanças estruturais, frente a expansão dos negócios como consequência do aumento da base de clientes, aumento de receitas, expansão do portfólio de fundos geridos, bem como investimento em inovação tecnológica. Esse plano estratégico e de expansão passou a ter efeito a partir de 2020, e conforme plano orçamentário preparado pela Companhia esse cenário deverá normalizar a partir do próximo exercício social.

	Captalys Gestão Ltda.	Captalys Serviços de Crédito Ltda.	IDTrust Tecnologia de Software Ltda.	Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Captalys Asset Management Ltd.	Captalys México S.A.P.I. de C.V. SOFOM E.N.R.	Pag-Agro Tecnologia e Consultoria Ltda	Plataforma Soluções de Tecnologia Ltda.	Total
Saldos em 01.01.2020	**21.122**	**(41)**	**-**	**(332)**	**785**	**243**	-	-	**21.777**
Adiantamento e/ou aumento (redução) de capital	-	-	-	2.438	(723)	1.045	-	-	**2.760**
Aquisição de investimento	-	-	25.977	-	-	-	-	-	**25.977**
Transações de capital (a)	(3.108)	(6)	(1.275)	(555)	-	-	-	-	**(4.944)**
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	231	67	-	-	**298**
Dividendos distribuídos	(9.593)	-	-	-	-	-	-	-	**(9.593)**
Equivalência patrimonial	(8.420)	(505)	2.304	(333)	388	(1.222)	-	-	**(7.788)**
Depreciação/Amortização de Mais valia de ativos adquiridos na combinação de negócios	-	-	(1.253)	(71)	-	-	-	-	**(1.324)**
Saldos em 31.12.2020	**1**	**(552)**	**25.753**	**1.147**	**681**	**133**	**-**	**-**	**27.163**
Saldos em 01.01.2021	**1**	**(552)**	**25.753**	**1.147**	**681**	**133**	-	-	**27.163**
Adiantamento e/ou aumento (redução) de capital	-	-	-	-	(393)	351	-	-	**(42)**
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	(81)	(65)	**(146)**
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(818)	-	-	-	-	**(818)**
Transações de capital (a)	-	-	(485)	-	-	-	-	-	**(485)**
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	51	4	-	-	**55**
Dividendos distribuídos	-	-	(1.858)	-	-	-	-	-	**(1.858)**
Equivalência patrimonial	(16.960)	(1.450)	3.206	(44)	(165)	(304)	(3)	49	**(15.671)**
Depreciação/Amortização de Mais valia de ativos adquiridos na combinação de negócios	-	-	(1.503)	(61)	-	-	-	-	**(1.564)**
Saldos em 31.12.2021	**(16.959)**	**(2.002)**	**25.113**	**224**	**174**	**184**	**(84)**	**(16)**	**6.634**

(a) Refere-se a movimentação no patrimônio líquido de controladas decorrente substancialmente de pagamento de dividendos desproporcionais para acionistas minoritários e aquisição de participação de minoritários.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

...continuação

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

11. Imobilizado e Intangível

a. Imobilizado

Controladora	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Equipamentos de comunicação e outros	Direito de uso de imóvel	Total
Taxas anuais de depreciação	10%	20%	20%	10%	20%	
Saldo em 01/01/2020	**31**	**34**	**224**	**-**	**-**	**289**
Adições	183	1.568	1.199	47	-	**2.997**
Saldo em 31/12/2020	**214**	**1.602**	**1.423**	**47**	**-**	**3.286**
Saldo em 01/01/2021	**214**	**1.602**	**1.423**	**47**	**-**	**3.286**
Adições	-	355	1.937	-	11.412	**13.704**
Baixas	-	(1.297)	-	-	-	**(1.297)**
Saldo em 31/12/2021	**214**	**660**	**3.360**	**47**	**11.412**	**15.693**
Depreciação						
Saldo em 01/01/2020	**(1)**	**(1)**	**(8)**	**-**	**-**	**(10)**
Despesa de depreciação	(10)	(25)	(170)	(2)	-	**(207)**
Saldo em 31/12/2020	**(11)**	**(26)**	**(178)**	**(2)**	**-**	**(217)**
Saldo em 01/01/2021	**(11)**	**(26)**	**(178)**	**(2)**	**-**	**(217)**
Despesa de depreciação	(55)	(204)	(505)	(10)	(1.141)	**(1.915)**
Baixas	-	115	-	-	-	**115**
Saldo em 31/12/2021	**(66)**	**(115)**	**(683)**	**(12)**	**(1.141)**	**(2.017)**
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2021	**148**	**545**	**2.677**	**35**	**10.271**	**13.676**
Saldo em 31/12/2020	**203**	**1.576**	**1.245**	**45**	**-**	**3.069**

Consolidado	Móveis e utensílios	Instalações e benfeitorias	Equipamentos de informática	Equipamentos de comunicação e outros	Direito de uso de imóvel	Total
Taxas anuais de depreciação	10%	10% a 20%	20%	10%	-	
Custo						
Saldo em 01/01/2020	**145**	**197**	**373**	**20**	**1.886**	**2.621**
Aquisição de controlada	100	-	230	15	-	**345**
Adições	230	1.644	1.230	59	159	**3.322**
Saldo em 31/12/2020	**475**	**1.841**	**1.833**	**94**	**2.045**	**6.288**
Saldo em 01/01/2021	**475**	**1.841**	**1.833**	**94**	**2.045**	**6.288**
Adições	-	355	2.272	7	12.108	**14.742**
Baixas	-	(1.297)	-	-	(2.361)	**(3.658)**
Saldo em 31/12/2021	**475**	**899**	**4.105**	**101**	**11.792**	**17.372**
Depreciação						
Saldo em 01/01/2020	**(1)**	**(1)**	**(8)**	**-**	**(314)**	**(324)**
Despesa de depreciação	(29)	(135)	(215)	(4)	(372)	**(755)**
Recuperação Pis/Cofins	-	-	-	-	(38)	**(38)**
Saldo em 31/12/2020	**(30)**	**(136)**	**(223)**	**(4)**	**(724)**	**(1.117)**
Saldo em 01/01/2021	**(30)**	**(136)**	**(223)**	**(4)**	**(724)**	**(1.117)**
Despesa de depreciação	(81)	(239)	(627)	(17)	(1.296)	**(2.260)**
Baixas	-	115	-	-	888	**1.003**
Recuperação Pis/Cofins	-	-	-	-	(27)	**(27)**
Saldo em 31/12/2021	**(111)**	**(260)**	**(850)**	**(21)**	**(1.159)**	**(2.401)**
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2021	**364**	**639**	**3.255**	**80**	**10.633**	**14.971**
Saldo em 31/12/2020	**445**	**1.705**	**1.610**	**90**	**1.321**	**5.171**

b. Intangível

Controladora	Softwares de terceiros	Softwares próprios	Desenvolvimento de Software	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	20%	-	
Custo				
Saldo em 01/01/2020	**36**	**3.073**	**-**	**3.109**
Adições	93	6.658	27	**6.778**
Saldo em 31/12/2020	**129**	**9.731**	**27**	**9.887**
Saldo em 01/01/2021	**129**	**9.731**	**27**	**9.887**
Adições	-	13.242	-	**13.242**
Baixas	-	-	(27)	**(27)**
Saldo em 31/12/2021	**129**	**22.973**	**-**	**23.102**
Amortização				
Amortização acumulada em 01/01/2020	**(2)**	**(288)**	**-**	**(290)**
Despesa de amortização	(13)	(1.194)	-	**(1.207)**
Amortização acumulada em 31/12/2020	**(15)**	**(1.482)**	**-**	**(1.497)**
Amortização acumulada em 01/01/2021	**(15)**	**(1.482)**	**-**	**(1.497)**
Despesa de amortização	(29)	(3.040)	-	**(3.069)**
Amortização acumulada em 31/12/2021	**(44)**	**(4.522)**	**-**	**(4.566)**
Saldo contábil				
Saldo contábil em 31/12/2021	**85**	**18.451**	**-**	**18.536**
Saldo contábil em 31/12/2020	**114**	**8.249**	**27**	**8.390**

Consolidado	Softwares de terceiros	Softwares próprios	Desenvolvimento de software	Ágio na combinação de negócios	Carteira de clientes	Cláusula de non compete	Marca	Total
Taxas anuais de amortização	20%	10% e 20%	-	-	10% e 12,5%	20% a 33%	11%	
Custo								
Saldo em 01/01/2020	**2.231**	**3.237**	-	**818**	**354**	**5**	-	**6.645**
Aquisição de controlada	-	3.269	-	10.515	11.959	59	1.476	**27.278**
Adições	427	6.658	27	-	-	-	-	**7.112**
Saldo em 31/12/2020	**2.658**	**13.164**	**27**	**11.333**	**12.313**	**64**	**1.476**	**41.035**
Saldo em 01/01/2021	**2.658**	**13.164**	**27**	**11.333**	**12.313**	**64**	**1.476**	**41.035**
Adições	-	13.884	6	-	1.439	21	-	**15.350**
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(818)	-	-	-	**(818)**
Baixas	-	-	(27)	-	-	-	-	**(27)**
Saldo em 31/12/2021	**2.658**	**27.048**	**6**	**10.515**	**13.752**	**85**	**1.476**	**55.540**
Amortização								
Amortização acumulada em 01/01/2020	**(520)**	**(341)**	**-**	**-**	**(40)**	**(2)**	**-**	**(903)**
Despesa de amortização	(537)	(1.424)	-	-	(953)	(11)	(121)	**(3.046)**
Amortização acumulada em 31/12/2020	**(1.057)**	**(1.765)**	**-**	**-**	**(993)**	**(13)**	**(121)**	**(3.949)**
Amortização acumulada em 01/01/2021	**(1.057)**	**(1.765)**	**-**	**-**	**(993)**	**(13)**	**(121)**	**(3.949)**
Despesa de amortização	(557)	(3.335)	-	-	(1.102)	(12)	(145)	**(5.151)**
Amortização acumulada em 31/12/2021	**(1.614)**	**(5.100)**	**-**	**-**	**(2.095)**	**(25)**	**(266)**	**(9.100)**
Saldo contábil								
Saldo contábil em 31/12/2021	**1.044**	**21.948**	**6**	**10.515**	**11.657**	**60**	**1.210**	**46.440**
Saldo contábil em 31/12/2020	**1.601**	**11.399**	**27**	**11.333**	**11.320**	**51**	**1.355**	**37.086**

c. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e soma R$ 10.515 (2020 - R$ 11.333). O ágio alocado por unidade geradora de caixa ("UGC") é conforme descrito a seguir:

Ágio	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IDTrust Tecnologia de Software Ltda.	10.515	10.515
Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	818	818
Redução ao valor recuperável (*)	(818)	-
Total	**10.515**	**11.313**

(*) A Companhia reconheceu redução ao valor recuperável de ágio na aquisição do investimento da Certificadora no montante de R$ 818. Para esse reconhecimento foi considerado o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa (UGC) na qual a Certificadora está alocada. A Companhia analisou o fluxo de caixa realizado para o período de 2021 e constatou que a Certificadora não atingiu o orçado no momento da elaboração do estudo, também realizou a revisão dos orçamentos internos para os próximos cinco anos e identificou redução no valor recuperável do ágio anteriormente registrado para esta UGC.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado que analisam as condições de mercado, características de cada UGC e elabora cenários econômicos que preveem as condições de realização dos ativos avaliados. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas após este período, com crescimento, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a Administração entende que está consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O EBITDA foi projetado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos anos; • O volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. • Os fluxos de caixa estimados relacionados ao orçamento e esperado para 2020 foi considerado nas projeções. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. Para desconto do fluxo de caixa futuro utilizou-se o WACC de 13,00% (2020: 17,21%) a.a. para este segmento, antes dos impostos (em moeda local nominal, incluindo a inflação). As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos segmentos reportáveis estão definidas a seguir:

Em percentual	**2021**	**2020**
Taxa de desconto	13,00%	19,60%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,40%	1,00%
Taxa de crescimento estimado	15,20%	35,70%

12. Contas a pagar

Circulante	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	3.278	2.869	4.028	5.117
Reembolsos a realizar (nota explicativa nº 18)	6.761	7.100	6.583	7.335
Adiantamento de clientes	188	62	201	65
Acordos judiciais a pagar (nota explicativa nº 21.a)	75	375	212	375
	10.302	**10.406**	**11.024**	**12.892**

13. Tributos a recolher

Circulante	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Encargos sobre salários	1.601	999	2.346	1.421
Impostos sobre serviços prestados por terceiros	43	57	59	95
Impostos próprios a recolher	265	5.805	4.805	8.562
	1.909	**6.861**	**7.210**	**10.078**

14. Mútuos a pagar

Contraparte	Parte relacionada	Vencimento	Encargos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IDTrust	Controlada	21/01/2021	IPCA + 6% a.a.	-	1.514	-	-

15. Antecipação de lucros: A Companhia recebeu lucros antecipados da controlada Captalys Gestão Ltda., durante o exercício de 2020, no montante de R$ 5.084 que foi compensado durante o exercício de 2021.

16. Empréstimos e financiamentos: O empréstimo bancário contraído em 02 de setembro de 2020 pela controlada Captalys Gestão Ltda., mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) - no valor de R$ 20.000 que em 31 de dezembro de 2020 representava o valor de R$ 20.638 foi liquidado antecipadamente em 06 de maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 não há saldo em aberto.

17. Debêntures: Em 28 de abril de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única da Companhia, no montante de R$ 90.000, com vencimento em 6 (seis) anos, contados a partir da data da integralização ocorrida em 30 de abril de 2021, com alienação em favor do comprador das debêntures ("investidor") as ações de emissão da Companhia e direitos atrelados nos termos dos contratos de Alienação Fiduciária de Ações. As debêntures serão remuneradas a partir da data da integralização com juros equivalentes a 100% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI acrescida de 6,5% ao ano. Os juros são pagos integralmente todo dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 10 de maio de 2021 e o valor principal será pago em 36 parcelas mensais iguais e sucessivas, a partir do início do quarto ano acrescido dos juros. O vencimento das debêntures será em 4 de abril de 2027.

Movimentação

	2021	**2020**
Saldo inicial	-	-
Valor de emissão das debêntures	90.000	-
Taxa efetiva de juros	(1.350)	-
Despesa de juros reconhecida no período	7.108	-
Juros pagos no período	(6.298)	-
Saldo final	**89.460**	-

a. Garantias: Em garantia do cumprimento fiel, oportuno e total de todas e quaisquer obrigações decorrentes da emissão de debêntures conversíveis com garantia, incluindo a obrigação de pagamento, a Companhia, os Acionistas e / ou acionistas das subsidiárias da Companhia, conforme o caso irão: • Alienar em favor do Investidor, das ações de emissão da Companhia e direitos atrelados nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações; • Alienar em favor do Investidor de ações e/ou cotas de emissão de determinadas sociedades integrantes do Consolidado; • Ceder em favor do Investidor 100% (cem por cento) de quaisquer fluxos de receitas da Companhia, exceto os fluxos que estejam onerados em favor da operação bancária existente; • Ceder em favor do Investidor 100% (cem por cento) das cotas subordinadas do fundo de investimento Captalys MP ME FIDC ("Fundo"). O Fundo encontra-se em fase de captação e em 30 de setembro de 2021 a Companhia não possui investimento; • Ceder em favor do Investidor conta vinculada ("Conta Vinculada"), nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Recebíveis; e • O Investidor recebeu uma conta caução em dinheiro no valor de R$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais). O saldo foi liberado para a empresa após aprovação pelo Investidor em Assembleia Geral, uma vez que as condições previstas no contrato para conclusão da emissão das debêntures foram concluídas. Em 30 de setembro de 2021 este saldo está livre para uso da Companhia. ***b. Covenants:*** Os investidores poderão considerar vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às debêntures, incluindo a remuneração, na ocorrência de determinados eventos (*covenants*) destacando: • Alienação, transferência ou qualquer outra forma de cessão a terceiros (ou promessa) das obrigações assumidas na Escritura, sem a prévia aprovação por escrito dos investidores; • Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, em qualquer caso não elidido no prazo legal, exceção se de forma distinta for definido em AGE, observadas as disposições do Acordo de Liquidez e Acordo de Acionistas; • Descumprimento ou inobservância de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral, das quais não se caiba mais qualquer recurso; • Inadimplemento que não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias úteis de qualquer obrigação pecuniária sobre quaisquer dos seus respectivos endividamentos obtidos (i) junto aos investidores, que não decorrentes da Escritura, suas afiliadas, Controladas e/ou Controladoras ou ainda (ii) quaisquer terceiros, desde que em valor igual ou superior a R$ 2 milhões, de forma individual ou agregada, contraída no mercado financeiro e no de capitais, local e internacional; • Protesto de títulos ou apontamentos no SERASA e demais bureau de crédito, contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 15 milhões (ou valor equivalente em outra moeda), desde que a respectiva dívida não seja paga e/ou os efeitos do referido protesto elididos no prazo de 30 dias ou desde que a respectiva dívida não tenha sido paga e/ou a situação na ocorrência de apontamentos não seja de outra forma regularizada no prazo de 15 dias úteis; • Na ocorrência, sem autorização prévia dos investidores, de (i) transferência ou qualquer alteração do Controle indireto da Companhia, conforme disposto no artigo 166 da Lei das S.A. ou (ii) alteração do capital social que resulte em perda do Controle societário indireto da Companhia pelos atuais acionistas controladores indiretos; • Prática de atos sem prévia autorização dos investidores, destacando: • Atualização ou modificação do orçamento anual ou do plano de negócios da Companhia aprovado no Acordo de Acionistas que represente um ajuste superior a 30%, de forma agregada, do valor originalmente previsto; • Reforma do estatuto social da Companhia ou reforma dos contratos sociais das investidas, excetuando alterações realizadas para refletir ajustes no âmbito das atividades no curso normal dos negócios, bem como para eleição de substituição de membros da sua administração; • Aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência, criação de qualquer ônus ou disposição de ativos em valor superior a 35% da receita bruta da Companhia nos últimos 12 meses, seja em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas em um período de 12 meses; • Aumento do valor total de endividamento da Companhia imediatamente após emissão das Debêntures, inclusive via novos empréstimos ou financiamentos ou via emissão de títulos de crédito ou valores mobiliários representativos de dívida, em montante superior a R$ 10 milhões, seja em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas em um período de 12 meses; • Ajuizamento de ações judiciais, arbitrais ou processos administrativos, ou a celebração de acordo em qualquer ação judicial ou arbitral em valor superior a R$ 10 milhões. A Companhia divulgou os principais *covenants* relacionados às debêntures emitidas que podem causar um impacto financeiro. Para os demais itens a Companhia não julgou relevantes para efeito de divulgação nas informações contábeis. ***c. Condições de conversibilidade em ações:*** O investidor terá o direito (mas não a obrigação, exceto no âmbito de um "IPO Qualificado") de, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da data de emissão e até a data de vencimento ("data limite para conversão"), converter a totalidade (e não menos do que a totalidade) do saldo devedor à época das debêntures em ações ordinárias da Companhia. A quantidade de ações a ser recebida pelo investidor será o resultado da divisão do saldo devedor à época da conversão pelo preço fixo de conversão por ação. **(i)** Em caso de conversão, o preço de conversão por ação será fixo e igual ao valor já definido na Escritura, devendo ser automaticamente deduzido por eventuais reduções de capital, resgates ou amortizações de ações, dividendos pagos, juros sobre capital próprio e/ou quaisquer tipos de proventos distribuídos aos Acionistas da Companhia entre a data da emissão e a data em que ocorrer a conversão das debêntures, exceto: (i) dividendos já declarados e ainda não pagos até a data da emissão das debêntures; e (ii) dividendos determinados pagos aos detentores das ações preferenciais B e C da Companhia. ("eventos de *Cash-out*"); e **(ii)** Acrescido por eventuais aumentos de capital ou aporte de recursos e/ou ativos na Companhia entre a data de emissão e a data de conversão ("eventos de *Cash-in*"). Para o exercício do direito de conversão das debêntures, o investidor deverá enviar notificação por escrito à Companhia, a qualquer tempo até a data limite para conversão. A ausência de notificação de conversão até a data limite ou a notificação intempestiva será considerada como renúncia ao direito de converter as debêntures. • **IPO Qualificado** - O investidor obrigatoriamente exercerá seu direito de conversão das debêntures em ações da Companhia caso ocorra evento e a efetiva consumação de um IPO Qualificado no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer bolsa norte americana e desde que tenha ocorrido: (i) aprovação do preço do IPO Qualificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia; (ii) assinatura do contrato de distribuição referente ao IPO Qualificado com os respectivos coordenadores, e (iii) assinatura do *placement facilitation and purchase agreement* com os respectivos coordenadores ("Atos IPO Qualificado") • **Prêmio de opção debêntures conversíveis** - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 7% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação, em termos monetários foi de R$ 1.521, e foi contabilizada no patrimônio líquido na rubrica "Opção de conversão em ações". Durante o período foi reconhecido no resultado o montante de R$ 171 decorrente do ajuste na taxa efetiva de juros, encerrando em 31 de dezembro de 2021 com saldo de R$ 1.350.

18. Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Transação	Parte relacionada	Relação	Controladora Ativos/(passivos) 2021	Controladora Ativos/(passivos) 2020	Controladora Receitas/(despesas) 2021	Controladora Receitas/(despesas) 2020	Consolidado Ativos/(passivos) 2021	Consolidado Ativos/(passivos) 2020	Consolidado Receitas/(despesas) 2021	Consolidado Receitas/(despesas) 2020
ATIVO / RECEITA										
Adiantamento de lucros (nota explicativa nº 22.f)	Pessoas físicas	Acionistas	4.795	2.795	-	-	4.795	2.928	-	-
Taxa de Gestão a Receber	BSO FIP	Grupo Econômico	-	-	-	-	4.155	3.122	1.033	994
Contratos de mútuo	Irídio Empreendimentos e Participações Ltda.	Grupo Econômico	-	158	23	3	-	158	23	3
Contratos de mútuo	Certificadora de Créd. Imobiliários e Part. S.A.	Controlada	746	102	76	22	-	-	-	-
Contratos de mútuo	ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	Controlada	-	419	21	6	-	-	-	-
Contratos de mútuo	Pessoas físicas	Acionistas	1.898	1.712	186	74	1.898	1.712	186	74
Contratos de mútuo	Captalys Cia. de Investimentos	Grupo Econômico	5.060	4.326	734	137	5.060	4.326	734	137
Rateio de despesas entre empresas do grupo (a)	Captalys Gestão Ltda./Captalys Serviços	Controladas	53.527	3.140	79.207	44.437	-	-	-	-
Adtos. para pagamento de despesas - Reembolso	Captalys Gestão Ltda.	Controladas	-	76	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de pagamento de despesas - Reembolso	Captalys DTVM	Grupo Econômico	-	239	-	-	-	239	-	-
Adtos. para pagamento de despesas - Reembolso	Captalys Cia. de Investimentos	Grupo Econômico	442	442	-	-	11.027	11.027	-	508
Dividendos a Receber	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	2.757	2.757	-	-	-	-	-	-
Outros ativos e passivos - Reembolso	Diversos	Diversos	5	2	-	-	11	7	-	-
Total			**69.229**	**16.168**	**80.247**	**44.679**	**26.946**	**23.519**	**1.976**	**1.716**
(PASSIVO) /(DESPESA)										
Dividendos distribuídos a pagar (nota explicativa nº 22.f)	Pessoas físicas	Acionistas	-	(5.799)	-	-	-	(9.470)	-	-
Lucros Antecipados	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	-	(5.084)	-	-	-	-	-	-
Reembolsos a pagar	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	(35)	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de mútuo	ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	Controlada	-	(1.514)	(8)	-	-	-	-	-
Valor a pagar de pessoal - transferência de funcionários	Captalys DTVM Ltda.	Grupo Econômico	(212)	-	-	-	(212)	-	-	-
Adtos. para pagamento de despesas - Reembolso (b)	Captalys Cia. de Investimentos	Grupo Econômico	(6.371)	(6.967)	-	(2.087)	(6.371)	(6.967)	-	(2.087)
Adto. para aquisição de controlada no exterior	Captalys Asset Management Ltd.	Controlada	(143)	(133)	(10)	-	-	-	-	-
Adiantamento para pagamento de despesas	Abioye Empr. e Participações Ltda.	Grupo Econômico	-	-	-	-	-	(368)	-	-
Total			**(6.761)**	**(19.497)**	**(18)**	**(2.087)**	**(6.583)**	**(16.805)**	**-**	**(2.087)**

(a) Refere-se a saldo de contrato de *cost sharing* ("contrato") celebrado entre a Companhia e suas controladas, de modo que os gastos previstos no contrato que estão concentrados na Controladora sejam compartilhados para as demais empresas do Grupo, observando como regra a participação de cada empresa na receita bruta da atividade. Os valores serão liquidados no curso do exercício de 2022 com o caixa originado pela receita de prestação de serviços das Controladas.

(b) Decorre substancialmente de valores recebidos ou pagos pela Captalys Companhia de Investimentos ("CCI"), em nome da Companhia em função da incorporação pela parcela cindida, ocorrida em 30/01/2019. Os contratos em geral permaneceram na razão social da "CCI" até a devida transferência de titularidade sendo necessário liquidação e/ou compensação através da formalização das notas de débito entre as partes.

Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração atribuída aos administradores está representada por benefícios de curto prazo e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim distribuídas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Remuneração fixa	4.452	1.135	5.218	1.135
Participação nos lucros	9.556	1.782	9.626	1.782
Plano de opções de compra de ações (nota explicativa nº 34)	2.044	6.432	2.044	6.432
Dividendos deliberados (nota explicativa nº 22.f)	1.955	2.795	2.744	2.795
	18.007	**12.144**	**19.632**	**12.144**

Os Diretores Estatutários são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Nesta nota apresentamos também os valores pagos a título de dividendos discricionários provisionados e pagos, conforme critérios descritos na nota explicativa nº 22.a. Durante os exercícios de 2021 e 2020 não houve pagamento de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou qualquer tipo de remuneração baseada em ações que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

19. Arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada Certificadora possuíam contratos de arrendamento referente a imóvel utilizado para suas atividades administrativas. Esses arrendamentos possuem prazo de duração de 5 anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos destes arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os ajustes inflacionários previstos no contrato. O saldo do passivo de arrendamento estava assim composto:

Vencimento	**Encargos**	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
01/03/2024	IGP-M	-	-	-	1.547
01/09/2023	IGP-M	-	-	362	-
27/06/2026	IGP-M	12.174	-	12.174	-
		12.174	**-**	**12.536**	**1.547**
Circulante		3.606	-	3.823	489
Não circulante		8.568	-	8.713	1.058
Total		**12.174**	**-**	**12.536**	**1.547**

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 11(a), rubrica "Direito de uso de imóvel". O fluxo do passivo de arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
2021	-	-	-	488
2022	3.606	-	3.823	488
2023	2.045	-	2.190	489
2024	2.345	-	2.345	82
2025	2.689	-	2.689	-
2026	1.489	-	1.489	-
Total	**12.174**	**-**	**12.536**	**1.547**

A movimentação do arrendamento é assim representada:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo em 01 de janeiro	**-**	**-**	**1.547**	**1.747**
Novos arrendamentos	11.412	-	12.108	159
Baixa de arrendamentos	-	-	(1.473)	-
Pagamento de principal	-	-	(394)	(410)
Pagamento de juros	-	-	(117)	(109)
Juros provisionados	762	-	865	160
Saldo em 31 de dezembro	**12.174**	**-**	**12.536**	**1.547**

20. Obrigações trabalhistas e sociais

Circulante	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisão de férias e encargos	3.343	2.250	4.032	2.913
Provisão para participação nos lucros	6.415	3.881	6.712	3.881
	9.758	**6.131**	**10.744**	**6.794**

21. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível e trabalhista. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Companhia mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$ 1.069 e R$ 1.140 na Controlada e no Consolidado, respectivamente (2020 - R$ 313 no Consolidado). A Companhia e suas controladas não apresentam depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

a. Movimentação das contingências prováveis

	Controladora Contingência trabalhista	Controladora Contingência cível	Controladora Total	Consolidado Contingência trabalhista	Consolidado Contingência cível	Consolidado Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições (1)	-	-	-	-	**313**	**313**
Adições (2)	375	-	**375**	375	-	**375**
Reversões	(375)	-	**(375)**	(375)	-	**(375)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**313**	**313**
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**313**	**313**
Adições (3)	1.069	-	1.069	1.319	-	1.319
Reversões	-	-	-	(250)	(242)	(492)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.069**	**-**	**1.069**	**1.069**	**71**	**1.140**

(1) Os processos cíveis representam a responsabilidade solidária em quatro processos que a Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. ("Controlada") foi arrolada nos autos, em ações movidas por mutuários na aquisição de imóveis intermediadas por empresas de loteamentos e empreendimentos imobiliários envolvendo pedidos de restituições de valores, rescisões de contratos e acordos de negociação.

(2) Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou acordo e encerrou a ação de um único processo trabalhista no montante de R$ 375. O acordo com o reclamante homologado em audiência será pago em parcelas a partir do exercício de 2021. Do montante de R$ 375 já foram pagos R$ 300 até 31 de dezembro de 2021 e o saldo a pagar de R$ 75 será liquidado até março de 2022 e está registrado na rubrica "Contas a pagar", conforme nota explicativa nº 12.

(3) R$ 1.069 (2020 - R$ 0) Provisão para riscos trabalhistas decorrente de ações movidas contra a Controlada em que está sendo pleiteado vínculo empregatício e indenização de verbas salariais. No Consolidado foram homologados dois acordos trabalhistas no montante de R$ 250 que serão pagos em parcelas com início de pagamento em outubro de 2021. Do montante de R$ 250 já foram pagos R$ 113 até 31 de dezembro de 2021 e o saldo a pagar de R$ 137 será liquidado até julho de 2022 e está registrado na rubrica "Contas a pagar", conforme nota explicativa nº 12

O montante total de R$ 1.069 e R$ 1.319 na Controlada e no Consolidado, respectivamente (em 2020 - R$ 375 e R$ 688, na Controladora e no Consolidado, respectivamente) está registrado no resultado conforme nota explicativa nº 27. **b. Contingências possíveis:** A Companhia, no Consolidado, possui valores envolvendo discussões judiciais que foram analisadas por assessores jurídicos e conjunto com a administração e consideradas como probabilidade de perdas possíveis que não requerem a constituição de provisão contábil e compostas por: ***Processos trabalhistas:*** A Companhia possui ações trabalhistas de risco estimando no montante de R$ 141 (2020 - R$ 0) no Consolidado, relacionadas a participação solidária da controlada Gestão em processo envolvendo o reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento de verbas salariais representado por uma única ação. ***Processos cíveis:*** A Companhia possui ações cíveis de risco estimado como possível no montante de R$ 774 no consolidado (2020 - R$ 2.200 no Consolidado), relacionadas a: • R$ 774 (2020 - R$ 700) - participação solidária da Companhia (i) em ação declaratória de inexistência de débito e reparação de danos materiais e morais relacionados a contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e (ii) ações revisionais de juros de financiamento de imóveis intermediadas por empresas de loteamentos e empreendimentos imobiliários movido por um único estabelecimento comercial; • Ação referente a obrigação de execução de obras necessárias à conclusão de empreendimento imobiliário detido por um fundo de investimento e pagamento de prejuízos arcados pelo autor da ação pelo atraso e inadequação da obra; • Risco de eventual condenação em sucumbência (i) no caso de impossibilidade de recuperação de crédito em ação movida em nome de fundo de investimento em direitos creditórios e (ii) em ação indenizatória por cobrança de multa por rescisão de termo de parceria na prestação de serviços com cliente; • R$ 0 (2020 - R$ 1.500) - Risco em processo relacionado a não violação de cláusula concorrencial referente a contrato de software. A ação foi encerrada de comum acordo entre as partes. ***Processos fiscais:*** A Companhia possui ações fiscais de risco estimado no montante de R$ 842 (2020 - R$ 828) no Consolidado, relacionadas a execução fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS contra a executada Captalys Companhia de Investimentos (atual BSO Investimentos S.A.), a Companhia é sucessora desta ação devido ao evento de cisão realizado em janeiro de 2019.

22. Patrimônio líquido: Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 3.k. **a. Capital social:** As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Acionistas preferenciais participam somente até o limite do valor nominal dessas ações. O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 102.713, sendo R$ 59.332 em ações ON, R$ 43.379 em ações PNA, R$ 1 em ações PNB e R$ 1 em ações PNC (2020 - R$ 62.710, sendo R$ 24.330 em ações ON, R$ 38.378 em ações PNA, R$ 1 em ações PNB e R$ 1 em ações PNC, dividido em 42.411.918 (2020 - 33.097.320) ações, todas nominativas e sem valor nominal, cujas quantidades estão distribuídas da seguinte forma:

Ações em quantidade	ON	PNA	PNB	PNC	Total
Posição em 01.01.2020	**15.839.045**	**13.948.008**	**430**	**105**	**29.787.588**
Movimentação (1)	709.615	2.600.117	-	-	3.309.732
Posição em 31.12.2020	**16.548.660**	**16.548.125**	**430**	**105**	**33.097.320**
Posição em 01.01.2021	**16.548.660**	**16.548.125**	**430**	**105**	**33.097.320**
Movimentação (2)	7.030.717	2.283.701	180	-	9.314.598
Posição em 31.12.2021	**23.579.377**	**18.831.826**	**610**	**105**	**42.411.918**
Ações em tesouraria - outorgada à Funcionários (3)	**(1.666.897)**	**(6.163.731)**	**-**	**-**	**(7.830.628)**
Ações em tesouraria (4)	**-**	**(95.000)**	**-**	**-**	**(95.000)**
Ações em circulação	**21.912.480**	**12.573.095**	**610**	**105**	**34.486.290**

(1) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2020 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 27.769 mediante a emissão de 3.309.372 ações, sendo 2.600.117 preferenciais Classe A e 709.615 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$ 8,39 por ação, com base em laudo de avaliação preparado pela Companhia. As ações foram emitidas por meio de empréstimos aos acionistas e administradores, em 28 de maio de 2020 a Companhia recomprou essas ações, devolvendo-as para tesouraria e na mesma data foram outorgadas a funcionários e administradores em posição de comando, conforme item (5) abaixo, mediante a celebração de contrato com cada um dos funcionários.

(2) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2021 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 10.003 mediante a emissão de 4.567.762 ações, sendo 2.283.881 ações ordinárias, 2.283.701 ações preferenciais Classe A e 180 ações preferenciais Classe B, sem valor nominal, ao preço de R$ 2,19 por ação, com base no valor patrimonial da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 30.000 mediante a emissão de 4.746.836 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$ 6,32.

Do total do capital integralizado no período, o montante de R$ 36.823 foi integralizado em caixa e o montante de R$ 3.180 integralizado através de quotas do fundo de investimento F3 FI Multimercado CP - IE que posteriormente foi resgatado integralmente durante do 3º trimestre de 2021.

(3) Em maio de 2020 a Companhia outorgou a seus administradores e funcionários em posição de comando, a título de benefícios à empregados, 1.666.897 ações ON e 6.163.731 ações PNA por um preço fixo e determinado. Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 34.

(4) Ações de própria emissão adquiridas para manutenção em Tesouraria e posterior cancelamento ou recolocação mediante venda para acionistas da Companhia.

Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício, deduzidos os montantes fixados por lei (veja nota (b) (i) abaixo) e também deduzidos pelos dividendos estabelecidos em estatuto para as ações preferenciais (veja nota (i), abaixo: ***(i) Ações preferenciais:*** As ações preferenciais estão divididas em 3 classes, classe A, B e C. Os detentores de ações preferenciais: ***(i.1)*** Classe A não tem direito a voto e não tem preferência a dividendos mínimos ou dividendos fixos, mas terão preferência no reembolso de seu valor patrimonial à época em caso de liquidação da Companhia, com prêmio de R$ 0,01 (um centavo de real); ***(i.2)*** Classe B não terá direito a voto e terá direito a um dividendo fixo de R$ 6 por ano a ser pago por ação, desde que a Companhia apresente lucro no período e caso o lucro não seja suficiente para remunerar essa classe de ações, a Companhia realizará a distribuição do saldo remanescente com as reservas de lucros; ***(i.3)*** Classe C terá direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 30%, ou mais, desde que autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas, com votação unânime dos acionistas controladores, calculados sobre o lucro líquido, deduzido da reserva legal e dos dividendos das ações preferenciais Classe B. ***(ii) Ações ordinárias:*** As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia e terão direito a dividendos, considerando o saldo remanescente do resultado, após a distribuição para os acionistas preferenciais. **b. Reserva de lucros: *(i) Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2021 é R$ 0 (2020 - R$ 0). ***(ii) Reserva de retenção de lucros:*** No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: • o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e • o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202 da Lei 6.404/76, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro. No exercício de 2020 o saldo da reserva de retenção de lucros no valor de R$ 1.994 foi utilizado para absorver parte do prejuízo do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da referida reserva é de R$ 0 (2020 - R$ 0). **c. Transações de capital:** O saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 5.199 (2020 - R$ 4.714) está representado pela variação percentual da participação societária na controlada Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. e pela distribuição de dividendos desproporcionais aos acionistas minoritários das controladas Captalys Gestão Ltda. e ID Trust, conforme deliberação e aprovação dos acionistas. **d. Ações em tesouraria:** A composição das ações em tesouraria estava assim representada:

Classe das ações	ON	PNA	PNB	Total	R$
Composição:					
Outorgada à funcionários	(1.666.897)	(6.163.731)	-	(7.830.628)	(27.018)
Para futuras deliberações	-	(95.000)	-	(95.000)	(797)
Posição em 31.12.2021	**(1.666.897)**	**(6.258.731)**	**-**	**(7.925.628)**	**(27.815)**
Composição:					
Outorgada à funcionários	(1.666.897)	(5.945.337)	-	(7.612.234)	(26.938)
Para futuras deliberações	-	(313.394)	-	(313.394)	(877)
Posição em 31.12.2020	**(1.666.897)**	**(6.258.731)**	**-**	**(7.925.628)**	**(27.815)**

e. Ajustes de avaliação patrimonial: O saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 372 (2020 - R$ 317) representa as diferenças resultantes da conversão das taxas de câmbio das demonstrações financeiras de operações das entidades controladas no exterior. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos investimentos. **f. Dividendos mínimo obrigatório:** Conforme descrito no item (a), desta nota explicativa, é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório, deduzido da reserva legal, correspondente a: **(i)** R$ 6 (seis mil reais) por ação para os acionistas detentores das ações preferenciais classe B ("PNB"); **(ii)** 30% do lucro líquido para os acionistas detentores das ações preferenciais classe C ("PNC"), deduzido dos dividendos das ações PNB, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembleia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020
(Prejuízo) / Lucro líquido dos exercícios	**(31.478)**	**(17.650)**
Pagamento de dividendos intermediários nos exercícios - PNB	1.955	2.795
	1.955	**2.795**
Reconciliação com os saldos do balanço:		
Ativo	**4.750**	**2.795**
Adiantamento de lucros (nota explicativa nº 9)	4.750	2.795
Passivo		
Saldo inicial em 01 de janeiro	**5.799**	**6.000**
Dividendos propostos no exercício	-	-
Pagamentos realizados	(5.799)	(201)
Saldo final em 31 de dezembro	**-**	**5.799**

Não havia saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R$ 5.799) e estava registrado na rubrica "Dividendos a pagar". O saldo do exercício de 2020 foi integralmente liquidado em julho de 2021.

23. Gerenciamento de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a estrutura de pagamento de dividendos, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Qualquer modificação ou impactos na geração de caixa, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados. O índice de alavancagem é representado pela "dívida líquida", dividido pelo "total do patrimônio líquido". A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de mútuos a pagar, arrendamentos e empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e Equivalentes de caixa. O índice de alavancagem da Companhia é apresentado a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	(1.857)	(1.305)	(5.950)	(3.016)
(+) Mútuos a pagar, arrendamentos e empréstimos e financiamentos (notas 14,16, 17 e 19)	101.634	1.514	101.996	22.185
Dívida líquida / (caixa líquido)	**99.777**	**209**	**96.046**	**19.169**
Total do patrimônio líquido	**32.696**	**21.518**	**37.011**	**23.639**
Índice de endividamento líquido	305,16%	0,97%	259,50%	81,09%

24. Participação de acionistas não controladores: Ver política contábil na nota explicativa 3.(a). A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas da Companhia que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

31 de dezembro de 2021

	ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Outras controladas imateriais	Total
Percentual dos não controladores	**11,50%**	**37,37%**	**-**	**-**
Ativo circulante	6.157	1.027	-	-
Ativo não circulante	596	1.650	-	-
Passivo circulante	(3.905)	(2.807)	-	-
Ativos líquidos antes da combinação de negócios	**2.848**	**(130)**	**-**	**-**
Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios	16.763	2.648	-	-
Ativos líquidos totais	**19.611**	**2.518**	**-**	**-**
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	**2.255**	**2.077**	**(17)**	**4.315**
Parcela do resultado destinado aos minoritários				
Resultado	3.623	(70)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangente	**3.623**	**(70)**	**-**	**-**
Resultado abrangente x participação de não controladores	416	(26)	-	-
Resultado alocado para os não controladores	**416**	**(26)**	**(15)**	**375**
Dividendos pagos para acionistas não controladores	**790**	**-**	**3.120**	**3.910**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

...continuação

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

31 de dezembro de 2020

	IDTrust Tecnologia de Software Ltda.	Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Outras controladas imateriais	Total
Percentual dos não controladores	**11,50%**	**37,37%**	**-**	**-**
Ativo circulante	2.235	1.152	-	-
Ativo não circulante	1.859	3.243	-	-
Passivo circulante	(2.015)	(2.739)	-	-
Passivo não circulante	(207)	(1.716)	-	-
Ativos líquidos antes da combinação de negócios	**1.872**	**(60)**	**-**	**-**
Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios	16.763	-	-	-
Ativos líquidos totais	**18.635**	**-**	**-**	**-**
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	**2.143**	**(22)**	**-**	**2.121**
Parcela do resultado destinado aos minoritários				
Resultado	3.187	(534)	-	-
Resultado de não controladores antes da combinação	(582)	-	-	-
Total resultado abrangente	**2.605**	**(534)**	**-**	**-**
Resultado abrangente x participação de não controladores	299	(200)	-	-
Resultado de não controladores antes da combinação	582	-	-	-
Resultado alocado para os não controladores	**881**	**(200)**	**(1)**	**680**
Dividendos pagos para acionistas não controladores	**1.441**	**133**	**-**	**1.574**

Em 04 de março de 2020, a Companhia adquiriu 88,50% do capital social da controlada IDtrust, (nota explicativa n° 2.f). Consequentemente, a informação referente a IDtrust é somente até a data da combinação de negócios.

25. Receita operacional líquida: Política contábil, conforme descrita na nota explicativa n° 3 (e). As principais fontes de receita da Companhia são: **(i) Receitas com prestação de serviços que tem como principais fontes:** • Prestação de serviços de gestão de fundos de investimentos decorrentes de taxas de administração e de taxas de sucesso (*performance fee*); • Gestão de carteira e de cobrança do ramo imobiliário; • Prestação de serviços de disponibilização de plataforma tecnológica para controle e guarda de informações contratuais em operações realizadas por fundos de investimentos em direitos creditórios; • Serviços de originação direta de crédito; **(ii) Receitas com Intermediação de negócios:** • Serviços de utilização da plataforma de crédito e de estruturação de fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios.

Abaixo quadro resumo das receitas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita com prestação de serviços	13.037	8.700	99.982	85.299
Receitas com Intermediação de negócios	4.431	1.323	4.431	1.323
Total da receita bruta da atividade	**17.468**	**10.023**	**104.413**	**86.622**
Impostos diretos (a)	(2.037)	(1.240)	(10.854)	(8.778)
Receita líquida da atividade	**15.431**	**8.783**	**93.559**	**77.844**

(a) Os impostos diretos referem-se ao Imposto sobre Serviços - ISS, PIS e COFINS.

a. Informação sobre produtos e serviços: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes por principais linhas de serviços.

Para os exercícios findos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Principais produtos / linhas de serviços				
Gestão e Performance de fundos	-	-	49.464	41.518
Utilização de plataforma e estruturação	15.431	8.783	15.431	8.783
Gestão de carteira e de cobrança - imobiliário	-	-	7.951	9.018
Disponibilização de plataforma tecnológica	-	-	20.713	18.525
Total líquido da receita dos produtos	**15.431**	**8.783**	**93.559**	**77.844**
Tempo de reconhecimento de receita				
Serviços transferidos em momento específico no tempo	15.431	8.783	15.431	8.783
Serviços transferidos ao longo do tempo	-	-	78.128	69.061
Receita de contratos com clientes	**15.431**	**8.783**	**93.559**	**77.844**

b. Segmentos geográficos: A Companhia não possui receitas materiais provenientes de clientes externos e seus clientes estão substancialmente concentrados no território nacional. ***c. Informação sobre os principais clientes:*** A informação sobre a representatividade da receita sobre os principais clientes está divulgada na nota explicativa n° 33. A Companhia não opera com clientes governamentais.

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas de Pessoal	(55.560)	(35.485)	(67.512)	(45.623)
Despesas com plano de opções de ações	(2.044)	(6.432)	(2.044)	(6.432)
Despesas de Comercialização	(1.815)	(2.274)	(2.122)	(4.858)
Despesas tributárias	(545)	(696)	(875)	(1.724)
Ocupação	(1.961)	(1.608)	(2.516)	(3.060)
Utilidades e serviços	(544)	(690)	(885)	(1.183)
Serviços terceiros - Pessoas Jurídicas	(28.100)	(11.941)	(37.242)	(18.680)
Comissões e corretagens	(5.446)	(1.963)	(6.214)	(3.554)
Depreciações e amortizações	(6.548)	(2.738)	(7.438)	(3.801)
Despesas bancárias	(1.306)	(450)	(1.341)	(493)
Despesas gerais	(2.336)	(681)	(4.569)	(1.991)
Publicidade e propaganda	(577)	(528)	(577)	(682)
Ctt. de rateio de despesas do grupo **(a)**	79.207	44.437	-	-
	(27.574)	**(21.049)**	**(133.335)**	**(92.081)**

(a) Conforme nota explicativa n° 18, foi celebrado a partir do exercício de 2020 contrato de rateio de despesas entre as empresas do grupo que se utilizam dos serviços compartilhados. Durante o exercício, o montante de despesas administrativas pagas pela controladora somaram R$ 79.207 (2020 - R$ 44.437) e que foram compartilhadas com as controladas Captalys Gestão Ltda. e Captalys Serviços de Crédito Ltda. e foram consideradas no rateio de despesas.

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

Outras receitas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Recuperação de despesas	52	-	63	78
Receita com estruturação de operação financeira e outras fontes	1.129	-	2.889	-
Receita com acordo de parceria	-	320	-	-
Créditos recebidos não reembolsáveis	-	279	-	675
Reversão de demandas judiciais (nota explicativa nº 21)	-	-	242	-
Demais receitas	42	15	192	15
	1.223	**614**	**3.386**	**768**

Outras despesas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Brindes e doações indedutíveis	(22)	(20)	(22)	(20)
Despesas com demandas judiciais (nota explicativa n° 21)	(1.069)	(375)	(1.319)	(688)
Despesas com *impairment* de investimento	(883)	-	(883)	-
Despesas com aquisição de investimento	(1.516)	-	(1.516)	-
Despesas com baixa de imobilizado de uso	(842)	-	(842)	-
Despesas com cartão de crédito não dedutíveis	(286)	-	(429)	-
Demais despesas	(589)	(7)	(983)	(583)
	(5.207)	**(402)**	**(5.994)**	**(1.291)**

28. Resultado financeiro

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Receitas de juros e atualização monetária	3.156	19.447	3.513	19.334
Receita de VJPR	853	-	853	-
Ajuste a valor justo de contraprestação transferida	225	-	225	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(362)	(1.029)	(544)	(1.036)
	3.872	**18.418**	**4.047**	**18.298**
Despesas financeiras				
Juros e atualizações monetárias passivas	(7.790)	(82)	(8.643)	(884)
Despesa de VJPR	-	(17.924)	-	(17.924)
Descontos obtidos/(concedidos)	-	(267)	(140)	(365)
Ajuste a valor justo de contraprestação transferida	-	(1.660)	-	(1.660)
Atualização do arrendamento de imóveis	(762)	-	(865)	(151)
	(8.552)	**(19.933)**	**(9.648)**	**(20.984)**
Resultado financeiro líquido	**(4.680)**	**(1.515)**	**(5.601)**	**(2.686)**

29. Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(5.278)	(2.079)	(7.530)
Imposto de renda e contribuição social diferido:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	2.677	-	17.100	-
Diferenças temporárias	1.920	9.188	1.588	8.881
Total de imposto de renda das operações	**4.597**	**3.910**	**16.609**	**1.351**

b. Reconciliação de despesas fiscais e alíquota de imposto efetiva

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(36.555)	(21.560)	(48.194)	(18.321)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	12.428	7.330	16.386	6.229
(Adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(5.328)	(2.645)	-	-
Despesas indedutíveis	(2.476)	(730)	(2.752)	(730)
Exclusões permanentes	-	-	122	-
Perdas de crédito	(27)	(69)	(71)	(291)
Prej. fiscal do exercício sem constituição de ativo fiscal diferido	-	-	(17)	(3.116)
Prej. fiscal acumulados anteriormente não reconhecidos	-	-	3.047	-
Resultado negativo de investida no exterior	-	-	(159)	(362)
Efeito da variação do regime do lucro presumido para o real de investidas	-	-	6	(403)
Incentivo fiscal - Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	-	-	24	-
Outras	-	24	24	24
	(7.831)	(3.420)	223	(4.878)
Total imposto de renda e contribuição social	**4.597**	**3.910**	**16.609**	**1.351**
Alíquota efetiva corrente	-	(24,48%)	(4,31%)	(41,09%)
Alíquota efetiva total	12,58%	18,13%	(34,46%)	7,38%

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

Ativos fiscais diferidos	2019	Realização	Adições	2020
Provisão participação nos Lucros	835	(835)	1.320	1.320
Plano de opções baseado em ações	-	-	2.186	2.186
	835	**(835)**	**3.506**	**3.506**
Passivos fiscais diferidos				
Ajuste a valor Justo - TVM	(6.094)	6.094	-	-
Receitas de serviços a faturar	(423)	423	-	-
	(6.517)	**6.517**	**-**	**-**
Impacto líquido no resultado	**-**	**5.682**	**3.506**	**9.188**

Controladora

Ativos fiscais diferidos	2020	Realização	Adições	2021
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	-	-	2.677	2.677
Provisão participação nos Lucros	1.320	(1.320)	2.181	2.181
Plano de opções baseado em ações	2.186	-	695	2.881
Provisão para contingências	-	-	364	364
	3.506	**(1.320)**	**5.917**	**8.103**
Impacto líquido no resultado	**-**	**(1.320)**	**5.917**	**4.597**

Consolidado

Ativos fiscais diferidos	2019	Realização	Adições	2020
Provisão participação nos Lucros	835	(835)	1.320	1.320
Plano de opções baseado em ações	-	-	2.186	2.186
Provisão para contingências	-	-	107	107
	835	**(835)**	**3.613**	**3.613**
Passivos fiscais diferidos				
Ajuste a valor Justo - TVM	(6.094)	6.094	-	-
Receitas de serviços a faturar	(421)	421	(412)	(412)
	(6.515)	**6.515**	**(412)**	**(412)**
Impacto líquido no resultado	**-**	**5.680**	**3.201**	**8.881**

Consolidado

Ativos fiscais diferidos	2020	Realização	Adições	2021
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	-	-	17.100	17.100
Provisão participação nos Lucros	1.320	(1.320)	2.282	2.282
Plano de opções baseado em ações	2.186	-	695	2.881
Provisão para contingências	107	(83)	365	389
	3.613	**(1.403)**	**20.442**	**22.652**
Passivos fiscais diferidos				
Receitas de serviços a faturar	(412)	412	(763)	(763)
	(412)	**412**	**(763)**	**(763)**
Impacto líquido no resultado	**-**	**(991)**	**19.679**	**18.688**

Ano da realização	Ativos fiscais diferidos: Diferenças temporárias	Ativos fiscais diferidos: Prejuízo fiscal e base negativa	Ativos fiscais diferidos: Total	Prejuízo fiscal e base negativa
2022	2.282	-	2.282	(763)
2023	389	-	389	-
2024	-	1.937	1.937	-
2025	2.881	8.086	10.967	-
2026	-	7.077	7.077	-
	5.552	**17.100**	**22.652**	**(763)**
Valor presente (*)	**4.573**	**12.796**	**17.369**	**(683)**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa Selic projetada pelo Banco Central do Brasil.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de juros, crescimento do volume de operações e aumento da geração de receitas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. Não foram constituídos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 110 no Consolidado (2020 - R$ 94 no Consolidado) referente a controlada Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A., uma vez que a mesma não apresenta expectativa de lucros futuros para compensação de eventuais créditos.

30. Resultado líquido por ação: Resultado básico e diluído por ação: O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no Resultado do Exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

Resultado por ação básico e diluído	**2021**	**2020**
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	**(31.960)**	**(17.650)**
	2021 Ações ordinárias	**2020 Ações ordinárias**
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	**16.548.660**	**15.839.045**
(+) Efeito ponderado das ações emitidas em abril de 2020	-	532.211
(-) Efeito ponderado da recompra de ações próprias em maio de 2020	-	(1.111.264)
(+) Efeito ponderado das ações emitidas em Fevereiro de 2021	2.093.558	-
(+) Efeito ponderado das ações emitidas em abril de 2021	3.164.557	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**21.806.775**	**15.259.992**
Resultado por ação (em R$) - Básico e Diluído	**(1,4656)**	**(1,1566)**

31. Instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. De acordo com a análise da administração, o valor contábil é semelhante aos respectivos valores justos.

a. Classificação contábil e valores justos

	Nota	Controladora Valor contábil e valor de mercado 2021	Consolidado Valor contábil e valor de mercado 2021	Nível do Valor Justo
Custo Amortizado:				
Caixa	4	206	428	1
Contas a receber	5	3.043	17.768	2
Mútuos a receber - partes relacionadas	8	7.704	6.958	2
Reembolsos a receber	9	446	11.038	2
		11.399	**36.192**	
Mensurado a valor justo por meio de resultado:				
Aplicações financeiras	7	37.372	37.372	2
Mútuos a receber - terceiros	8	988	988	2
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa	4	1.651	5.522	1
		40.011	**43.882**	
Ativos financeiros		**51.410**	**80.074**	
Custo Amortizado:				
Fornecedores	12	3.278	4.028	2
Reembolsos a realizar	12	6.761	6.583	2
Dividendos a pagar	22.f	-	551	2
Obrigações por aquisição de investimento	2.f	8.602	8.602	2
Arrendamento - Direito de uso de imóvel	19	12.174	12.536	2
Debêntures	17	89.460	89.460	2
Passivos financeiros		**120.275**	**121.760**	

	Nota	Controladora Valor contábil e valor de mercado 31/12/2020	Consolidado Valor contábil e valor de mercado 31/12/2020	Nível do Valor Justo
Custo Amortizado:				
Caixa	4	270	355	1
Contas a receber	5	2.706	20.222	2
Mútuos a receber - partes relacionadas	8	6.717	6.196	2
Reembolsos a receber	9	758	11.273	2
		10.451	**38.046**	
Mensurado a valor justo por meio de resultado:				
Aplicações financeiras - compromissada	7	7.547	7.547	2
Mútuos a receber - terceiros	8	958	958	2
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes	4	1.035	2.661	1
		9.540	**11.166**	
Ativos financeiros		**19.991**	**49.212**	
Fornecedores	12	2.869	5.117	2
Reembolsos a realizar	12	7.100	7.335	2
Mútuos a pagar - partes relacionadas	14	1.514	-	2
Dividendos a pagar	22.f	5.799	9.470	2
Obrigações por aquisição de investimento	2.f	18.637	18.637	2
Arrendamento - Direito de uso de imóvel	19	-	1.547	2
Empréstimos e financiamentos	16	-	20.638	2
Passivos financeiros		**35.919**	**62.744**	

b. Mensuração do valor justo: Os instrumentos financeiros devem usar dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, utilizando técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Técnicas de avaliação:*** A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para os instrumentos financeiros significativos no balanço patrimonial.

Tipo	**Técnica de avaliação**
Aplicações financeiras - Operações compromissadas	São operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado referente a negociação da operação.
Aplicações financeiras - Certificado de depósito bancário - CDB	São avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, SISBACEN e FGV.

c. Derivativos: A Companhia, durante os exercícios de 2021 e 2020, não efetuou qualquer operação relacionada a Instrumentos Financeiros Derivativos.

32. Gerenciamento de riscos: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. O gerenciamento de Risco é um processo dinâmico e se faz necessário a atuação em modo contínuo, com reportes e controles diários. O objetivo é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades, para maximizar as oportunidades de se alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. Todas as áreas são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos seus processos e comunicar, de forma tempestiva, a área de Gestão de Risco incidentes que podem alterar o perfil de risco da instituição. Além de reportar eventos de perdas operacionais. A Governança da Gestão de Risco começa pelas definições das áreas envolvidas e suas responsabilidades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** A Companhia detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 5.950 (2020 - R$ 3.016) em 31 de dezembro de 2021. O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Companhia não possui provisão para redução para caixa e equivalentes, uma vez que o valor contábil desses ativos não apresenta variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. ***Contas a receber de clientes:*** A qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes que utilizam a plataforma da Companhia para suas transações está associada ao risco de inadimplência de clientes e segmentos de negócios a eles relacionados. Alterações no perfil de negócios podem ocorrer em função de crescimento orgânico, com o desenvolvimento de novos produtos, captação de novos clientes e expansão para novos mercados com um perfil de risco mais arrojado ou, ainda, em função de fusões e aquisições que a Companhia pode vir a realizar, adquirindo sociedades que contam com uma carteira de clientes com qualidade de crédito inferior àquela dos seus atuais clientes, bem como em função de alterações nas condições econômicas, alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos segmentos nos quais a Companhia e/ou seus clientes atuam, entre outros fatores. Quaisquer alterações nas condições econômicas e políticas, diminuição na demanda dos clientes, aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem afetar negativamente a taxa de crescimento e a qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes, resultando no aumento do risco de inadimplência e afetar negativamente as operações, acesso a recursos de terceiros e situação financeira da Companhia. A provisão para perdas esperadas decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes da Companhia. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Devido à limitação quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, a Companhia se baseia em informações disponíveis em seus bancos de dados, se existentes, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e fontes privadas, para realizar a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes. A gestão do risco de crédito é baseada no modelo operacional próprio da Companhia, no qual a maioria dos serviços prestados é realizado no curto prazo com pagamentos em até 30 dias. Ainda assim, são realizadas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, quando aplicável, e adotadas formas efetivas de cobrança. A análise efetuada pela Empresa segue critérios definidos e baseados em informações internas, específicas do negócio em que a Empresa opera, bem como informações externas, cadastrais ou comportamentais dos clientes, sendo estes modelos revistos periodicamente com base nas taxas históricas de perdas de cada cliente. A Companhia destaca que o Grupo não possui histórico significativo de perdas efetivas. Em 31 de dezembro de 2021, em razão da característica dos recebíveis e com base nas análises individualizadas realizadas nos clientes, a Companhia não possui saldo de provisão para perdas esperadas registrados em seus livros contábeis, uma vez que não há expectativa de eventuais perdas de crédito esperadas para os títulos em aberto nesta data. Ainda a Companhia possui apenas recebíveis vencidos de um único cliente no valor total de R$ 4.155 (2020 - R$ 3.122), cujo recebível refere-se a serviços de gestão prestados para um fundo de investimento que faz parte do grupo econômico da Companhia e que a administração possui expectativa de receber o montante em sua integralidade. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para perdas esperadas no exercício de 2021 no valor de R$ 209 (2020 - R$ 875). Tendo em vista que essas provisões não foram liquidadas dentro dos prazos contratuais, e com base em análise individualizada, após esgotadas todas as tratativas de cobrança, a administração decidiu pela baixa desses recebíveis em sua integralidade no mesmo exercício, logo as provisões para perdas esperadas foram revertidas baixadas, como contrapartida o estoque de clientes, conforme abaixo demonstrado e detalhado na nota explicativa n° 5.

	2021	2020
Baixa para perda de contas a receber	(209)	(875)
	(209)	**(875)**

Mútuos a receber: Os contratos de mútuo foram celebrados substancialmente com partes relacionadas, por empresas que compõe essas demonstrações financeiras consolidadas e/ou foram originados por empresas que integram o grupo econômico da Companhia, ainda que não consolidem nessas demonstrações financeiras. Os contratos foram praticados no curso normal dos negócios e em condições normais de mercado, incluindo taxas de juros, prazos e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentem outras desvantagens. A Companhia possui expectativa de receber esses ativos em caixa, em sua integralidade até a data de vencimento, que ocorrerá, para a maioria dos contratos celebrados, em até 12 meses a partir da data dessas demonstrações financeiras. ***Instrumentos financeiros - Operação compromissada:*** Composto por um único contrato, a operação compromissada tem como lastro cotas de fundo de investimento em participações e seu risco de crédito é minimizado pela qualidade e capacidade da contraparte fazer frente a seus compromissos e sua solvência junto ao mercado financeiro. ***Reembolsos a receber:*** Os reembolsos a receber representam o compromisso das contrapartes que são integralmente partes relacionadas em reembolsar valores antecipados e pagos pela Companhia no curso de suas operações e que seu recebimento ocorrerá pela capacidade financeira e de liquidez das contrapartes. A Companhia entende não haver risco de crédito associado a esses ativos financeiros. ***Garantias:*** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não emitiu nenhuma garantia as suas controladas. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias. O índice de investimentos sobre saídas de caixa era de 2,15 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - 1,80). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Contas a pagar", conforme contratadas. Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos em caixa e equivalentes e outros investimentos com mercado ativo eram de R$ 5.950 (2020 - R$ 3.016), os fluxos de caixa esperados provenientes do "Contas a receber de clientes" com vencimento em até dois meses era de R$ 17.768 (2020 - R$ 20.222) e as saídas esperadas de caixa para "Contas a pagar" com vencimento em até dois meses eram de R$ 11.025 (2020 - R$ 12.892). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado — Fluxos de Caixa Contratuais

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo Contratual	2 meses ou menos	3-12 meses	acima de 1 ano
Passivos financeiros não derivativos					
Arrendamentos	12.536	16.106	564	2.821	12.721
Obrigações por aquisição de investimentos	8.602	8.602	-	8.602	-
Empréstimos e financiamentos com garantia	89.460	153.754	2.490	13.620	137.654
Dividendos a pagar	551	551	551	-	-
Reembolsos a realizar	6.583	6.583	6.583	-	-
Fornecedores	4.028	4.028	4.028	-	-
Total	**121.760**	**189.624**	**14.216**	**25.043**	**150.375**

Consolidado — Fluxos de Caixa Contratuais

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo Contratual	2 meses ou menos	3-12 meses	acima de 1 ano
Passivos financeiros não derivativos					
Mútuos a pagar	1.514	1.514	1.514	-	-
Arrendamentos	1.547	1.984	101	502	1.381
Obrigações por aquisição de investimentos	18.637	20.075	-	9.810	10.265
Empréstimos e financiamentos com garantia	20.638	20.638	-	6.336	14.302
Dividendos a pagar	9.470	9.470	400	5.120	3.950
Reembolsos a realizar	7.335	7.335	7.335	-	-
Fornecedores	5.117	5.117	5.117	-	-
Total	**64.258**	**66.133**	**14.467**	**21.768**	**29.898**

c. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo. ***(i) Risco cambial:*** A Companhia está exposta aos efeitos da variação das taxas de câmbio, decorrente, exclusivamente, dos investimentos em controlados no exterior. Por sua vez, considerando o baixo investimento mantido nas controladas, qualquer flutuação nas taxas de câmbio representará ganhos ou perdas não significativas. O saldo dos investimentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 era de USD 65 (2020 - USD 156). ***(ii) Risco de taxa de juros:*** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros. A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos bancários. Em 31 de dezembro de 2021, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2022 conforme segue: (i) a taxa do CDI/Selic em 11,75% a.a. (4,00% em 2020); (ii) IPCA em 5,38% (3,98% em 2020), com base na projeção do Banco Central do Brasil obtida pelo relatório de mercado Focus de 28 de janeiro de 2022 (05 de março de 2021 para 2020). A Administração efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados acréscimos passivos e decréscimos ativos de 25% e 50%, apresentados como abaixo, respectivamente. A análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

31 de dezembro de 2021

Indexador					
DI			**11,75%**	**8,81%**	**5,88%**
IPCA			**5,38%**	**4,04%**	**2,69%**
		Saldo líquido em 31/12/2021	**Cenário provável**	**Acréscimo/ decréscimo de 25%**	**Acréscimo/ decréscimo de 50%**
Ativos				**Expectativa de receitas financeiras - 12 meses**	
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	DI	5.522	649	487	324
Mútuos a receber - terceiros	DI	988	116	87	58
Mútuos a receber - partes relacionadas	IPCA	6.958	374	281	187
Aplicações financeiras	DI	37.372	4.391	3.293	2.196
Total		**50.840**	**5.530**	**4.148**	**2.765**
Passivos					
Debêntures	DI	(89.460)	(10.512)	(13.139)	(15.767)
Total		**(38.620)**	**(4.982)**	**(8.991)**	**(13.002)**

31 de dezembro de 2020

Indexador					
DI			**4,00%**	**3,00%**	**2,00%**
IPCA			**3,98%**	**2,99%**	**1,99%**
		Saldo líquido em 31/12/2020	**Cenário provável**	**Acréscimo/ decréscimo de 25%**	**Acréscimo/ decréscimo de 50%**
Ativos				**Expectativa de receitas financeiras - 12 meses**	
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	DI	2.661	106	80	53
Mútuos a receber - terceiros	DI	958	38	29	19
Mútuos a receber - partes relacionadas	IPCA	6.196	247	185	123
Instrumentos financeiros - compromissada	DI	7.547	302	226	151
		17.362	**693**	**520**	**347**
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	DI	(20.638)	(826)	(1.032)	(1.238)
Total		**(3.276)**	**(132)**	**(512)**	**(892)**

33. Segmentos operacionais: a. Base para segmentação: A Companhia possui três segmentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são eles: (i) originação direta de crédito, e (ii) Plataforma Tecnológica de Crédito e (iii) Captalys Asset Management. O seguinte resumo descreve os produtos dos segmentos reportáveis da Companhia por área comercial: ***(i) Originação Direta de Crédito:*** Nossos esforços de venda direta de crédito através de: **(a)** canais digitais, principalmente: **(i)** Tomático - (*Fintech* de crédito focada em empréstimos para comerciantes que aceitam pagamentos com cartão); e **(ii)** PagAgro (Fornece capital de giro para a cadeia produtiva do *agrobusiness*); ***(ii) Plataforma Tecnológica de Crédito:*** A Plataforma tecnológica integra os recursos e funcionalidades necessários para que empresas lancem e operacionalizem rapidamente programas de empréstimos exclusivos, gerem novas receitas e realizem outros benefícios que ajudam no crescimento do cliente. Nossa Plataforma permite que nossos clientes originem, precifiquem, processem, cobrem e gerenciem carteiras diversificadas de ativos de crédito. ***(iii) Captalys Asset Management:*** CAM cobra taxas de gestão e performance para gerir capital em nome de seus clientes. São fundos de liquidez limitada com restrições de resgate apropriadas à liquidez das carteiras de empréstimos em que investe.

b. Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas

Segmentos operacionais

	Originação Direta de Crédito 2021	Originação Direta de Crédito 2020	Plataforma Tecnológica de Crédito 2021	Plataforma Tecnológica de Crédito 2020	Captalys Asset Management 2021	Captalys Asset Management 2020	Total Geral 2021	Total Geral 2020
Receita Bruta	5.119	6.071	63.723	44.897	35.571	35.654	104.413	86.622
(-) Impostos diretos	(532)	(615)	(6.624)	(4.550)	(3.698)	(3.613)	(10.854)	(8.778)
Receita operacional líquida	**4.587**	**5.456**	**57.099**	**40.347**	**31.873**	**32.041**	**93.559**	**77.844**
Receitas/(despesas) operacionais								
Despesas de Pessoal	(21.052)	(9.336)	(36.173)	(35.381)	(12.332)	(7.338)	(69.556)	(52.055)
Despesas de Comercialização	(642)	(871)	(1.104)	(3.302)	(376)	(685)	(2.122)	(4.858)
Despesas Tributárias	(265)	(309)	(455)	(1.172)	(155)	(243)	(875)	(1.724)
Despesas Gerais e Administrativas	(18.396)	(12.693)	(31.610)	(14.517)	(10.776)	(6.234)	(60.782)	(33.444)
Outras receitas e despesas operacionais	(789)	(94)	(1.356)	(355)	(462)	(74)	(2.608)	(523)
Despesa de provisão para perdas esperadas	(63)	(157)	(109)	(595)	(37)	(123)	(209)	(875)
	(41.208)	**(23.460)**	**(70.806)**	**(55.322)**	**(24.139)**	**(14.697)**	**(136.152)**	**(93.479)**
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	198	1.283	2.470	9.484	1.379	7.531	4.047	18.298
Despesas financeiras	(473)	(1.471)	(5.888)	(10.876)	(3.287)	(8.637)	(9.648)	(20.984)
	(275)	**(188)**	**(3.418)**	**(1.392)**	**(1.908)**	**(1.106)**	**(5.601)**	**(2.686)**
Resultado antes do IR e CSLL	**(36.895)**	**(18.192)**	**(17.125)**	**(16.367)**	**5.826**	**16.238**	**(48.194)**	**(18.321)**
Ativos segmentos reportáveis	6.824	5.000	124.804	70.060	47.413	29.360	179.041	104.420
Investimento de capital (CAPEX)	797	1.604	25.070	13.190	467	1.261	26.334	16.055
Passivos dos segmentos reportáveis	**(40.384)**	**(16.941)**	**(77.992)**	**(53.764)**	**(23.656)**	**(10.076)**	**(142.030)**	**(80.781)**

c. Segmentos geográficos: A Companhia não originou receitas no exterior em 31 de dezembro de 2021 em relação ao total originado localmente (2020 - 1,84%). **d. Maior cliente:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não apresentou concentração de receitas de clientes específicos. A maior concentração de receita de um único cliente foi 9,5% (2020 - 5,2%), do total da receita líquida de serviços da Companhia.

34. Pagamento baseado em ações: a. Descrição do acordo de pagamento baseado em ações: Em 2021 e 2020, a Companhia concedeu pagamentos baseados em ações ("Plano") ao seu pessoal-chave da administração por meio de Instrumentos de Compra e Venda de Ações ("Acordo"). O Plano é administrado pela Diretoria da Companhia e em 31 de dezembro de 2021 inclui 28 funcionários (34 funcionários em 31 de dezembro de 2020). • No exercício de 2021 a Companhia realizou 3 (três) outorgas de ações conforme segue: **(i)** no mês de fevereiro onde a Companhia outorgou 641.665 ações preferenciais classe A ("PNA"); **(ii)** no mês de março, onde a Companhia outorgou 102.980 ações PNA; e **(iii)** no mês de junho, onde a Companhia outorgou 339.990 ações PNA. Todas as outorgas foram emitidas a um preço fixo, sendo R$ 8,39 ou R$ 4,77 cada ação, conforme estabelecido em cada Acordo. • Em 2020 a Companhia realizou 2 (duas) outorgas de ações da seguinte forma: (i) uma em maio de 2020, onde a Companhia outorgou 5.885.337 ações preferenciais classe A ("PNA") e 1.666.897 ações ordinárias ("ON"); e (ii) uma em agosto de 2020, onde a Companhia outorgou 60.000 ações PNA, ambas outorgadas com preço fixo de compra para cada ação, sendo R$ 8,39 para PNA e R$ 4,77 para ON, conforme estabelecido em cada Acordo. A Companhia utilizou ações em tesouraria para esta outorga aos funcionários (vide nota 21 (a)).

Data da outorga/beneficiários	**Número de ações**
Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	
28 de maio de 2020	7.552.234
26 de agosto de 2020	60.000
10 de fevereiro de 2021	641.665
31 de março de 2021	102.980
01 de junho de 2021	339.990
Recompras de ações	(866.241)
	7.830.628

O Acordo firmado entre as partes estabelece as condições de aquisição das ações, incluindo a quantidade e o preço das ações outorgadas aos empregados e os termos e condições de pagamento do preço de compra. O Acordo também limita a posterior venda e transferência das ações pelo beneficiário e estabelece os direitos de recompra da Companhia em determinadas circunstâncias. ***(i) Restrições à transferência ou alienação de ações pelo beneficiário:*** O beneficiário não pode vender ou transferir as ações recebidas no âmbito do Plano a terceiros, a menos que todas as seguintes condições sejam plenamente atendidas: **(a)** o preço total de compra de todas as ações na outorga seja pago pelo beneficiário à Companhia; **(b)** a Companhia autorizar o beneficiário expressamente por escrito a realizar a venda; e **(c)** a data limite em contrato para alienação ou transferência pelo beneficiário tenha passado ("Data Limite") - cada Contrato contém uma data limite definida, que é de até cinco anos após a data de concessão. ***(ii) Termos e condições de pagamento do preço da ação:*** Nos termos do Acordo, o pagamento do preço de compra será feito por meio da retenção de dividendos sobre todas as ações outorgadas no Plano a partir da data de outorga ("pagamentos ordinários") até que o preço de compra integral tenha sido pago. O Acordo estabelece que o pagamento será feito em até 5 anos a partir da assinatura do Acordo, porém, caso o prazo de pagamento termine e o funcionário continue trabalhando na Companhia, o prazo de pagamento será estendido por períodos adicionais de 1 (um) ano, até que o pagamento total do preço de compra tenha sido feito. Enquanto o beneficiário for funcionário da Empresa, não incidem juros sobre o preço de compra, caso contrário, o preço de compra será acrescido dos juros contratuais (em média 10% ao ano), até o pagamento integral. O beneficiário pode, a qualquer momento, efetuar o pagamento total ou parcial do preço de compra, ("pagamentos extraordinários"). Se um beneficiário deixar a Empresa antes da Data Limite, o beneficiário deverá pagar o saldo total em aberto do preço de compra no prazo de 5 dias úteis. Se o beneficiário sair após o período de carência, o beneficiário deverá pagar o saldo devedor, acrescido dos juros vencidos a partir dessa data, ao longo de um período estabelecido em cada Contrato. ***(iii) Recompra pela Companhia:*** A Companhia tem a opção de recomprar as ações por um valor igual ao valor cumulativo dos pagamentos extraordinários feitos pelo beneficiário que pode exercer a seu critério nas seguintes situações: **(a)** Caso o beneficiário saia antes da Data Limite; ou: **(b)** Caso o beneficiário tenha se desligado da Companhia e não cumpra algum dos pagamentos devidos. **b. Critério contábil do Plano:** Uma vez que os beneficiários não têm obrigação de adquirir as ações, o plano é considerado, em substância, um plano de opções. A combinação da restrição à venda ou transferência até após a Data Limite e o direito da Companhia de recomprar as ações caso o beneficiário deixe a Companhia antes dessa data cria um período de serviço - o período de carência para cada Acordo começa a partir da data de outorga até a Data Limite. A Companhia reconhece uma despesa pelos serviços prestados pelos beneficiários durante o período de aquisição com um aumento correspondente no patrimônio líquido. As despesas são registradas na rubrica "Despesas com planos de opção de compra de ações", vide nota 26. As demais restrições à venda ou transferência são consideradas condições de não aquisição e afetam a valorização dos prêmios.

c. Despesas de pagamento baseado em ações: A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 relativa ao Plano foi de R$ 2.044 (2020 - R$ 6.432), vide nota explicativa n° 26. A tabela a seguir apresenta as despesas a serem reconhecidas de acordo com os prazos de carência, conforme estabelecido no Acordo.

Período de prestação dos serviços (Ao Ano)

	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas referentes as outorgas de 2020 à apropriar	(6.432)	(1.783)	(1.183)	(893)	(307)
Reversão de despesas em 2021 - Recompra de ações	-	300	131	119	53
Despesas referentes as outorgas de 2021 à apropriar	-	(561)	(452)	(381)	(155)
Total a ser apropriado no período de vesting	**(6.432)**	**(2.044)**	**(1.504)**	**(1.155)**	**(409)**

d. Movimentação da quantidade de ações do plano

Ações	Consolidado ON	Consolidado PNA	Consolidado Total
1 de Janeiro de 2020	-	-	-
Adições	1.666.897	5.945.337	7.612.234
31 de dezembro de 2020	**1.666.897**	**5.945.337**	**7.612.234**
1 de Janeiro de 2021	**1.666.897**	**5.945.337**	**7.612.234**
Recompras (*)	-	(866.241)	(866.241)
Adições (**)	-	1.084.635	1.084.635
31 de dezembro de 2021	**1.666.897**	**6.163.731**	**7.830.628**

(*) No exercício findo em 2021, a Companhia exerceu sua opção de recompra de 866.241 ações, de acordo com os termos contratuais (vide nota (a) acima) uma vez que alguns beneficiários deixaram a Companhia antes da "Data Limite". A Companhia não teve que pagar, pois os funcionários não fizeram nenhum pagamento extraordinário. Todas as despesas anteriormente registradas para os empregados que saíram da Companhia foram revertidas na conta "Plano de opção de compra de ações" (vide quadro acima).

(**) No exercício findo em 2021, todas as ações recompradas pela Companhia e as ações não alocadas que estavam em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 foram outorgadas a novos empregados ou empregados que já faziam parte do Plano. As condições contratuais das novas outorgas como preço de outorga, prazos de restrição e condições de pagamento eram as mesmas das outorgas anteriores do Plano. O valor justo dos prêmios foi atualizado conforme demonstrado a seguir.

e. Mensuração de valor justo: As outorgas possuem características semelhantes às opções, pois o beneficiário tem o direito de obter os benefícios econômicos das ações por meio da venda ou transferência, uma vez satisfeitas as condições que restringem a venda ou transferência, incluindo o pagamento de um preço fixo de compra. Quaisquer dividendos pagos sobre as ações antes do pagamento do preço total de compra serão retidos e considerados como pagamento desse preço de compra.

1. O valor justo das ações na data da outorga aos funcionários foi calculado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, cujas premissas utilizadas na precificação são: Taxa de desconto de 20,0% (2020 - 15,9%) , taxa de crescimento de 65,9% (2020 - 14,60%) ao ano a partir de 2021 para o período projetivo e taxa de crescimento na perpetuidade de 4,00% (2020 - 3,00%) a partir do quinto ano.
2. A metodologia adotada para mensurar o valor justo dos prêmios foi a Merton (1973), uma variação do *Black&Scholes*, a qual desconta o valor dos dividendos das expectativas de ganhos futuros. Esta opção foi selecionada visto que o beneficiário não recebe o valor dos dividendos em caixa durante o período de exercício da ação. O benefício de aquisição das ações está considerado pela quantidade de ações atribuídas a cada tranche.
3. O cálculo da volatilidade considerou o estudo da variação de EBIT durante o decorrer do período entre 2016 e 2021. A volatilidade é aplicada ao modelo de acordo com o período para exercício. Após o 6° ano, a volatilidade utilizada considerou a volatilidade atribuída a longo-prazo (estabelecida pela variação dos últimos 5 anos). O modelo de volatilidade é o equiprovável, ou seja, atribui a mesma probabilidade de exercício a cada variabilidade de eventos passados.
4. Taxa de Retorno Livre de Risco foi baseada na taxa DI futura divulgada pela B3. (www.b3.com.br)

As variações na quantidade de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Consolidado

	31/12/2021 Preço do exercício por ação-Reais	31/12/2021 Quantidade de ações	31/12/2020 Preço do exercício por ação-Reais	31/12/2020 Quantidade de ações
Saldo inicial	**-**	**7.612.234**	**-**	**-**
Concedidas	4,77 e 8,39	1.084.635	4,77 e 8,39	7.612.234
Canceladas	8,39	(866.241)	-	-
Saldo Final	**4,77 e 8,39**	**7.830.628**	**4,77 e 8,39**	**7.612.234**

O valor justo médio ponderado do prêmio das ações concedidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R$ 1,99 e R$ 1,39 por ação, respectivamente. Os dados significativos incluídos no modelo das concessões referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram: preço médio ponderado da ação de R$ 8,52 (2020 - R$ 4,63) na data da concessão, preço do exercício apresentado no quadro acima, volatilidade média ponderada de 324,0% (2020 - 355,2% e 564,6%), rendimento de dividendos de 23,10% (2020 - entre 0,00% e 18,48%), uma vida esperada da opção correspondente a 8,95 anos (2020 - entre 9 e 13 anos) (baseado na expectativa que a administração tem para o pagamento de dividendos com base em um laudo de avaliação preparado internamente) e uma taxa de juros anual sem risco de 7,47% (2020 - entre 2,45% e 8,12%). A volatilidade foi mensurada utilizando o histórico do EBITDA da Companhia. O período de análise para as volatilidades considera a expectativa de tempo de exercício de cada opção de compra. As volatilidades foram anualizadas.

	Programa de opção de ações 2021	Programa de opção de ações 2020
Valor justo na data de outorga	8,52	4,63
Preço do prêmio por ação na data de outorga	1,99	1,39
Preço de exercício	4,77 e 8,39	4,77 e 8,39
Volatilidade esperada (média ponderada)	324,05%	369,36%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	8,95 anos	10,58 anos
Dividendos esperados	23,10%	18,21%
Taxa de juros livre de risco	7,47%	6,87%

35. Outros assuntos: Impactos da COVID-19 (Coronavírus): A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa. A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar suas práticas de convivência (incluindo práticas rigorosas de higienização de locais de trabalho e dos funcionários, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências) e a incorporação de trabalho remoto ou híbrido, sempre limitado a presença de menos de 35% (trinta e cinco por cento) de colaboradores presente nos escritórios. A Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela Administração, considerando o melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. A Companhia não pode garantir que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para as autoridades governamentais. A pandemia da COVID-19 também resultou em uma volatilidade substancialmente maior nos mercados financeiros brasileiros e internacionais e em indicadores econômicos, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e *spreads* de crédito. A título de exemplo, como resultado da maior volatilidade, o *circuit breaker* da B3 foi acionado seis vezes em oito pregões no mês de março de 2020 e o valor dos ativos foi impactado negativamente. Quaisquer choques ou movimentos inesperados nesses fatores de mercado podem resultar em perdas financeiras associadas aos ativos financeiros da Companhia, que podem deteriorar a condição financeira da Companhia. Além disso, as preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente os negócios da Companhia. No início de 2021, uma nova variante do vírus da COVID-19 começou a circular no Brasil, resultando em um aumento no número de internações e óbitos. Em 11 de março de 2021, o Brasil foi considerado o epicentro da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, as autoridades públicas brasileiras, incluindo as autoridades dos Estados e Municípios em que a Companhia opera, estão restabelecendo medidas restritivas, tais como restrições à circulação, isolamento social, quarentenas e até mesmo *lockdowns*. A Companhia não pode garantir que tais medidas não terão um efeito relevante adverso em seus negócios. A pandemia e as políticas públicas de contenção, tais como recomendação de isolamento social, trabalho em *homeoffice*, redução da jornada de trabalho com a consequente redução dos vencimentos e diminuição do ritmo de investimento e consumo influenciaram o comportamento dos clientes da Companhia e de suas controladas, bem como da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o setor de atuação de alguns dos clientes da Companhia. Além disso, a desaceleração econômica global, incluindo aumento do desemprego, resultou e poderá resultar, mesmo após a contenção da pandemia, em menor atividade comercial. Em decorrência do cenário atual, que pode se prolongar, clientes da Companhia e suas controladas podem deixar de contratar produtos da Companhia e de suas controladas, ou não honrar com pagamentos de produtos e serviços já contratados, resultando em um impacto adverso relevante sobre as operações e a situação financeira da Companhia e de suas controladas. Os fracos fundamentos macroeconômicos, aliados à desaceleração do mercado causada pela pandemia da COVID-19, tiveram e provavelmente continuarão a ter, certo impacto no desempenho das unidades de negócios da Companhia e suas controladas, enquanto durarem as restrições impostas pelas autoridades governamentais. As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, de crédito e operacional da Companhia podem não ser totalmente eficazes para mitigar a exposição aos riscos que podem continuar a ser causados ou potencializados pela atual pandemia. A extensão dos impactos da pandemia da COVID-19 nos negócios, na condição financeira, na liquidez e nos resultados da Companhia e suas controladas ainda depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e que dependem de diversos fatores que estão fora do seu controle, incluindo a possibilidade de ondas adicionais de surtos, como os casos confirmados envolvendo a nova cepa da COVID-19 no Brasil e no mundo, e a intensidade da retração econômica resultante das ações tomadas, ou a serem tomadas, pelas autoridades governamentais em resposta à pandemia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às suas instalações e instalações de seus clientes (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos seus negócios. Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam fornecer orientação à Companhia quanto ao efeito de uma pandemia global severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que a Companhia não é capaz de estimar.

36. Eventos subsequentes: A Companhia até a data da emissão das demonstrações financeiras, não identificou nenhum evento subsequente para divulgação.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

...continuação

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Fernando Maia de Oliveira Cruz - Diretor Responsável | **Flávio Luque Bastos** - Contador CRC 1SP174452/O-9 | **Irko Organização Contábil** - CRC 2SP002684/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e ao conselho de administração da Captalys Companhia de Crédito - São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Captalys Companhia de Crédito ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Captalys Companhia de Crédito em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Captalys Companhia de Crédito em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa ("UGC") que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da compra da Idtrust Tecnologia de Software Ltda.: Veja as notas explicativas n° 3.i. e 11.c., das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras saldos significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura, cuja avaliação do valor recuperável envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas nos fluxos de caixa futuros esperados da UGC. As projeções de fluxos de caixa futuros incluem premissas e julgamentos significativos da Companhia, tais como determinação da taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, projeções de receita e volume de vendas. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: • Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a: • avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade da metodologia utilizada na determinação do valor recuperável da UGC, bem como recálculo matemático do modelo; • avaliação da razoabilidade e teste de sensibilidade das premissas significativas utilizadas na determinação do valor recuperável da UGC, o que inclui o recálculo da taxa de desconto que utiliza informações comparáveis de mercado, projeções de receitas, volume de vendas a partir de informações históricas da UGC e taxa de crescimento; • avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, incluindo as principais estimativas e julgamentos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercícios findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2022

KPMG **Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP014428/O-6 — **Mark Suda Yamashita** Contador CRC SP-271754/O-9

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF Nº 52.311.347/0001-59

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **20 de abril de 2022, às 9h00,** em sua sede localizada **Avenida Baldan, nº 1500 – Nova Matão, Estado de São Paulo**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **EM SEDE DE ORDINÁRIA: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e a distribuição de dividendos; **c)** Referendar a distribuição de dividendos da Controlada Baldan Agroindústria Eireli CNPJ/MF n.º 33.579.659/0001-01 referente a reserva de lucros acumulado no exercício 2021; **EM SEDE DE EXTRAORDINÁRIA: a.)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional aos Conselhos de Administração referente ao ano de 2021; **b)** Referendar o pagamento de bônus de performance ao Conselho de Administração referente ao ano de 2021 conforme apurado em demonstrativo de metas e desempenho; **c.)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **d.)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; Matão/SP, 11 de Abril de 2022. Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração. (12,13,14)

Lautis Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF n° 09.432.118/0001-63 - NIRE 35.300.381.327

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores (a) Acionistas da **LAUTIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08708.672/0001-68, CONVOCADOS para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **25 de abril de 2022** em primeira chamada às 10:00 horas, necessitando a presença de acionistas que representem, no mínimo ¼ do capital social com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) eleição dos membros da Diretoria da Companhia, mandato e remuneração; (ii) alteração da redação dos artigos 8º, 10º, 12, 13, 16 e 21 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidação do Estatuto Social daCompanhia. São Paulo, 04 de abril de 2022. Carlos André Andrioni Salgueiro - Lourenço; Guilherme Andrioni Salgueiro - Lourenço

PST Energias Renovaveis e Participações S/A

CNPJ/MF nº 08.708.672/0001-68 - NIRE 35.300.342.798

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores (a) Acionistas da **PST ENERGIAS RENOVÁVEIS E PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08708.672/0001-68, **CONVOCADOS** para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **25 de abril de 2022** em primeira chamada às 10:00 horas, necessitando a presença de acionistas que representem, no mínimo ¼ do capital social com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **(i)** eleição dos membros da Diretoria da Companhia, mandato e remuneração; **(ii)** alteração da redação dos artigos 9º, 13, 17, 18, 21, 27 e 28 do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 04 de abril de 2022. Carlos André Andrioni Salgueiro Lourenço - Guilherme Andrioni Salgueiro Lourenço

AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF Nº 28.539.255/0001-46 - Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **20 de Abril de 2022**, **às 17h00min.,** em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858- SL3 - Centro, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **EM SEDE DE ORDINÁRIA: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram devidamente entregues aos acionistas; **b.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, da Cédula Rural Pignoratícia - CRP - no valor de R$ 1.799.983,68, bem como o oferecimento de garantia consistente em Penhor de produtos agropecuários (Cana-de-açucar) em primeiro grau a celebrado com Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito de Sertãozinho, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81; **b)** ratificar a autorização concedida para Baldan Agropecuária Eireli para a constituição de garantias fidejussórias por meio de aval ou fiança, garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios, incluindo aplicações financeiras, títulos e recebíveis, penhor mercantil ou rural, alienação fiduciária e hipoteca, de bens integrantes de qualquer parte do ativo independentemente dos valores envolvidos, para garantir as obrigações assumidas pela Baldan Implementos Agrícolas S.A., CNPJ nº 52.311.347/0001-59 nas operações contratadas junto ao Banco BOCOM BBM S/A. Matão/SP, 12 de Abril de 2022. **Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração.** (12,13,14)

CIIS - COMPANHIA DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

CNPJ/MF Nº. 05.410.674/0001-88 - Companhia Fechada

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de março de 2022, às 17h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 6, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Waldo Edwin Pérez Leskovar. Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a celebração de Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC") com sua única acionista CCR S.A.; e **(ii)** o aumento do capital social de sua controlada Concessionária do VLT Carioca S.A ("VLT Carioca"). **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberou aprovar: **(i)** a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** a celebração de Contrato de AFAC entre a Companhia e sua única acionista CCR S.A, no valor de R$ 33.635.923,00 (trinta e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e vinte três reais); e **(iii)** o aumento do capital social de sua controlada VLT Carioca no valor de até R$ 16.815.922,77 (dezesseis milhões, oitocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos); tudo conforme termos e condições apresentados nesta Assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 31 de março de 2022. **Assinaturas**: Waldo Edwin Pérez Leskovar, Presidente e Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Waldo Edwin Pérez Leskovar - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil; Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 183.135/22-2 em 08.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Edenred Soluções de Pagamentos Hyla S.A.

CNPJ/MF nº 59.158.642/0001-66 - NIRE 35.300.353.439

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22 de Fevereiro de 2022

1. Data, hora e local: Realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, às 08:00 horas, na sede da **Edenred Soluções de Pagamentos Hyla S.A.**, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 15º andar, unidade nº 1504, Alphaville, CEP 06455-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente - Sr. Gilles Andre Coccoli; e Secretário - Sr. Alaor Barra Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a reeleição de membros no quadro da Diretoria da Companhia; (ii) a eleição de novo Diretor; e (iii) a autorização para a administração praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o seguinte: 5.1. Em razão da proximidade do fim do mandato de membros da Diretoria, resolve a acionista aprovar a reeleição dos Srs. (i) **Alfredo Antonio Bernacchi**, argentino, casado, portador de Cédula de Identidade RNE F059157-V, inscrito no CPF/MF sob o nº 242.074.478-06, como Diretor Presidente; (ii) **Marcelo Fernandes Roboredo**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.872.603-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 090.547.058-33, como Diretor Vice-Presidente; (iii) **Viviane Pampin Rodriguez,** brasileira, convivente em união estável, economista, inscrita no CPF/ME sob o nº 037.435.667-02, portadora do RG nº 10119726-7, como Diretora Financeira da Companhia, todos com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7815, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com um mandato que se encerrará em 22 de fevereiro de 2025. 5.2. Eleger a Sra. **Cristiane Nogueira de Andrade,** brasileira, divorciada, economista, inscrita no CPF/ME sob o nº 136.277.748-09, portadora do RG nº 20.316.853-7, residente e domiciliada na Rua Maria Antonia Ladalardo, nº 325, bloco B, apto. 21, CEP 05704-130, ao cargo de Diretora sem designação específica e para um mandato complementar até 22 de fevereiro de 2025. 5.2.1. Registrar que a Diretora ora eleita, bem como os Diretores reeleitos serão investidos nos respectivos cargos, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, mediante a assinatura do Termo de Posse e declaram, individualmente, que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 147 da Lei das S.A.; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo §3º do Artigo 147 da Lei das S.A.; e (iii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do §3º, do Artigo 147 da Lei das S.A. 5.3. Em razão da deliberação tomada no item acima, resolvem os membros do Conselho de Administração da Companhia ratificar a composição da Diretoria da Companhia com seguintes membros: (i) **Alfredo Antonio Bernacchi**, argentino, casado, portador de Cédula de Identidade RNE F059157-V, inscrito no CPF/MF sob o nº 242.074.478-06, como Diretor Presidente; (ii) **Marcelo Fernandes Roboredo**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.872.603-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 090.547.058-33, como Diretor Vice-Presidente; (iii) **Viviane Pampin Rodriguez,** brasileira, convivente em união estável, economista, inscrita no CPF/ME sob o nº 037.435.667-02, portadora do RG nº 10119726-7, como Diretora Financeira; (iv) **Cristiane Nogueira de Andrade**, brasileira, divorciada, economista, CPF/ME sob o nº 136.277.748-09, portadora do RG nº 20.316.853-7, como Diretora sem designação específica, todos com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7815, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com um mandato que se encerrará em 22 de fevereiro de 2025. 5.4. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização dos atos acima referidos, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivado na Companhia. **6. Encerramento e Aprovação:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes. Mesa: Gilles Andre Coccoli - Presidente; Alaor Barra Aguirre - Secretário. Membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Gilles Andre Coccoli; (ii) Eric Sauvage; (iii) Andrea Keller; (iv) Ricardo Ernesto Corrêa da Silva; e (v) Haroldo Pimentel Stumpf. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Barueri, SP, 22 de fevereiro de 2022. Mesa: **Gilles Andre Coccoli -** Presidente; **Alaor Barra Aguirre -** Secretário. **JUCESP** nº 180.823/22-0 em 06/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35300384466

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Conselho de Administração da Ambipar Participações e Empreendimentos S/A convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária sob a forma exclusivamente digital,** nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), no dia 04 de maio de 2022, às 18 horas, por meio da Plataforma **Teams** ("Plataforma Digital"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: I. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; II. Proposta para a Destinação do Resultado do exercício de 2021; III. Eleição dos membros do Conselho Administração; IV. Fixação da remuneração dos administradores para o exercício 2022. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via **Boletim de Voto a Distância**, cujo modelo está disponibilizado aos acionistas nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br); (b) via **Plataforma Digital,** que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, caso em que o acionista poderá (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, situação em que as instruções de voto porventura enviadas anteriormente por meio do Boletim pelo acionista serão desconsideradas, prevalecendo o voto proferido via Plataforma Digital. A comprovação da qualidade de acionista da Companhia deverá ser feita nos termos do artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), conforme aplicável. A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar desta Assembleia que as instruções para acesso à Plataforma Digital e/ou envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da ICVM nº 481, constam da Proposta da Administração e no Manual para Participação do Acionista na Assembleia. Para participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital o acionista deve enviar solicitação à Companhia para o e-mail ri@ambipar.com, com antecedência de até 5 (cinco) dias antes da sua realização, ou seja, até às 18hs - horário de Brasília - do dia 29 de abril de 2022, a qual deverá estar devidamente acompanhada dos seguintes documentos: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista. Os seguintes documentos podem ser apresentados: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações emitidas pela Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante; e (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na Assembleia. **Pessoa Jurídica ou Entidade Legal:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada). Os seguintes documentos podem ser enviados (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) documentos que comprovem representação, incluindo a nomeação por procuração e cópia dos documentos de qualificação profissional e da ata da eleição dos conselheiros; e no caso de fundo de investimento, cópias de (i) estatuto do fundo em vigor; (ii) os documentos de qualificação profissional de seu conselheiro ou administrador, conforme o caso; e (iii) a ata da eleição de tais conselheiros. Se esses documentos estiverem em um idioma estrangeiro, deverão ser traduzidos para o português por um tradutor juramentado, mas não será necessária a notarização e a consularização. Os documentos em inglês e espanhol não precisam ser traduzidos; (c) comprovante de propriedade de ações emitidas pela Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante; e (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na Assembleia. O exercício do direito de voto no caso de empréstimo de ações ficará a cargo do tomador do empréstimo, exceto se o contrato firmado entre as partes dispuser de forma diversa. A despeito da possibilidade de participação via Plataforma Digital, a Ambipar recomenda aos acionistas a adoção do Boletim de Voto a Distância. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (http://www.cvm.gov.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária, nos termos da ICVM nº 481. São Paulo, 14 de abril de 2022. **Tercio Borlenghi Junior -** Presidente do Conselho de Administração.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Apresentamos as Vossas Senhorias, as Demonstrações Finaceiras para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.573	107	16.192.615	13.645.709
Títulos e valores mobiliários	23.574	23.803	4.438.556	3.692.912
Contas a receber de clientes	-	-	2.580.776	2.007.140
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	199.421	587.894
Recebíveis de partes relacionadas	2.752	-	136.763	131.777
Estoques	-	-	1.149.304	935.264
IR e CS a recuperar	-	6.758	444.599	323.377
Outros tributos a recuperar	236	194	921.708	785.561
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	245.015	-	519.965	80.755
Ativos financeiros setoriais	-	-	489.601	241.749
Outros ativos financeiros	-	-	466	81.321
Outros ativos	2.641	3.429	386.915	453.345
Ativo circulante	**277.791**	**34.291**	**27.460.689**	**22.966.804**
Caixa restrito	-	-	58.990	34.562
Contas a receber de clientes	-	-	165.077	26.301
Títulos e valores mobiliários	-	-	15.311	-
Recebíveis de partes relacionadas	240.290	187.995	954.917	792.415
IR e CS a recuperar	2.586	-	346.645	41.543
Outros tributos a recuperar	-	-	1.879.695	957.671
Depósitos judiciais	44.288	40.498	968.000	916.374
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.548.644	7.552.806
IR e CS diferidos	-	-	3.051.628	1.900.241
Ativos financeiros setoriais	-	-	68.709	-
Outros ativos financeiros	-	-	319.727	-
Outros ativos	3.904	5.483	183.501	282.821
	291.068	**233.976**	**12.560.844**	**12.504.734**
Investimentos	5.440.071	2.776.172	780.067	434.479
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	10.936.663	7.988.208
Ativos de contrato	-	-	705.982	695.938
Direito de uso	1.966	2.317	7.949.233	7.918.547
Imobilizado	53	-	16.648.606	14.068.506
Intangível e ágio	-	-	17.781.498	17.308.439
Propriedades para investimentos	-	-	3.886.696	-
Ativo não circulante	**5.733.158**	**3.012.465**	**71.249.589**	**60.918.851**
Total do ativo	**6.010.949**	**3.046.756**	**98.710.278**	**83.885.655**

	Controladora		Consolidado	
Passivos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	126.636	115.981	4.762.229	5.673.241
Arrendamentos	548	463	406.368	531.873
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	925.650	322.443
Fornecedores	663	964	3.254.439	2.631.255
Pagáveis a partes relacionadas	2.168	2.939	288.464	309.182
Ordenados e salários a pagar	-	-	552.991	336.466
Benefício pós-emprego	-	17	-	17
IR e CS correntes	-	-	71.224	386.122
Outros tributos a pagar	8	119	536.228	417.445
Passivos setoriais	-	-	85.866	91.912
Concessões a pagar	-	-	160.771	158.705
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.973	13.677	510.394	735.825
Outros passivos financeiros	-	-	726.423	562.763
Outras contas a pagar	1	15	909.958	460.990
Passivo circulante	**152.977**	**134.175**	**13.191.005**	**12.618.239**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	877.187	788.289	42.760.186	38.649.009
Arrendamentos	1.480	1.904	2.863.338	2.472.341
Obrigações com acionistas preferencialistas em controladas	-	-	-	387.044
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	150.511	125.227
Outros tributos a pagar	-	-	146.889	149.018
IR e CS diferidos	22.503	22.503	3.840.559	3.713.635
Concessões a pagar	-	-	2.893.477	2.824.637
Benefício pós-emprego	-	-	669.475	728.734
Pagáveis a partes relacionadas	411.596	503.391	17.100	15.005
Passivos setoriais	-	-	1.286.417	473.999
Outros passivos financeiros	-	-	-	31.425
Receitas diferidas	-	-	36.440	43.000
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	20.492	19.267	1.665.203	1.380.210
Outras contas a pagar	-	-	1.090.112	742.817
Passivo não circulante	**1.333.258**	**1.335.354**	**57.419.707**	**51.736.101**
Total do passivo	**1.486.255**	**1.469.529**	**70.610.712**	**64.354.340**
Patrimônio líquido				
Capital social	3.386.056	1.820.677	3.386.056	1.820.677
Reservas de capital	(527.564)	(1.523.027)	(527.564)	(1.523.027)
Reservas de lucros	2.328.253	1.740.212	2.328.253	1.740.212
Ajuste de avaliação patrimonial	(662.051)	(460.635)	(662.051)	(460.635)
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	4.524.694	1.577.227	4.524.694	1.577.227
Acionistas não controladores	-	-	23.574.872	17.954.088
Total do patrimônio líquido	**4.524.694**	**1.577.227**	**28.099.566**	**19.531.315**
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.010.949**	**3.046.756**	**98.710.278**	**83.885.655**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	**2.168.849**	**249.479**	**6.529.325**	**1.327.141**
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	3.991	(77.585)	3.991	58.104
Ganhos (perdas) autoriais com plano de benefícios líquidos de impostos	-	-	29.373	(36.462)
Resultado com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	(222.362)	(171.196)	(602.526)	(527.750)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	16.955	-	120.666	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros	-	(581)	1.772	(399)
Outros resultados abrangentes, líquidos de IR e CS	**(201.416)**	**(249.362)**	**(446.724)**	**(506.507)**
Resultado abrangente total	**1.967.433**	**117**	**6.082.601**	**820.634**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.967.433	117	1.967.433	117
Acionistas não controladores	-	-	4.115.168	820.517
	1.967.433	**117**	**6.082.601**	**820.634**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	-	-	25.872.109	20.437.835
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(19.316.155)	(14.501.725)
Resultado bruto	**-**	**-**	**6.555.954**	**5.936.110**
Despesas com vendas	-	-	(723.416)	(959.146)
Despesas gerais e administrativas	(16.821)	(13.675)	(2.144.553)	(1.805.238)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.343	(6.529)	384.251	169.481
Despesas operacionais	**(14.478)**	**(20.204)**	**(2.483.718)**	**(2.594.903)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro e impostos	**(14.478)**	**(20.204)**	**4.072.236**	**3.341.207**
Equivalência patrimonial em associadas	2.330.858	405.702	130.225	28.801
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	-	-	4.590.631	583.001
Resultado de equivalência patrimonial	**2.330.858**	**405.702**	**4.720.856**	**611.802**
Despesas financeiras	(233.355)	(159.879)	(3.275.611)	(4.883.615)
Receitas financeiras	122.004	117.136	1.594.096	530.555
Variação cambial líquida	(36.180)	(93.238)	(661.347)	(3.364.095)
Derivativos	-	-	(366.490)	5.593.992
Resultado financeiro líquido	**(147.531)**	**(135.981)**	**(2.709.352)**	**(2.123.163)**
Resultado antes do IR e CS	**2.168.849**	**249.517**	**6.083.740**	**1.829.846**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente	-	(38)	(787.602)	(941.401)
Diferido	-	-	1.233.187	438.696
	-	(38)	445.585	(502.705)
Resultado líquido do exercício	**2.168.849**	**249.479**	**6.529.325**	**1.327.141**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	2.168.849	249.479	2.168.849	249.479
Acionistas não controladores	-	-	4.360.476	1.077.662
	2.168.849	**249.479**	**6.529.325**	**1.327.141**
Lucro por ação – R$	**1.250,78**	**143,92**	**3.765,47**	**765,58**
Número de ações (milhares de ações)	**1.734**	**1.734**	**1.734**	**1.734**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio de controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.820.677**	**(1.125.051)**	**1.484.859**	**(211.273)**	**-**	**1.969.212**	**13.616.400**	**15.585.612**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	249.479	249.479	1.077.662	1.327.141
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	-	(581)	-	(581)	-	(581)
Perda de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(171.196)	-	(171.196)	(356.554)	(527.750)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	-	-	-	(77.585)	-	(77.585)	135.689	58.104
Perdas atuariais em plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(36.462)	(36.462)
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	182	182
Total de outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**(249.362)**	**-**	**(249.362)**	**(257.145)**	**(506.507)**
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	-	-	-	-	-	8.244	8.244
Opções sobre ações exercidas	-	-	-	-	-	-	698.998	698.998
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(756.912)	(756.912)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	579	579	-	579
Constituição de reservas de lucros	-	-	255.353	-	(255.353)	-	-	-
Aumento de capital em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	6.666	6.666
Total de contribuições e distribuições	**-**	**-**	**255.353**	**-**	**(254.774)**	**579**	**(43.004)**	**(42.425)**
Transações com os acionistas								
Efeitos reflexos do patrimônio líquido de investidas	-	-	-	-	5.295	5.295	-	5.295
Transação de capital reflexo de investidas	-	(1.223.988)	-	-	-	(1.223.988)	-	(1.223.988)
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas	-	516.427	-	-	-	516.427	-	516.427
Efeitos reflexos de opções outorgadas de investidas	-	309.585	-	-	-	309.585	-	309.585
Mudança de participação em subsidiária	-	-	-	-	-	-	3.560.175	3.560.175
Total de transações com os acionistas	**-**	**(397.976)**	**-**	**-**	**5.295**	**(392.681)**	**3.560.175**	**3.167.494**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.820.677**	**(1.523.027)**	**1.740.212**	**(460.635)**	**-**	**1.577.227**	**17.954.088**	**19.531.315**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	2.168.849	2.168.849	4.360.476	6.529.325
Outros resultados abrangentes:							-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	-	16.955	-	16.955	103.711	120.666
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa de investidas	-	-	-	(222.362)	-	(222.362)	(380.164)	(602.526)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	-	-	-	3.991	-	3.991	-	3.991
Perdas atuariais em plano de benefício definido líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	29.373	29.373
Variação do valor justo de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	1.772	1.772
Total de outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**(201.416)**	**-**	**(201.416)**	**(245.308)**	**(446.724)**
Transações com os acionistas								
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Aumento de Capital	1.565.379	-	(1.565.379)	-	-	-	2.252.306	2.252.306
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	-	-	-	-	-	1.359	1.359
Opções sobre ações exercidas	-	-	-	-	-	-	(16.425)	(16.425)
Dividendos	-	-	(16.500)	-	-	(16.500)	(1.363.462)	(1.379.962)
Constituição de reservas de lucros	-	-	2.169.920	-	(2.169.920)	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas de investidas	-	(2.868)	-	-	-	(2.868)	(3.244)	(6.112)
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas	-	(9.963)	-	-	-	(9.963)	-	(9.963)
Reflexo de compra de ações em tesouraria de investidas	-	-	-	-	-	-	2.339	2.339
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	-	28.274	28.274
Total de contribuições e distribuições	**1.565.379**	**(12.831)**	**588.041**	**-**	**(2.169.920)**	**(29.331)**	**901.147**	**871.816**
Transações com os acionistas								
Efeitos reflexos do patrimônio líquido de investidas	-	-	-	-	1.071	1.071	(288)	783
Transação de capital reflexo de investidas	-	1.008.294	-	-	-	1.008.294	326.903	1.335.197
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	2.115.554	2.115.554
Mudança de participação em subsidiária	-	-	-	-	-	-	(1.837.700)	(1.837.700)
Total de transações com os acionistas	**-**	**1.008.294**	**-**	**-**	**1.071**	**1.009.365**	**604.469**	**1.613.834**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.386.056**	**(527.564)**	**2.328.253**	**(662.051)**	**-**	**4.524.694**	**23.574.872**	**28.099.566**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	2.168.849	249.479	6.529.325	1.327.141
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	558	497	2.504.942	2.485.335
Arrendamentos e concessões	-	-	-	(379.636)
Equivalência Patrimonial em subsidiárias e associadas	(2.330.858)	(405.702)	(130.225)	(28.801)
Equivalência Patrimonial em controladas em conjunto de controlada	-	-	(4.590.631)	(583.001)
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	-	(154)	(7.295)	(30.764)
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	53.131	272.692
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	-	-	(17.116)	-
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	822	5.383	265.366	32.864
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	262.873	242.606	3.173.031	2.352.877
Ganho proveniente de compra vantajosa	-	-	(416.268)	-
IR e CS diferidos	-	-	1.233.187	438.696
Provisão de bônus e participação nos lucros	-	-	358.053	161.042
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.813)	32.098
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	246.102	337.620
Receita diferida	-	-	(1.581)	(6.325)
Perdas nas operações de derivativos de energia	-	-	58.701	-
Recuperação de créditos fiscais	-	-	(648.315)	(132.399)
Cessão de direitos creditórios	-	-	-	68.311
Outros	136	-	(21.989)	301.689
	102.380	**92.109**	**8.585.605**	**6.649.439**
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	(404.015)	67.291
Estoques	-	-	(245.174)	(117.166)
Impostos e contribuições a recuperar	4.061	(4.793)	(2.470.875)	69.977
Partes relacionadas, líquidas	73.709	348	(60.200)	(224.559)
Fornecedores	(716)	(710)	591.267	166.546
Ordenados e salários a pagar	-	(3.737)	(150.087)	(173.870)
Provisão para demandas judiciais	-	-	(131.260)	(212.699)
Outros passivos financeiros	-	-	50.856	(91.935)
Benefício pós-emprego	-	-	(34.004)	(37.444)
Depósito judicial	(3.188)	(11.007)	(62.410)	(34.522)
Transação tributária da Exxom Mobil	-	-	(208.118)	-
Venda de direitos creditórios	-	-	-	(31.857)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	(802.630)
Arrendamentos e concessões a pagar	-	-	-	(51.947)
Outros ativos e passivos, líquidos	(456)	89.138	(164.411)	(168.440)
	73.410	**69.239**	**(3.288.431)**	**(1.643.255)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**175.790**	**161.348**	**5.297.174**	**5.006.184**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aporte de capital em subsidiárias e associadas	-	-	(417.216)	(1.142)
Aquisição de subsidiárias, líquido do caixa adquirido	-	-	(592.733)	-
Títulos e valores mobiliários	53	119.847	(547.572)	(363.727)
Recursos de caixa centralizado à partes relacionadas	(228.779)	(139.398)	(117.705)	(64.341)
Partes relacionadas	-	-	29.912	(277.184)
Caixa restrito	-	-	26.314	124.330
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	159.790	-	16.426	13.165
Dividendos recebidos de controladas em conjunto de controlada	-	-	819.729	1.852
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo	-	-	-	39.791
Adições ao imobilizado, intangível, direito de uso e ativos de contrato	(259)	-	(4.775.098)	(4.034.688)
Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-	-	-	(94.631)
Custo de aquisição de novos negócios	-	-	-	(51.299)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado, intangível e investimentos	-	-	3.090	2.851
Outros ativos financeiros	-	-	(5.220)	-
Aquisição de ações	-	-	(12.000)	-
Outros	-	-	1.025	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(69.195)**	**(19.551)**	**(5.571.048)**	**(4.705.023)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	12.644.432	11.580.343
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(113.935)	(207.887)	(10.521.114)	(3.887.244)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.861)	(1.596)	(2.341.607)	(1.784.572)
Pagamento de principal sobre arrendamentos	(477)	(426)	(461.517)	(5.425.344)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(192)	(200)	(165.544)	(501.121)
Aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	-	4.397.772
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(227.012)	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	197.679	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	-	-	(647.115)	(163.177)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida	-	-	4.325.918	1.490.986
Recursos de caixa centralizado à partes relacionadas	23.540	74.473	24.637	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	2.252.306	-
Dividendos pagos	(7.204)	(6.872)	(1.543.559)	(308.737)
Dividendos pagos - ações preferenciais	-	-	(522.592)	(174.227)
Pagamento de remuneração baseada em ações	-	-	(45.024)	(22.804)
Aquisição de participações de acionista não controladores	-	-	(698.147)	(269.977)
Recompra de ações	-	-	(26.101)	(495.048)
Recebimento de ativo de contraprestação	-	-	69.155	65.478
Outras atividades de financiamento	-	-	1.397	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(103.129)**	**(142.508)**	**2.316.192**	**4.502.328**
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**3.466**	**(711)**	**2.042.318**	**4.803.489**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	107	818	13.645.709	8.478.621
Efeito de variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	504.588	363.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.573	107	16.192.615	13.645.709
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**3.466**	**(711)**	**2.042.318**	**4.803.489**
Informação complementar				
IR e CS pagos	-	38	995.716	292.284

A Diretoria

Contadora

Rita de Cássia do Amaral - CRC 1SP238194/O-9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras e encontram-se a disposição na sede da empresa

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 500C-F626-DCD6-AB59.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/500C-F626-DCD6-AB59 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 500C-F626-DCD6-AB59

Hash do Documento

E7E824203743A76C3F6F269781BF76921772CD24BB2A2F2BDDC9D16C46132219

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

CCR

Concessionária do Bloco Central S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79

Relatório de Administração *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 12 de abril de 2022. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.922
Aplicações financeiras	6	24.892
Contas a receber - partes relacionadas	8	99
Tributos a recuperar		1.439
Despesas antecipadas e outras		4.114
Total do ativo circulante		77.466
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos diferidos	7	3.698
		3.698
Imobilizado	9	1.015
Intangível	10	809.283
Infraestrutura em construção	10	1.120
Total do ativo não circulante		815.116
Total do ativo		892.582

Passivo	Nota	2021
Circulante		
Fornecedores	13	3.992
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	888
Impostos e contribuições a recolher		113
Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.576
Total do passivo circulante		7.569
Não circulante		
Debêntures	11	612.275
Obrigações sociais e trabalhistas	12	202
Total do passivo não circulante		612.477
Patrimônio líquido		
Capital social	14	280.010
Prejuízos acumulados		(7.474)
Total do patrimônio líquido		272.536
Total do passivo e patrimônio líquido		892.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021
Receita operacional	15	745
Custo dos serviços prestados		
Serviços		(239)
Custo com pessoal		(891)
Custo de construção		(745)
Seguros		(597)
Outros		(244)
Operação assistida		529
		(2.187)
Prejuízo bruto		(1.442)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços		(184)
Despesas com pessoal		(383)
Gastos com viagens e estadias		(201)
Outros		(36)
		(804)
Resultado antes do resultado financeiro		(2.246)
Resultado financeiro	16	(8.926)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(11.172)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	3.698
Prejuízo líquido do período		(7.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Prejuízo líquido do período	(7.474)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(7.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do período	(7.474)
Ajustes por:	
Imposto renda e contribuição social diferidos	(3.698)
Juros sobre debêntures	14.806
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5
Rendimentos de aplicações financeiras	(5.987)
	(2.348)
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Contas a receber - partes relacionadas	(99)
Tributos a recuperar	(1.439)
Despesas antecipadas e outros créditos	(4.114)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	3.987
Fornecedores - partes relacionadas	888
Impostos e contribuições a recolher	171
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(58)
Obrigações socias e trabalhistas	2.778
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(234)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(1.015)
Aquisição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	(810.403)
Aplicações financeiras liquidas de resgate	(18.905)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(830.323)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Debêntures	
Captações (líquidas de custos de transação)	597.469
Integralização de capital	280.010
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**877.479**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**46.922**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	46.922
	46.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuizos	
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Total
Constituição em 20 de maio de 2021	10	(10)	-	-
Aumento de capital em 19 de julho de 2021	935.695	(935.695)	-	-
Integralização de capital em 23 de julho de 2021	-	132.615	-	132.615
Integralização de capital em 20 de agosto de 2021	-	10	-	10
Integralização de capital em 25 de outubro de 2021	-	147.385	-	147.385
Prejuízo líquido do período	-	-	(7.474)	(7.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	935.705	(655.695)	(7.474)	272.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao período de 20 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária do Bloco Central S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021, por um prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052. A Companhia é responsável pela ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Santa Ge noveva (SBGO) em Goiânia/GO, Marechal Cunha Machado (SBSL) em São Luís do Maranhão/MA, Senador Petrônio Portella (SBTE) em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ) em Palmas/TO, Senador Nilo Coelho (SBPL) em Petrolina/PE e Prefeito Renato Moreira (SBIZ) em Imperatriz/MA.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente na preparação dessas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. ***b) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros : Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "n": Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debêntures. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***k) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***l) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***m) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao Poder Concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação. ***n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. ***o) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 12 de abril de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2n	Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
7b	Impostos diferidos
10	Intangível e infraestrutura em construção
17	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 11 e 17. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	-	771.850
Fornecedores	3.992	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	888	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	**2021**
Caixa e bancos	20
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	46.902
Total - Caixa e equivalente de caixa	46.922

Aplicações financeiras	**2021**
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos	24.892
Total - Aplicações financeiras	24.892

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,88% do CDI, equivalente a 4,43% a.a., em 31 de dezembro de 2021.

7. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(11.172)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	3.798
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(7)
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	(92)
Outros	(1)
Impostos diferidos	3.698
Alíquota efetiva de impostos	33,10%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Reconhecido no resultado de 20/05/2021 a 31/12/2021	2021		
		Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	3.812	3.812	3.812 (a)	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	216	216	216	-
Pré operacionalidade	379	379	379	-
Custo de transação de debêntures	(778)	(778)	-	(778)
Outros	69	69	69	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	3.698	3.698	4.476	(778)
Compensação de imposto	-	-	(778)	778
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	3.698	3.698	3.698	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a partir do ano de 2027. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os mesmos da sua Controladora a Companhia de Participações em Concessões ("CPC").

	Transações 2021		Saldos 2021	
			Ativo	Passivo
	Despesas/Custos com Serviços prestados	Intangível	Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
CPC	308 (b)	376 (d)	5 (c)	857 (b) (d) (c)
Controladora indireta				
CCR S.A.	-	-	88 (c)	18 (a)
Outras partes relacionadas				
MSVia	-	-	-	11 (c)
ViaMobilidade	-	-	6 (c)	2 (c)
Total	308	376	99	888

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR - GBS (*Global Business Service*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e (d) Refere-se a repasse via nota de débito dos custos com o do leilão com a B3 no valor de R$ 376, que a princípio haviam sido assumidos pela Controladora CPC.

9. Ativo Imobilizado

	2021	
Valor de custo	Adições	Saldo final
Imobilizações em andamento	1.015	1.015
Total custo	1.015	1.015
Total geral	1.015	1.015

10. Intangível e infraestrutura em construção

	2021	
Valor de custo	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	30.060	30.060
Direito de concessão (a)	778.338	778.338
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	1.261	1.261
Total custo	809.659	809.659
Total intangível	809.659	809.659
Infraestrutura em construção	744	744

(a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão.

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento final	2021
1ª Emissão - 1. Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8580% (a)	2.324	2.288	Março de 2024	612.275 (b)
Não Circulante						
Debêntures						614.563
Custos de transação						(2.288)
						612.275

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Fiança corporativa da CCR S.A. (sem cobrança) em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2021**
2024	614.563
(-) Custo de transação	(2.288)
Total	612.275

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. **1.** Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de debêntures no valor nominal total de R$ 600.000, em série única, com remuneração de CDI + 1,70% a.a., podendo ser resgatado antecipadamente, a qualquer momento sem pagamento de prêmio. A emissão conta com fiança corporativa da CCR. O principal e os juros serão pagos em parcela única, no vencimento, em 13 de março de 2024. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Fiadora/CCR, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado do Consolidado CCR seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura, (iii) redução do capital social da emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas e (iii) redução do capital social da Fiadora/CCR que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas. Esta emissão, deverá ser obrigatoriamente resgatada antecipadamente, nos termos da escritura de emissão, caso a emissora contrate novo empréstimo, financiamento ou realize a emissão de valores mobiliários conversíveis ou não em ações (i) no valor de principal agregado superior a R$ 200.000 ou (ii) com prazo superior a 5 anos ou (iii) com previsão de pagamentos à título de amortização de principal, remuneração e/ou outros valores devidos no âmbito de tais empréstimos, financiamentos e/ou novas emissões de valores mobiliários, devidos em data anterior à data de vencimento, independentemente do prazo total do referido endividamento. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021
Circulante	
Salários e remunerações a pagar	541
Benefícios, gratificações e participações a pagar	966
Encargos sociais e previdenciários	625
Provisão para férias e 13º salário	444
	2.576
Não circulante	
Gratificações e participações a pagar	202
	202

13. Fornecedores

	2021
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	3.992
	3.992

(a) Refere-se, principalmente, a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 20 de maio de 2021, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas. Em 19 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 935.695, mediante a emissão de 935.694.539 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31 de agosto de 2025, por sua única acionista, a Companhia de Partcipações em Concessões ("CPC"). Em 23 de julho de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 132.615, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021. Em 20 de agosto de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 10, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021. Em 25 de outubro de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 147.385, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021.

	2021		
	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar
Companhia de Participações em Concessões ("CPC")	100,00%	935.704.539	655.694.539
	100,00%	935.704.539	655.694.539

15. Receitas operacionais	**2021**
Receitas de construção (ICPC 01)	745
Receita bruta	745
Receita operacional	745

16. Resultado financeiro	**2021**
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(14.806)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(5)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(102)
	(14.913)
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.987
	5.987
Resultado financeiro líquido	(8.926)

17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças , formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos	20	-	-
Aplicações financeiras	71.794	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	99	-
Passivos			
Debêntures (a)	-	-	(612.275)
Fornecedores	-	-	(3.992)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(888)
	71.814	99	(617.155)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e fornecedores e outras contas - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures (a) (b)	614.563	637.049

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo: Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

Nível 2:	**2021**
Aplicações financeiras	71.794

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimento até**	**Exposição em R$ [3][4]**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Debêntures - 1ª Emissão	CDI [2]	Março de 2024	614.563	(67.353)	(81.587)	(95.820)
Aplicação financeira (Menkar II) [5]	CDI [2]		42.523	3.828	4.784	5.739
Aplicação financeira (CDB) [5]	CDI [2]		29.271	1.992	2.483	2.973
Efeito líquido				(61.533)	(74.320)	(87.108)
Efeito sobre as debêntures				(67.353)	(81.587)	(95.820)
Efeito sobre as aplicações financeiras				5.820	7.267	8.712
Total do efeito de ganho/(perda)				(61.533)	(74.320)	(87.108)
A taxa de juros considerada foi [1]:						
	CDI [2]			9,15%	11,43%	13,72%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo BNDES; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2021
Compromisso de investimento	661.030

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

19. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Capital social	Total
Saldo Inicial	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(597.469)	-	(597.469)
Integralização de capital	-	(280.010)	(280.010)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(597.469)	(280.010)	(877.479)
Outras variações			
Juros sobre debêntures	(14.806)	-	(14.806)
Total das outras variações	(14.806)	-	(14.806)
Saldo Final	(612.275)	(280.010)	(892.285)

20. Eventos subsequentes: • Debêntures: Em 07 de março de 2022, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R$ 71.000. Tem remuneração de CDI + 1,60% a.a.. Os juros serão pagos no vencimento. Vencimento em 15 de abril de 2024.

Composição do Conselho de Administração	
Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
Gustavo Marques do Canto Lopes	Conselheiro
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro

Composição da Diretoria	
Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Diretora Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Central S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria: Direito da concessão:** Veja as Notas 1, 2 (m) e 10 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme mencionado no contexto operacional, a Companhia atua no segmento de concessões aeroportuárias, tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021, por um prazo de 30 anos e reconhecendo o montante de R$ 778.338 mil referente ao direito de concessão. Conforme OCPC 05 - Contratos de concessão, o direito de concessão é reconhecido como ativo intangível decorrente dos processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato, a que entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza dos montantes envolvidos que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação da documentação comprobatória que reflete o ativo intangível reconhecido como "direito de concessão" , incluindo: a inspeção do contrato de concessão e comprovantes de pagamentos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis o direito de concessão, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CEA6-B172-D118-55BC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CEA6-B172-D118-55BC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CEA6-B172-D118-55BC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CEA6-B172-D118-55BC

Hash do Documento

D8AB3276278ECD893C0E41E7E9FB1C8DFF8646CB298F7B150347EBD3D31DAC49

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, **1. Contexto Operacional:** A Engineering do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, fazendo parte do Grupo Engineering, com sede na Itália. A Engineering é uma companhia global de Tecnologia da Informação e Consultoria especializada em Transformação Digital. A partir do Digital Transformation, do Business Integration, da TI Consulting e do Outsourcing, a Engineering transforma os processos de negócio das empresas em modelos operacionais alinhados com a Era Digital. No mercado brasileiro, a base de clientes é representada por empresas de diversos segmentos, sendo os principais; Automotivo, Energia e utilidades, Metais e Minério, Soluções Fiscais e Telecomunicação e Mídia. **2. Mensagem da Administração:** O ano de 2021 foi marcado pela grande expectativa inicial que se confirmou em relação a evolução da vacinação da Covid-19 que já imunizou mais de 80% da população brasileira, proporcionando um processo de retomada gradual de todas as atividades. Um ano intenso e preenchido de grandes desafios que contribuíram ainda mais com nosso crescimento e aprendizado. Mantivemos nosso compromisso e foco nas pessoas e no bem-estar da nossa equipe, consolidando principalmente a prática de home-office e em meio às incertezas e desdobramentos da pandemia COVID-19, a Engineering do Brasil continuou focada em investir cada vem mais em pesquisas, treinamentos, projetos e serviços aos nossos clientes, fortalecendo dessa maneira nossa solidez, que como resultado em 2021 gerou o maior número de colaboradores e maior receita da história da empresa. **3. Resumo Financeiro do Ano:** A receita bruta de 2021 atingiu R$ 267,1 milhões, um acréscimo de 3% em relação ao ano anterior, gerando um lucro bruto de R$ 68,9 milhões, 8,2% menor que dezembro do ano anterior, redução impactada principalmente pelos investimentos em pesquisas e desenvolvimentos, qualificação de seus colaboradores, ajustes salariais acordados com sindicatos e custos com estrutura. O EBTIDA foi de R$ 26,8 milhões, contra R$ 33 milhões em 2020 e nosso lucro líquido do período foi de R$ 12,6 milhões (R$ 2,9 milhões em 2020). Resultado fortemente impactado pela redução da desvalorização do real diante do Euro que gerou uma variação cambial negativa de R$ 1,1 milhões (R$ -27,6 milhões em 2020), oriundo do contrato de empréstimo que temos com a nossa Matriz em Euro. A geração de caixa no período foi de R$ -43,9 mil (R$ 24,9 milhões em 2019). **4. Perspectivas para 2022:** Com o nível de avançamento da vacinação positivo e a possível retomada gradual da economia, gera a expectativa de um ano mais promissor que o anterior, principalmente pelo segmento de tecnologia da informação que tem cada vez mais se expandindo e que continua a ser impulsionado pelas novas adaptações exigidas pelo mercado. A Engineering do Brasil S.A, continuará incrementando sua base de clientes e buscando parcerias, que proporcionará um crescimento orgânico de suas atividades no Brasil. **5. Conclusão e Agradecimento:** Enviamos aos Senhores Acionistas para aprovação as Demonstrações Financeiras encerradas no exercício de 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta da Administração para deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Gostaríamos ainda, de registrar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram com o nosso resultado. **A Administração**

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	46.257.051	46.301.019
Contas a receber	5	152.944.283	156.963.101
Partes relacionadas	14	4.007.965	3.045.554
Impostos a recuperar	6	5.654.926	4.685.311
Outros créditos	7	2.050.079	1.551.501
		210.914.304	**212.546.486**
Não circulante			
Impostos diferidos	24	7.226.188	9.697.088
Investimentos	8	492.809	310.023
Imobilizado	9	5.549.603	7.253.590
Intangível	10	7.243.018	5.798.886
		20.511.618	**23.059.587**
Total do ativo		**231.425.922**	**235.606.073**
Passivo	**Notas**	**2021**	**2020**
Circulante			
Fornecedores	11	21.563.058	17.257.971
Salários e encargos sociais	12	30.191.686	24.190.635
Impostos e contribuições a recolher	13	7.699.489	7.764.852
Partes relacionadas	14	3.254.512	8.482.061
Empréstimos com partes relacionadas	15	29.236.409	34.736.609
Provisão para contigências e riscos	16	21.929.660	20.925.497
Receitas a apropriar	17	10.048.329	20.106.219
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	18	642.095	1.071.978
Outras obrigações		1.348.340	967.306
		125.913.578	**135.503.128**
Não Circulante			
Obrigações com aquisições de açoes	4(b)	-	1.116.275
Empréstimos com partes relacionadas	15	29.236.410	34.736.610
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	18	890.338	1.441.919
		30.126.748	**37.294.804**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	51.630.020	51.630.020
Reserva legal		1.332.444	703.571
Reservas de lucro		22.423.132	10.474.550
		75.385.596	**62.808.141**
Total do passivo e patrimônio líquido		**231.425.922**	**235.606.073**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

	Notas	2021	2020
Receita bruta			
Serviços prestados	20	267.175.120	258.328.196
Imposto sobre serviços prestados	20	(28.399.727)	(27.615.401)
Receita operacional liquida	20	**238.775.393**	**230.712.795**
Custo dos serviços prestados	21	(169.808.909)	(155.597.745)
Lucro Bruto		**68.966.484**	**75.115.050**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(44.092.623)	(44.694.969)
Despesas tributárias	21	(2.249.155)	(3.426.284)
Provisão para contigências e riscos	16	(668.950)	(7.006)
Total Despesas operacionais		**(47.010.728)**	**(48.128.259)**
Resultado financeiro líquido	22	(1.121.639)	(30.232.925)
Lucro / Prejuízo antes do imposto		**20.834.117**	**(3.246.134)**
Impostos correntes	23	(5.785.763)	(18.904)
Impostos diferidos	23	(2.470.899)	371.736
Lucro / Prejuízo líquido do ano		**12.577.455**	**(2.893.302)**
Lucro / Prejuízo líquido por ação		**0,05**	**(0,01)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Eventos	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Patrimonio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**51.630.020**	**703.571**	**13.367.852**	-	**65.701.443**
Aumento de capital					
Ganhos com investimentos					
Prejuizo líquido do exercício				**(2.893.302)**	**(2.893.302)**
Transferências			**(2.893.302)**	**2.893.302**	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**51.630.020**	**703.571**	**10.474.550**	-	**62.808.141**
Aumento de capital					
Ganhos com investimentos					
Prejuizo líquido do exercício				**12.577.455**	**12.577.455**
Transferências		**628.873**	**11.948.582**	**(12.577.455)**	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**51.630.020**	**1.332.444**	**22.423.132**	-	**75.385.596**

As notas explicaticas são partes integrante das demonstrações contábeis

Fluxo de caixa - Médoto indireto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercicio	12.577.455	(2.893.302)
Ajuste dos itens que não afetam caixa nas atividades operacionais		
Depreciação	1.434.728	2.550.849
Amortização	3.428.624	3.460.678
Provisão para contingências	1.004.163	(235.178)
Ativo fiscal diferido	2.470.900	(371.737)
(Aumento) Redução no ativo		
Contas a receber	4.018.818	21.558.724
Impostos a recuperar	(969.615)	1.697.521
Outros créditos	(498.578)	(32.894)
Partes relacionadas	(962.411)	(531.049)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	4.305.087	3.938.082
Adiantamento de clientes	-	(21.382)
Salários e encargos sociais	6.001.051	7.337.004
Impostos, taxas e contribuições	(65.363)	(9.558.345)
Débitos com partes relacionadas	(5.227.549)	(3.031.356)
Obrigação com acionistas	(1.116.275)	(1.676.881)
Receitas a apropriar	(10.057.890)	(2.480.501)
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	(981.464)	(1.064.845)
Outras Obrigações	381.034	241.516
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	15.742.716	18.886.904
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	269.259	(697.163)
Aquisição de ativo intangível	(4.872.756)	(2.017.226)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(4.603.498)	(2.714.389)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos pagos	(11.000.400)	9.005.117
Ganhos com investimentos	(182.786)	(186.962)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(11.183.186)	8.818.155
Aumento de caixa e disponibilidades de caixa	(43.968)	24.990.670
Representada por:		
Caixa e disponibilidades de caixa no início do exercício	46.301.019	21.310.349
Caixa e disponibilidades de caixa no final do exercício	46.257.051	46.301.019
	(43.968)	24.990.670

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 - *Em Reais*

1. Contexto operacional

Engineering do Brasil S/A. foi constituída em 08 de fevereiro de 2008, e começou suas operações em 23 de dezembro de 2008. O objetivo social da companhia possui como atividades principais, a comercialização, a importação, a exportação e a prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo assistência técnica, manutenção de software e treinamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 28 de janeiro de 2022. Essas demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis é o Real (R$). **b)** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC as quais estão de acordo com as práticas internacionais de contabilidade – IFRS.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são: a. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos de acordo com julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do imobilizado, teste de recuperabilidade de ativo intangível (*impairment*) provisões ativas e passivas. A liquidação das transações para crédito de liquidação envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente a Companhia revisa essas estimativas e premissas. b. Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos pelo seu valor justo por meio do resultado. c. Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária e cambial, são atualizados até a data do balanço patrimonial e as contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. d. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A Administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. e. As contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado e ou em função do custo incorrido em cada projeto em andamento, incluindo os respectivos impostos incidentes. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar as eventuais perdas. f. As receitas de prestação de serviços, os custos com compras de licenças e gastos com mão de obra técnica dos projetos são apropriados ao resultado à medida que os projetos avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "WIP" (serviços em processo), "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada projeto vendido, ou seja, (i) o reconhecimento das receitas ocorre à medida que a implementação do projeto avança. O método WIP é considerado utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos projetos sobre as vendas de serviços; (ii). As receitas de vendas de serviços apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, são contabilizadas como contas a receber em contrapartida de receitas de prestação de serviços. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. g. O investimento em coligada é registrado pelo método do custo de aquisição, considerando que a empresa não detém o controle individual ou conjunto (compartilhado), ou exerça influência significativa sobre a empresa investida, conforme CPC 18 (R2). h. O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e instalação, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com o descrito na Nota 9. A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de efetuar provisão para redução do valor dos imobilizados ao seu valor recuperável (CPC 01-R1) em 31 de dezembro de 2021. i. Ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de três a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio gerado em uma combinação de negócios, o montante do ágio apurado é alocado à "Unidade Geradora de Caixa – UGC" para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo e sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. j. Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos. k. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. l. Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. m. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são avaliados anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro. n. A empresa adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(R2)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender às necessidades de caixa de curto prazo para investimentos estratégicos, capital de giro e para outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia incluem, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), depósito em conta corrente e conta para garantia contratual para gestão de risco em aquisições precedentes.

	2021	2020
Caixa		
Moeda Nacional	1.487	1.386
Moeda estrangeira	2.881	2.888
	4.368	**4.274**
Equivalente de caixa		
Banco conta movimento	9.511.126	13.402.435
CDB (a)	36.741.557	31.848.412
Scrow account (b)	-	1.045.898
	46.252.683	**46.296.745**
	46.257.051	**46.301.019**

(a) As aplicações em CDB são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco, remuneração condizente com as taxas aplicadas pelo mercado e liquidez em até 90 dias. (b) Quando da aquisição da empresa Loggan em maio de 2016, parte do valor da aquisição foi depositado em uma Scrow account, visando proteger a Engineering de possíveis litígios nos próximos cinco anos. Em janeiro de 2021 decorrido esses cinco anos o valor remanescente nessa conta foi transferido para os ex-proprietários da Loggan.

5. Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	2021	2020
Mercado interno	151.054.851	155.377.398
Mercado externo	2.334.238	2.379.792
Contas a receber bruto	**153.389.089**	**157.757.190**
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(444.806)	(794.089)
Contas a receber liquido	**152.944.283**	**156.963.101**

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos que a companhia mensura através de aging list e baseada na experiência de perda de crédito histórico, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras do cliente. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo no início do ano	**794.089**	**580.544**
Saldo inicial IFRS 15 (CPC 47)	147.053	147.053
Complemento de provisão no exercício	1.217.735	513.392
Valor baixas de provisão	(1.714.071)	(446.900)
Saldo no final do exercício	**444.806**	**794.089**

O montante a receber por idade de vencimento, descontado das provisões para crédito de liquidação duvidosa é composto da seguinte maneira:

	2021	2020
A vencer	41.417.658	48.958.153
A faturar	98.640.475	92.001.459
Títulos vencidos		
de 01 a 30 dias	986.769	2.914.329
de 31 a 60 dias	1.993.331	310.340
de 61 a 90 dias	39.378	95.717
de 91 a 120 dias	-	99.473
Acima de 120 dias (a)	9.866.673	12.583.630
Contas a receber líquido	**152.944.284**	**156.963.101**

(a) Referente a um único projeto que já foi finalizado e que a empresa está em negociação, visando ajustar junto ao cliente um plano de recebimento. A parte que a empresa julga de difícil realização está provisionada como adequação de escopo de projeto. (vide nota 16)

6. Impostos a recuperar

A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar por esfera governamental:

	2021	2020
Tributos Municipais	198	99.902
Tributos Estaduais (a)	898.437	898.437
Tributos Federais	4.566.477	3.520.478
Outros	189.814	166.494
	5.654.926	**4.685.311**

(a) Referente a crédito de ICMS oriundo de projetos anteriores com prescrição de extinção previsto para o ano de 2021. A Administração julga ser necessário a realização de provisão total desse valor que é de difícil realização. Vide nota (16).

7. Outros créditos

	2021	2020
Depósitos Judiciais (b)	1.343.492	1.009.839
Depósito caução (c)	500.000	500.000
Outros Créditos	178.920	41.662
	2.022.412	**1.551.501**

(b) Referente a valores oriundos de discursões judiciais que parte a Administração julga com probabilidade de perda provável e optou em fazer a respectiva provisão para contingência, conforme nota (16). (c) Referente a depósito realizado em 2016 para garantir prioridade na aquisição da empresa MaxxData. A Companhia não concluiu a análise de viabilidade da aquisição, mas de maneira conservatória registrou-se provisão para a possível não realização da opção de compra, conforme nota (16).

8. Investimentos

Coligada	Participação	2021	2020
Engi da Argentina (a) (b)	8,82%	492.809	310.023
		492.809	**310.023**

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a Engineering do Brasil S.A optou por não exercer seu direito de preferência na subscrição das ações, referente ao aumento de capital ocorrido na mesma data, tornando a Engi da Argentina em uma empresa coligada registrada pelo seu custo histórico de investimento. (b) Em decorrência de exigência legal local (Argentina) e para manter o percentual de participação na Engi da Argentina, em 31 de agosto de 2021 a Engineering do Brasil S.A realizou um aumento de capital no montante de R$ 182.786.

9. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação e são depreciados pelo método linear, com base na sua vida útil estimada a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados. A seguir apresentamos detalhes do ativo imobilizado da Companhia bem como a composição do direito de uso e passivo por arrendamento:

Imobilizado		Total 31.12.2020	Adições	Baixas	Transf.	Total 31.12.2021
Benf. em imóveis de terc.		3.325.460				3.325.459
Móveis e utensílios		1.404.187	10.589	141.939		1.272.837
Computadores e periféricos		4.562.292	1.003.288	77.610	727.271	4.760.699
Máquinas e equipamentos		214.250	-	-	-	214.250
Total Custo de aquisição		**9.506.189**	**1.013.877**	**219.549**	**727.271**	**9.573.245**
						-
Benf. em imóveis de terc.	20%	(1.312.052)	(298.986)	-	-	(1.611.038)
Móveis e utensílios	10%	(607.571)	(125.627)	122.776	-	(610.422)
Computadores e periféricos	20%	(2.971.563)	(514.815)	-	-	(3.486.378)
Máquinas e equipamentos	10%	(175.528)	(11.121)	-	-	(186.649)
Total Custo depreciação		**(5.066.714)**	**(950.549)**	**122.776**	-	**(5.894.487)**
Total		**4.439.475**	**63.328**	**96.773**	**727.271**	**3.678.758**
Direito de uso (IFRS 16)						
Locação de Sede		3.854.188	321.494	-	-	4.175.682
Locação de Veículos		1.675.172	1.586.203			3.261.375
Leasing Hardwares		2.137.103	-	1.028.565	727.271	1.835.809
Total Custo de aquisição		**7.666.464**	**1.907.697**	**1.028.565**	**727.271**	**9.272.866**
Amortização (Ifrs16) Sede		-	(892.208)	-	-	(892.208)
Amortização (Ifrs16) Auto		-	(652.957)	-	-	(652.957)
Amortização (Ifrs16) Hardware		(4.852.349)	(1.004.507)	-	-	(5.856.856)
Total Amortização		**(4.852.349)**	**(2.549.672)**	-	-	**(7.402.021)**
Total		**2.814.115**	**641.975**	**1.028.565**	**727.271**	**1.870.845**
Total Ativo Imobilizado		**7.253.590**	**578.647**	**1.125.338**	-	**5.549.603**

(i) A companhia buscou adequar suas estruturar físicas a nova realidade do trabalho de home office, diminuindo o espaço de trabalho nas sedes de Belo Horizonte e Santo André com a entrega de alguns andares que ocupava para desenvolver suas atividades.

10. Intangível

		31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transf.	31.12.2021
Software		37.546.626	539.356	(318.630)	189.060	37.956.412
Marcas e Patentes		-	19.010	-	-	19.010
Software Andamento		87.623	5.095.686	(2.528.161)	(189.060)	2.466.087
Ágio		3.010.955	-	-	-	3.010.955
Total custo de aquisição		**40.645.204**	**5.654.052**	**(2.846.791)**	-	**43.452.464**
Software	20% - 30%	(34.846.317)	(1.363.129)	-	-	(36.209.446)
Total amortização		**(34.846.317)**	**(1.363.129)**	-	-	**(36.209.446)**
Total intangível		**5.798.886**	**4.290.923**	**(2.846.791)**	-	**7.243.018**

(a) O ágil apurado compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição da empresa Dynpro, onde a Companhia avaliou a recuperabilidade desse ativo através de um teste de sensibilidade para as unidades geradoras de caixa e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperabilidade do investimento realizado vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

11. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores Nacionais	19.155.740	14.568.595
Fornecedores Estrangeiros	2.407.319	2.689.376
	21.563.058	**17.257.971**
Títulos a Vencer		
de 01 a 30 dias	(21.348.509)	(16.841.323)
de 31 a 60 dias	(211.532)	(217.976)
de 61 a 90 dias	(1.474)	(177.372)
de 91 a 120 dias	(419)	(19.550)
Acima de 120 dias	(1.125)	(1.750)
Total	**(21.563.058)**	**(17.257.971)**

12. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Salários (a)	2.435.094	1.696.229
Prov. férias e encargos	10.340.213	9.897.347
Provisões Bonus	5.509.689	7.221.462
Encargo Sociais a Pagar (b)	11.906.690	5.375.597
	30.191.686	**24.190.635**

(a) Os valores referentes a salários a pagar são provenientes de provisões da negociação juntos os respectivos sindicatos dos profissionais de T.I das cidades que a Companhia mantém filial e foi firmado que seria ajustado 5,45% ref. a 2021 e o pagamento acontecerá em janeiro de 2022. (b) A Companhia sustenta através de liminar o direito de utilizar como base para cálculo do INSS terceiros o valor máximo correspondente a 20 salários mínimos, optando por manter, por não ser uma decisão definitiva, o registro do valor a pagar que excede a base descrita acima.

13. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Impostos retidos a pagar	2.184.895	2.191.732
Impostos sobre importação a pagar	1.555.129	2.649.554
Impostos sobre vendas a pagar	3.959.465	2.923.566
	7.699.489	**7.764.852**

14. Partes relacionadas

Refere-se, principalmente, a transações com empresas do grupo conforme demonstrado a seguir:

2021	Ativo	Passivo	Receita	Custo	Resultado Financeiro
Engineering I.I. S.p.A.	1.829.113	1.070.084	2.126.742	2.244.801	-
OverIT SPA	-	-	1.905.300	1.901.642	-
Engi dA Argentina S.A	791.700	618.412	813.379	320.383	-
WebResults	797.201	1.551.571	3.533.613	25.331	-
IT Soft USA INC	345.365	14.445	1.755.628	-	-
	244.587	-	246.735	-	-
Total	**4.007.965**	**3.254.512**	**10.381.397**	**4.492.158**	-

2020	Ativo	Passivo	Receita	Custo	Desp. Finaceira
Engineering I.I. S.p.A.	2.111.735	7.474.061	945.116	559.169	2.865.498
OverIT SPA	238.696	784.041	1.338.070	2.321.761	-
Engi dA Argentina S.A	161.107	218.139	198.098	41.127	-
WebResults	35.133	5.820	394.235	129.809	-
IT Soft USA INC	498.883	-	2.111.681	-	-
Total	**3.045.554**	**8.482.061**	**4.987.200**	**3.051.867**	**2.865.498**

15. Empréstimos e Financiamentos.

		Indexador	2021	2020
Engineering Ingegneria Informática SPA (Controladora)	curto prazo Capital de giro	5% a.a.	29.236.409	34.736.609
Engineering Ingegneria Informática SPA (Controladora)	longo prazo		29.236.410	34.736.610
			58.472.819	**69.473.219**

Valor remanescentes de empréstimo realizado junto a matriz da empresa na Itália. Em 31 de dezembro de 2021 o valor em moeda estrangeira é de Euro 9.404.515, sendo Euro 5.500.000 (R$ 21.890.000 – valor principal) e Euro 3.904.515 (R$ 16.712.872 – juros e encargos). A Companhia tem optado em realizar o pagamento dos valores principais e durante o ano de 2021 realizou pagamentos no total de Euro 2.000.000 (R$ 12.309.000).

16. Provisão para risco tributário, Cíveis, Trabalhistas e projetos

As provisões para riscos relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. As provisões para risco relacionadas a projetos estão baseadas em opiniões e análises dos respectivos responsáveis técnicos e pelo departamento jurídico interno da Companhia.
Essas provisões estão assim apresentadas:

	31.12.2020	Adição	Reversão	Realização	31.12.2021
Civil (a)	(2.691.000)	(1.642.869)	-	-	(4.333.869)
Trabalhista	(414.878)		73.025		(341.853)
Tributária	(313.035)	(820.933)			(1.133.968)
Projeto (b)	(17.506.584)	(134.010)	1.520.625	-	(16.119.969)
	(20.925.497)	**(2.597.813)**	**1.593.650**	-	**(21.929.660)**
Provisão para créditos duvidosos	**794.089**	**1.217.735**	**(1.567.018)**	-	**444.806**

a) A Companhia discuti judicialmente a rescisão de contrato junto a um fornecedor por quebra de clausula contratual, sendo que a ação foi julgada parcialmente procedente durante o ano de 2021 e está aguardando remessa dos autos para o TJMG para julgamento de apelação. (b) A Companhia julga necessário a provisão para adequação de escopo de projeto de um de seus clientes e considera prudente provisionar o montante referente a valores já faturados de outro cliente, visto que está em busca de concluir negociação que visa ajustar um plano de recebimento de faturamentos precedentes. (vide nota 5)

17. Receita a apropriar

Por característica e negociação de alguns contratos o faturamento é realizado antes da transferência do serviço por completo e/ou satisfaça a obrigação de desempenho acordado em contrato. Dessa maneira a receita é reconhecida somente quando atendida todos os critérios determinados de acordo com o CPC 47.
As receitas a apropriar estão apresentados a seguir por tipologia de serviço.

	2021	2020
Turn key	6.289.116	11.329.823
Time & Material	1.280.417	197.952
Licença	2.181.168	4.685.137
Manutenção	297.628	3.893.307
	10.048.329	**20.106.219**

18. Contratos de arrendamento

A IFRS 16/CPC 06 (R2) introduz um novo modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, que devem reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(R2)/ IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/ IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconheceu novos ativos de direito de uso para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e veículos. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos amortização do contrato e despesas de juros referente as obrigações de arrendamento. O passivo registrado, representa as obrigações futuras de efetuar o pagamento do arrendamento já a valor presente.

Direitos de Uso do Ativo	Total 31.12.2020	Amortização	Adições / Baixas	Transferências	Total 31.12.2021
Arrendam. Mercantil - Locação de Sede (Ifrs16)	641.979	(892.208)	400.356	-	150.128
Arrendam. Mercantil - Locação de Veículos (Ifrs16)	1.255.087	(652.957)	557.637	-	1.159.767
Arrendam. Mercantil -Leasing Hardwares (Ifrs16)	917.049	(1.083.370)	-	727.271	560.949
Total Ativo	**2.814.115**	**(2.628.535)**	**957.994**	**727.271**	**1.870.845**

Passivo dos arrendamentos

	31.12.2020	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Transp. CP/LP	31.12.2021
Passivo Circulante	(1.071.978)	-	2.288.734	(100.885)	(1.757.966)	**(642.095)**
Passivo não Circulante	(1.441.919)	(306.783)	-	(899.602)	1.757.966	**(890.338)**
Total Amortização	**(2.513.897)**	**(306.783)**	**2.288.734**	**(1.000.487)**	-	**(1.532.433)**
Total Leasing	**300.218**	**(2.935.317)**	**3.246.728**	**684.777**	-	**338.412**

19. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 51.630.020 (Cinquenta e um milhões seis e trinta mil e vinte Reais), está representado por 51.630.020 (51.630.020 em 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas

Acionistas	%	2020	2019
Engineering Ingegneria Informática SPA	99%	51.113.720	51.113.720
Michele Cinaglia	1%	516.300	516.300
Total		**51.630.020**	**51.630.020**

20. Receitas operacionais

A receita obtida pela Companhia, bem como suas deduções e impostos incidentes sobre a receita em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composta da seguinte maneira:

	2021	2020
Mercado Interno	253.790.698	248.884.493
Mercado Externo	4.908.325	4.456.503
Intercompany	8.476.097	4.987.200
Receita Bruta	**267.175.120**	**258.328.196**
Turn Key	91.239.392	130.856.093
Time & Material	88.687.923	64.208.383
Licenças	22.483.808	18.192.570
Manutenção	64.763.997	45.071.150
Receita bruta	**267.175.120**	**258.328.196**
Impostos Federais	(9.516.827)	(9.171.349)
Inss Desoneração (a)	(11.230.824)	(11.254.403)
Impostos Estaduais	(21.589)	(43.264)
Impostos Municipais	(7.630.487)	(7.146.385)
Impostos sobre vendas	**(28.399.727)**	**(27.615.401)**
Receita líquida	**238.775.393**	**230.712.795**

A desoneração da folha de pagamento é a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal, imposto incidente sobre o total da remuneração dos colaboradores, pela CPRB. A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta é calculada sobre o montante do negócio a partir de um percentual que varia de acordo com o ramo. A empresa pode optar anualmente pelo regime que for mais conveniente, sendo sempre o pagamento da CPRB mensal, no caso da Engineering do Brasil o percentual é de 4,5%.

21. Custos e despesas operacionais

	2021	2019
Custo sobre serviços prestados		
Hardware e Software	656.399	901.285
Gasto com pessoal (a)	101.069.463	90.921.330
Serviços prestados por terceiros	66.231.492	60.723.262
Custo intercompany	1.851.555	3.051.867
	169.808.909	155.597.745
Despesas Administrativas		
Locações	1.039.883	959.587
Gasto com pessoal (a)	21.903.885	23.573.021
Serviços prestados por terceiros	8.381.180	6.051.564
Viagens (b)	773.043	1.932.971
Depreciação e Amortização	4.863.353	6.011.527
Seguros	1.292.260	1.613.488
Comunicação	891.426	904.108
Marketing	1.070.268	857.619
Transporte	895.170	919.112
Outros	2.982.155	1.871.972
	44.092.623	44.694.969
Despesas Tributárias		
Operações de cambio	1.504.880	2.898.331
Tributos Municipais	167.787	208.472
Outros	576.488	319.481
	2.249.155	3.426.284

(a) Com a necessidade de uma rápida adequação do modelo de trabalho de home-office a Companhia estrategicamente intensificou seus esforços para mantém seu quadro de colaboradores qualificados investindo em diversas políticas que proporcionasse uma maior qualificação técnica, satisfação e qualidade de vida, refletindo essas ações no reconhecimento da empresa com o selo "Great Place to Work". (b) O trabalho através de home-office já era uma tendência que a empresa vinha introduzindo na sua política e com o avanço da pandemia do covid-19, em março essa prática foi implantada pela Companhia de maneira mais incisiva o que proporcionou uma relevante diminuição nas despesas com viagens.

22. Resultado financeiro líquido

Na parte do resultado financeiro, temos a variação cambial em que, grande parte destas alterações de deram devido as oscilações das moedas ocorridas durante o ando de 2021, fruto ainda da pandemia, que, por sua vez, mexeu muito no mercado financeiro. Em dezembro de 2021, o saldo devido pela empresa junto à Itália em moeda estrangeira é de € 9.404.515,47, sendo este valor principal mais juros calculados até a data final deste balanço. E, o valor principal devido é de € 5.500.000.

	2021	2020
Despesas		
Despesas bancárias	(183.840)	(305.408)
Variação cambial	267.916	(27.260.743)
Arrendamento Passivo (IFRS 16)	(306.783)	(287.364)
Juros sobre empréstimo - Intercompany	(901.381)	(2.702.395)
	(1.124.088)	**(30.555.910)**
Receitas		
Receita aplicações financeiras	2.449	322.985
	2.449	**322.985**
Total	(1.121.639)	(30.232.925)

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A Companhia, enquadrada no regime de Lucro Real, adotou para o exercício de 2021, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do Lucro Real Anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. O saldo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro corrente e diferidos são compostos da seguinte maneira:

2021	Impostos de Renda	Contribuição Social	Total
Imposto diferido do exercício			
Adições e exclusões impostos diferidos	13.970	5.029	18.999
Reversão de impostos diferidos	(1.830.808)	(659.091)	(2.489.898)
Imposto diferido	**(1.816.838)**	**(654.062)**	**(2.470.899)**
IRPJ e CSLL do Exercício			
Lucro líquido antes impostos	20.834.116	20.834.116	20.834.116
Total das adições	12.650.795	12.650.795	12.650.795
Total das deduções	(9.074.143)	(9.074.143)	(9.074.143)
Compensação prejuízo fiscal	(7.323.230)	(7.323.230)	(7.323.230)
Base de Cálculo	**17.087.538**	**17.087.538**	**17.087.538**
Imposto de renda- 15% sobre base cálculo	(4.247.884)	-	(4.247.884)
Contribuição social - 9% sobre base cálculo	-	(1.537.878)	(1.537.878)
Impostos Correntes – resultado	**(4.247.884)**	**(1.537.878)**	**(5.785.763)**
Composição IRPJ e CSLL Diferido			
Constituição (consumo) Diferido Prejuízo fiscal	19.228.327	19.228.327	19.228.327
Constituição (Reversão) -Diferido Diferenças Temporiais	1.583.435	1.583.435	1.583.435
Diferido ágil aquisição de empresa	441.730	441.730	441.730
Base de Cálculo	**21.253.493**	**21.253.493**	**21.253.493**
Alíquota	25%	9%	34%
Impostos Diferidos - ativo	**5.313.373**	**1.912.814**	**7.226.188**

2020	Impostos de Renda	Contribuição Social	Total
Imposto diferido do exercício			
Adições e exclusões impostos diferidos	7.468.163	2.688.539	10.156.702
Reversão de impostos diferidos	(7.194.829)	(2.590.137)	(9.784.966)
Imposto diferido	**273.334**	**98.402**	**371.736**
IRPJ e CSLL do Exercício			
Lucro líquido antes impostos	(3.246.134)	(3.246.134)	(3.246.134)
Total das adições	10.960.400	10.960.400	10.960.400
Total das deduções	(7.601.744)	(7.601.744)	(7.601.744)
Compensação prejuízo fiscal	(33.757)	(33.757)	(33.757)
Base de Cálculo	**78.766**	**78.766**	**78.766**
Imposto de renda- 15% sobre base cálculo	11.815	-	11.815
Contribuição social - 9% sobre base cálculo	-	7.089	7.089
Impostos Correntes – resultado	**11.815**	**7.089**	**18.904**
Composição IRPJ e CSLL Diferido			
Constituição (consumo) Diferido Prejuízo fiscal	8.906.666	8.906.666	8.906.666
Constituição (Reversão) -Diferido Diferenças Temporárias	19.172.447	19.172.447	19.172.447
Diferido ágil aquisição de empresa	441.733	441.733	441.733
Base de Cálculo	**28.520.846**	**28.520.846**	**28.520.846**
Alíquota	25%	9%	34%
Impostos Diferidos - ativo	**7.130.212**	**2.566.876**	**9.697.088**

23. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos circulantes (aplicações financeiras), em relação aos valores de mercado, concluindo que estes estão adequadamente demonstrados. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos que apresentem características especulativas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros não contabilizados, bem como não possuía instrumentos financeiros derivativos.

24. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na volatilidade dos mercados financeiros de forma a minimizar potenciais efeitos no desempenho da Companhia. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que a Companhia mantenha sob controle os limites ou cláusulas do empréstimo

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F802-D0BE-8F13-A6D0.
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F802-D0BE-8F13-A6D0.

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

(quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. De acordo com a previsão da administração do fluxo de caixa, o excesso de caixa é transferido para aplicações financeiras, que são realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Companhia tem como objetivo manter os investimentos até o momento do seu efetivo resgate. As aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. Risco de Crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa depositados em instituições financeiras de primeira linha, minimizando dessa forma, o risco de crédito. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta no curso normal de seus negócios. Aproximadamente 90% de sua carteira de clientes está concentrada em empresas de sólida atuação no mercado, minimizando assim o risco de crédito. A diversificação do restante de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências em suas contas a receber. Risco de Mercado: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao Euro. O risco cambial decorre, basicamente, de operações comerciais futuras e de empréstimos contraídos junto à Controladora corrigidos pela variação cambial. A administração da Companhia monitora as oscilações das taxas de câmbio no mercado, assim como seu impacto sobre a posição patrimonial e os fluxos de caixa futuros relacionados, principalmente, a aquisição de serviços no mercado externo e obtenção de empréstimos junto á Controladora em moeda estrangeira.

25. Lucro líquido por ação
O Lucro líquido por ação foi calculado em conformidade com o CPC 41 (aprovado pela Resolução CFC 1287/10). O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada das ações disponíveis durante o período.

Diretoria
Luigi Bianchini Neto
Diretor Financeiro/Administrativo
Fabiano Martins dos Santos
Contador - CRC 1SP220395/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Engineering do Brasil S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Engineering do Brasil S.A. que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engineering do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022.

MOORE MSLL LIMA LUCCHESI — Auditores e Contadores — CRC2SP019874/O-3
Sócio - Edison Pereira Lima — Contador — CRC1SP114.180/O-5

Defi Invest Capital Gestora de Recursos S/A
Ata de Assembleia Geral de Constituição da

Instalação: 06/09/2021, 15 horas, sede social. **Presença**: Totalidade dos subscritores a saber: **Jairo Sampaio Saddi,** RG 13.274.510 SSP/SP e CPF 066.664.628-74; **Renato de Mello Jorge Silveira,** RG 18.208.375 SSP/SP e CPF 040.147.198-55. **Mesa:** Presidente: **Jairo Sampaio Saddi,** Secretária: **Fabiana de Paula Pires Saddi**, RG 25.019.323-1 SSP/SP e CPF 184.150.808-08. **Convocação:** Dispensada. **Deliberações aprovadas:** 1) A constituição de **Defi Invest Capital Gestora de Recursos S/A**. 2) O Capital Social de R$ 100.000,00. 3) O Estatuto Social da Companhia. 4) Eleitos para os cargos de Diretor sem Designação especifica com mandato de 3 anos os Srs. qualificados anteriormente: **Jairo Sampaio Saddi e Sr. Renato de Mello Jorge Silveira. Encerramento** : Nada mais. JUCESP NIRE nº 3530057686-1 3m 14/09/2021.

Cartonifício Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos aos acionistas para Assembleia Geral Ordinária dia 25/04/2022, às 15:00h na sede à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, Valinhos/SP, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Demonstrações financeiras do Exercício findo 2021; 2) Eleição da diretoria; 3) Outros assuntos. Valinhos, 12/04/2022.

Piedade Usina Geradora de Energia S/A

NIRE Nº 35.300.193.121 CNPJ/MF nº 05.345.447/0001-16
CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores (a) Acionistas da **PIEDADE USINA GERADORA DE ENERGIA S/A** ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.345.447/0001-16, CONVOCADOS para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **25 de abril de 2022** em primeira chamada às 10:00 horas, necessitando a presença de acionistas que representem, no mínimo ¼ do capital social com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) a alteração dos artigos 9º, 13, 17, 18, 21, 27 e 28 do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 04 de abril de 2022.. Carlos André Androni Salgueiro Lourenço - Guilherme Androni Salgueiro Lourenço

BRANCO PERES AGRO S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembleia Geral Ordinária e Extraordiária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em **AGOE**, que realizar-se-á no dia **13/05/22, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP**, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relat. dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exer. encerrado em 31/12/21; **b)** Destinação do Result. do Exerc.; **c)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/21. SP, 12/04/22. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** – Conselho de Administração.

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF Nº 55.539.555/0001-06

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **20 de Abril de 2022, às 10h00**, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **EM SEDE DE ORDINÁRIA (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2021; **b.)** Eleição da Diretoria para o biênio 2022/2023; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 11 Abril de 2022. Walter Baldan Filho – Diretor. (12,13,14)

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 29.4.2022, às 14:30 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "*Deliberação acerca de propositura de ação de ressarcimento e medidas correlatas conforme o material de suporte enviado aos acionistas por e-mail junto a esta convocação*". Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 a Companhia continuará a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores. Por essa razão, a forma de realização desta assembleia ora convocada será virtual. Os dados para acesso à plataforma Teams serão enviados por e-mail a todos os acionistas. **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassunungа, 11 de abril de 2022. (12,13,14)

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 35300141539

ATA DA 28ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos **18/03/2022**, às 09 horas, em sua sede social à Fazenda Sant'Ana - Rodovia Prefeito Fábio Talarico, KM 89, em São Joaquim da Barra/SP, Cep.14.600-000, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Alcool, ficando dispensada a formalidade da convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social, nos termos que faculta os artigos 124, § 4º e 133, § 4º, da Lei 6.404/76, conforme foi constatado pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e pela prova que fizeram da titularidade das ações exibidas. Assumindo a Presidência da mesa, como determina o Estatuto Social, o senhor Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Diretor Superintendente, convidou a mim Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar os trabalhos, ficando assim composta a mesa. Inicialmente determinou o senhor Presidente que se fizesse a leitura da seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Extraordinária: 1)** Proposta da diretoria para aumento de capital e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e **2)** Outros assuntos de interesse da sociedade. Finda a leitura, o senhor Presidente deu início aos trabalhos, e atendendo ao **ITEM 1,** ensejo em que o senhor Presidente informou ao plenário que se fazia portador da proposta da diretoria para elevação do capital social cujo inteiro teor é o seguinte: Senhores acionistas. Esta diretoria, tendo em conta os interesses da sociedade, propõe a elevação do Capital Social de R$ 380.000.000,00 para R$ 480.000.000,00, mediante transferência da conta de Lucros Retidos no valor de R$ 100.000.000,00. Ficando desta forma alterado o Capítulo II do Estatuto Social, cujo artigo 5º passará a ter a seguinte redação: **"Artigo 5º O Capital Social é de R$ 480.000.000,00 dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, endossáveis à opção do acionista e indivisíveis em relação à sociedade. §único - As despesas de conversões, desdobramentos ou agrupamentos de ações correrão por conta dos acionistas solicitantes.** São Joaquim da Barra/SP. 18/03/2022. aa Luiz Octavio Junqueira Figueiredo e Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo. Finda a leitura, a proposta foi imediatamente colocada em discussão. Após debatê-la, o plenário, por unanimidade e sem restrições, aprovou a elevação do capital social para R$ 480.000.000,00 nos termos propostos, bem como a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a viger com a redação supra. Passando-se ao **ITEM 2** o senhor Presidente deixou a palavra livre, e como dela ninguém quisesse fazer uso, deu por encerrada a Assembleia, declarando que em todas as deliberações e votações foram rigorosamente observadas as abstenções legais, e autorizou a suspensão da sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ata no livro próprio. Reaberta a sessão foi a mesma ata lida e aprovada, assinando-a todos os presentes. São Joaquim da Barra SP. 18/03/2022. Presidente da Mesa: Luiz Octavio Junqueira Figueiredo; Secretário: Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo; **Acionistas:** Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, representada pelo seu Diretor Presidente Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, JLV Participações S.A. representada pelo seu Diretor Presidente José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, L.A.M. Holding Ltda., representada pelo seu Sócio Luiz Octavio Junqueira Figueiredo e BPG Holding Ltda, representada pelo seu Sócio Paulo Roberto de Almeida Gouveia. Declaramos estar conforme o original. São Joaquim da Barra/SP, 18/03/2022. **Jucesp** nº 168.755/22-1 em sessão de 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002156-82.2019.8.26.0161 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Diadema, Estado de São Paulo, Dr(a). Rafael Bragagnolo Takejima, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a GLOBAL FILTROS COMÉRCIO E IMPORTADORA EIRELI, (CNPJ/MF. Nº 27.252.074/0001-71) que SAKAMOTO LUBRIFICANTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 10.049,24, referente ao não pagamentos dos títulos. Encontrando-se em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 827, do CPC, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou, em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (artigo 916 do CPC), sob pena de penhora de bens, da qual fica neste ato intimados, ficando cientes de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Diadema, aos 07 de maio de 2021. 13 e 14/04

USUCAPIÃOEXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 490.024, em 23 de agosto de 2021, e autuado o Requerimento feito por **APARECIDA MARIA ARE**, brasileira, divorciada, aposentada, portadora da cédula de identidade Registro Geral sob nº 3.584.636-7-SP, inscrita no CPF/ME sob nº 692.823.828-34, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Felício Tarabainº 406, apartamento 33, Bloco T8D, CEP 02344-060,objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do apartamento nº 83, localizado no 8º andar do " Edifício Araguaia", situado na Rua Azevedo Marquesnº 45, no 11º Subdistrito, Santa Cecília, objeto da matrícula 75.455,** neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no $ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado",** ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venha de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 01 de abril de 2022. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**). 04 e 14/04

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 46.155.487/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EM R$ 1,00)

Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	**131**	**129**
Bancos conta movimento	29	29
Aplicações financeiras	103	100
Disponibilidades geral	**131**	**129**
Ativo não circulante	**3.680.894**	**3.680.894**
Ativo realizável a longo prazo	**3.680.894**	**3.680.894**
Créditos c/partes relacionadas	3.680.894	3.680.894
Total do ativo	**3.681.026**	**3.681.024**

Demonstração do resultado do exercício	31/12/2021	31/12/2020
Despesas operacionais	**(10.466)**	**(10.898)**
Administrativas	(10.467)	(10.898)
Resultado antes dos efeitos financeiros	**(10.466)**	**(10.898)**
Efeitos financeiros líquidos	**3**	**1**
Receitas financeiras	3	1
Resultado líquido operacional	**(10.464)**	**(10.897)**
Resultado líquido antes da prov. P/ IR e CSLL	**(10.464)**	**(10.897)**
Lucro ou (prejuízo) do exercício	**(10.464)**	**(10.897)**
Lucro por ação do capital	**-0,0032**	**-0,0033**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	**290.878**	**290.878**
Contas a pagar	10.755	10.755
Lucros/dividendos a pagar	204.693	204.693
Crédito com contr. Mútuos	75.430	75.430
Outras obrigações	**290.878**	**290.878**
Passivo não circulante	**175.646**	**165.179**
Obrigações c/c sócios	175.646	165.179
Patrimônio líquido	**3.214.502**	**3.224.967**
Capital social	3.270.000	3.270.000
Lucros ou (-)prejeizos acumulados	(55.498)	(45.033)
Total do passivo + patr. Líquido	**3.681.026**	**3.681.024**

Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido	Capital social	lucros (prej) acum.	Patrim. Líquido
Saldo final em 31/12/2019	**3.270.000**	**(34.136)**	**3.235.864**
Lucro ou (-) prejuízo líquido do exercício	-	(10.897)	(10.897)
Saldo final em 31/12/2020	**3.270.000**	**(45.033)**	**3.224.967**
Lucro ou (-) prejuízo liquido do exercício	-	(10.464)	(10.464)
Saldo final em 31/12/2021	**3.270.000**	**(55.497)**	**3.214.503**

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
1- Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.464)	(10.897)
(+/-) Ajustes do resultado líquido	**(10.464)**	**(10.897)**
(=) Lucro líquido ajustado	**(10.464)**	**(10.897)**
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante + RLP		
C/C sócios	10.467	10.468
(=) Total (acéscimo) / decréscimo do ativo circulante + RLP	**10.467**	**10.468**
(Acréscimo) / decréscimo do passivo circulante + ELP		
Outras obrigações		430
(=) Total (acéscimo) / decréscimo do passivo circulante + ELP	**-**	**430**
Total das atividades operacionais	**3**	**1**
(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalente a caixa	**3**	**1**
Caixa e equivalente a caixa no início do ano	**129**	**129**
Variação ocorrida no período	**2**	**1**
Caixa e equivalente a caixa no final do ano	**131**	**130**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A Nogueira Patrimonial e Participações S.A., com sede em Itapira/SP, foi fundada em 1981 e tem como objetivo a atividade Agentes de investimentos em aplicações financeiras, Holdings de Instituições Não-Financeiras. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Principais Práticas Contábeis** a) Apuração do resultado As receitas, custos e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. c) Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados ao valor líquido de realização. d) Passivo circulante e não circulante São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços. e) Imposto de Renda e Contribuição Social O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação de regência. Nesse exercício não foram calculados em decorrência da base de cálculo negativa. **4. Capital Social** O capital autorizado em 31/12/2021 é de R$ 3.270.000,00, sendo o capital composto por 3.270.000,00 ações ordinárias, como segue: Affonso Nogueira de Freitas - 1.749.450 ações no valor de R$ 1.749.450,00; Anna Pugina Nogueira - 490.500 ações no valor de R$ 490.500,00; Gisele Nogueira - 155.325 ações no valor de R$ 155.325,00; Afonso Nogueira Filho - 408.750 ações no valor de R$ 408.750,00; Marcio Fernando Nogueira - 310.650 ações no valor de R$ 310.650,00; Guilherme Vieira Caio - 155.325 ações no valor de R$ 155.325,00.

Diretoria
Affonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente
Contador
Paulo Cesar Adorno - CRC 1SP-171613

AGRO REUNIDAS S/A

CNPJ/MF N.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as disposições contidas nas Leis 6.404/76 e normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Resultados Operacionais** A Companhia Agro Reunidas S/A encerrou o exercício 2021 com um resultado de equivalência patrimonial no valor de R$ 21.270.527,7, superior em 414,07% em relação ao ano de 2020. O acréscimo positivo foi resultado das demonstrações da Controlada Baldan Agropecuária Eireli, sendo impulsionado pelo crescimento do agronegócio no país e deemed cost, fechando o ano de 2021 com uma expansão de 13,3%, na comparação com 2020, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). **Perspectivas 2022** Para o ano de 2022 a Controlada está projetando fechar com um faturamento de R$ 27.596.829,00, sendo um aumento de 57,57% em relação a 2021. O agronegócio, especificamente a exploração de cana-de-açúcar continua em demanda crescente, o que impulsiona a perspectiva de resultados promissores a controlada, resultando em números positivos a Controladora Agro Reunidas S/A. A Administração. Abril 2022. **Walter Baldan Filho - Diretor; Renato José Mastropietro - Diretor.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
Ativo	**31.528.971,18**	**10.258.443,41**
Ativo circulante	**9.000,00**	**9.000,00**
Disponivel	9.000,00	9.000,00
Numerários	9.000,00	9.000,00
Caixa	9.000,00	9.000,00
Caixa geral	9.000,00	9.000,00
Ativo não circulante	**31.519.971,18**	**10.249.443,41**
Investimentos	31.519.971,18	10.249.443,41
Investimentos	31.519.971,18	10.249.443,41
Controladas e coligadas	31.519.971,18	10.249.443,41
Baldan agropecuária eireli	31.519.971,18	10.249.443,41

	2021	2020
Passivo	**31.528.971,18**	**10.258.443,41**
Patrimonio liquido	**31.528.971,18**	**10.258.443,41**
Capital social	2.558.459,94	2.558.459,94
Capital social	2.558.459,94	2.558.459,94
Capital social	2.558.459,94	2.558.459,94
Capital social	2.558.459,94	2.558.459,94
Reservas de lucros	7.835.581,90	3.760.252,46
Reservas de lucros	7.835.581,90	3.760.252,46
Reservas de lucros	7.835.581,90	3.760.252,46
Reserva legal	511.691,99	376.093,50
Lucros acumulados	7.323.889,91	3.384.158,96
Resultado do exercicio	21.134.929,34	3.939.731,01
Resultado do exercicio	21.134.929,34	3.939.731,01
Resultado do exercicio	21.134.929,34	3.939.731,01
Lucro do exercício	21.134.929,34	3.939.731,01

Demonstrações do resultado

Descrição	2021	2020
Outras Receitas Operacionais	21.270.527,77	4.137.711,57
Receita de equivalencia patrimonial	21.270.527,77	4.137.711,57
= Lucro Operacional	21.270.527,77	4.137.711,57
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social	21.270.527,77	4.137.711,57
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda	21.270.527,77	4.137.711,57
= Lucro	21.270.527,77	4.137.711,57
= Lucro Líquido do Período	21.270.527,77	4.137.711,57

Demonstrações do resultado abrangente

Descrição	2021 Valor	2020
Lucro Líquido do Período	(21.270.527,77)	-
= Lucro Abrangente	(21.270.527,77)	
Parcela dos sócios não controladores	21.268.400,72	99,99

Notas Explicativas

O investimento em sociedade controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual é atribuível à Agro Reunidas S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da Baldan Agropecuária Eireli (investida) está registrada no resultado do exercício como "receita de equivalência patrimonial" e a contrapartida no ajuste do investimento no ativo não circulante.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Liquido do Sócio da Controladora	Patrimônio Líquido do Consolidado	Demonstração Resultado do Abrangente Total
Saldo em 30/11/2021	**2.558.459,94**	**376.093,50**	**-**	**2.934.553,44**	**2.934.553,44**	**-**
Lucro Liquido do Periodo	-	-	21.270.527,77	21.270.527,77	21.270.527,77	21.270.527,77
Resultado Abrangente Total	-	-	-	21.270.527,77	21.270.527,77	-
Constituição de Reserva	-	135.598,49	-	-	-	-
Saldos Finais	**2.558.459,94.**	**511.691,88**	**21.270.527,77**	**24.205.081,21**	**24.206.081,21**	**21.270.527,77**

Diretoria
Walter Baldan Filho - Diretor
Cleber Baldan - Diretor
Contador
Aislan Krambeck - CRC - 1SP325751/O-0

Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 33.458.409/0001-05

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	34	35
Aplicações financeiras	153	802
Tributos a recuperar	44	1.258
Estoques	96	96
Total do ativo circulante	327	2.191
Não circulante		
Tributos a recuperar	1.269	-
Imobilizado	82	95
Intangível	617	712
Total do ativo não circulante	1.968	807
Total do ativo	2.295	2.998

	2021	2020
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	-	1
Fornecedores - partes relacionadas	-	592
Outras contas a pagar	1	35
Total do passivo circulante	1	628
Patrimônio líquido		
Capital social	7.300	7.300
Prejuízos acumulados	(5.006)	(4.930)
	2.294	2.370
Total do passivo e patrimônio líquido	2.295	2.998

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(76)	(2.598)
Ajustes por:		
Juros sobre notas promissórias	-	2.878
Despesas com depreciação e amortização	108	-
	32	280
Variação nos ativos e passivos		
Aumento dos ativos		
Tributos a recuperar	(55)	(24)
Adiantamento a fornecedores	-	15
Despesas antecipadas e estoques	-	1
Aumento dos passivos		
Fornecedores	(1)	-
Fornecedores - partes relacionadas	(592)	565
Obrigações sociais e trabalhistas e outras obrigações	-	(529)
Impostos e contribuições a recolher	-	(36)
Outras contas pagar	(34)	35
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(650)	307
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	649	206.850
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	649	206.846
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal	-	(200.000)
Pagamento de juros	-	(7.140)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	(207.140)
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1)	13
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	35	22
No final do período	34	35
	(1)	13

Demonstrações do resultado do exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Custos dos serviços prestados		
Custo com pessoal	-	(334)
	-	(334)
Lucro bruto	-	(334)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços	(39)	(59)
Despesas com depreciação e amortização	(108)	-
Despesas com pessoal	-	(22)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(1)	(16)
Despesas, provisões e multas indedutíveis	35	(35)
Outros	(17)	(6)
	(130)	(138)
Resultado antes do resultado financeiro	(130)	(472)
Resultado financeiro	64	(2.126)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(66)	(2.598)
Imposto de renda e contribuição social	(10)	-
Prejuízo do exercício	(76)	(2.598)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(76)	(2.598)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(76)	(2.598)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2020	73.000	(65.700)	(2.332)	4.968
Prejuízo do exercício	-	-	(2.598)	(2.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	73.000	(65.700)	(4.930)	2.370
Prejuízo do exercício	-	-	(76)	(76)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	73.000	(65.700)	(5.006)	2.294

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

AFN MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

CNPJ/MF: 49.911.654/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (VALORES EM R$ 1,00)

Balanço Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	**252.039**	**157.486**
Caixa	1.501	1.500
Aplicações financeiras	96.631	879
Disponibilidades geral	**98.132**	**2.380**
Aluguel a receber	2.280	3.480
Créditos com PJ mútuos	75.430	75.430
Créditos com PF. Ligadas	76.197	76.197
Outros créditos	**153.907**	**155.107**
Ativo não circulante	**8.106.779**	**8.134.882**
Terrenos nao operacionais	697.976	697.976
Predios nao operacionais	1.005.318	1.005.318
Investimentos imóveis não operacionais	**1.703.294**	**1.703.294**
Imobilizado	6.768.776	6.768.776
Depreciação acumulada	(365.291)	(337.187)
Imobilizado líquido	**6.403.485**	**6.431.588**
Total do ativo	**8.358.818**	**8.292.368**

Demonstração de Mutação das Contas do Patrimonio Líquido

	capital social	ajuste de avaliação patrimonial	lucros ou prejuízos acumulados	patrimônio líquido
Saldo inicial em 01/01/2019	**43.159.899**	**2.479.314**	**(9.691.100)**	**35.948.113**
Ajuste de exercícios anteriores	(34.571.324)	-	-	(34.571.324)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(367.828)	(367.828)
Saldo final em 31/12/2020	**8.588.575**	**2.479.314**	**(10.058.928)**	**1.008.961**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	201.299	201.299
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(332.280)	(332.280)
Saldo final em 31/12/2021	**8.588.575**	**2.479.314**	**(10.189.908)**	**877.980**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	**27.272**	**27.293**
Fornecedores	1.000	10.253
Obrigações tributárias	11.451	3.254
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.867	3.632
Provisões trabalhistas e previdenciárias	10.955	10.155
Obrigações circulantes	**27.272**	**27.293**
Passivo não circulante	**7.453.566**	**7.256.115**
Débitos com partes relacionadas - PF	7.453.566	7.256.115
Obrigações não circulantes	**7.453.566**	**7.256.115**
Patrimônio líquido	**877.980**	**1.008.960**
Capital social	8.588.575	8.588.574
Ajuste de avaliação patrimonial	2.479.314	2.479.314
Prejuízos acumulados	(9.857.628)	(9.691.100)
Prejuízos do exercício	(332.280)	(367.828)
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.358.818**	**8.292.369**

Demonstração de Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas e serviços	**30.960**	**33.344**
Receita de locação	30.960	33.344
Receita líquida de vendas e serviços	**30.960**	**33.344**
(-) Deduções de vendas	(1.130)	(1.217)
Receita operacional líquida	**29.830**	**32.127**
Lucro bruto operacional	**29.830**	**32.127**
Despesas operacionais	**(344.601)**	**(395.262)**
Administrativas	(487.342)	(333.704)
Tributárias	(53.292)	(61.558)
Outros receitas/despesas operacionais	196.034	-
Lucro líquido antes dos resultados financeiros	**(314.771)**	**(363.136)**
Efeitos financeiros líquidos	**416**	**(2.132)**
Despesas financeiras	(2.954)	(2.183)
Receitas financeiras	3.370	52
Resultado líquido antes da prov. P/ IR e CSLL	**(314.355)**	**(365.267)**
Provisão de IRPJ - lucro presumido	**(11.388)**	**(1.601)**
Provisão de CSLL - lucro líquido	**(6.537)**	**(960)**
Prejuízo líquido do exercício	**(332.280)**	**(367.828)**
Prejuízo por ação do capital	**-0,0077**	**-0,0085**

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Proveniente das operações		
Prejuízo liquido do exercício	(332.280)	(367.828)
Ajuste devedeodres de exercícios anteriores	201.299	-
(+/-) Ajustes do resultado liquido		
Depreciações e amortizações	28.103	33.802
(=) Resultado líquido ajustado	**(102.877)**	**(334.026)**
I - das atividades operacionais		
(Acréscimo) ou decrécimo do ativo circulante + RLP	**1.200**	**34.608.845**
Títulos a receber	-	34.607.621
Outros crédito	1.200	(1.280)
Despesas do exercicio seguinte	-	2.504
Acréscimo ou (decréscimo) o passivos circulante + ELP	**197.429**	**296.400**
Fornecedores nacionais	(9.253)	5.196
Obrigações tributárias	9.090	1.986
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	236	(132)
Provisões da folha de pagamento	800	-
Outras obrigações	(893)	-
Contas a pagar	197.450	289.350
Caixa aplicado nas operações	**95.752**	**34.571.219**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**95.752**	**34.571.219**
ii - das atividades de investimentos		
Redução de capital social		(34.571.325)
Total das atividades de investimentos	**-**	**(34.571.325)**
(I+ii+iii) aumento líquido de caixa e equivalente a caixa	**95.752**	**(106)**
Caixa e equivalentes a caixa no ínicio do ano	2.380	2.486
Variação ocorrida no período	95.752	(106)
Caixa e equivalentes a caixa no final do ano	**98.132**	**2.380**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A AFN Máquinas e Implementos S/A, com sede em Itapira/SP, foi fundada em 1965 e tem como objetivo a Exploração da indústria de máquinas e implementos agrícolas, partes e peças e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda importar e exportar, e praticar outras atividades industriais, comerciais, inclusive na prestação de serviços, correlatas, ou não (CNAE's 2833-0/00, 2832-1/00, 3321-0/00); e, participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, atuando como holding (CNAE's 6462-0/00). **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações contábeis levantadas em 31/12/2021 comparativas com 31/12/2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil, as quais compreendem as incluídas na legislação societária brasileira e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3. Principais Práticas Contábeis** a) Apuração do resultado Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa Não há registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por critério da própria empresa. d) Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados ao valor líquido de realização. e) Imobilizado Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização, não representando o seu real valor de mercado, que poderia ser encontrado através de uma reavaliação dos bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de Dezembro de 1998. Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma: Imóveis não destinados ao uso - Quadro demonstrativo em 31/12/2021 Item - Custo - Depreciação - Vl. Liquido; Terrenos - 697.976,01 - -0,00 - 697.976,01; Edifícios - 1.005.318,15 - -0,00 - 1.005.318,15; TOTAL - 1.703.294,16 - -0,00 - 1.703.294,16. Bens Próprios em Operação - Quadro demonstrativo em 31/12/2021; Item - Custo - Depreciação - Vl. Liquido Terrenos - 2.063.594,18 - -0,00 - 2.063.594,18; Edifícios - 4.407.775,13 - -84.752,47 - 4.323.022,66; Computadores - 1.690,00 - -1.056.00 - 634,00; Móv. Utensílios - 5.479,00 - -3.812,54 - 1.666,46; Máqs. Equip. - 21.898,27 - -7.330,53 - 14.567,74; Veículos - 268.339,00 - -268.339,00 - -0,00; Total 6.768.775,58 - -365.290,57 - 6.403.485,01. A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo: Quadro Demonstrativo do Imobilizado em 31/12/2021 Imóveis não destinados ao uso. Rubrica Contábil - Saldo Final - 2020 - Adições - Baixas - Saldo Final - 2021. Terrenos - 697.976,01 - 00,00 - 0,00 - 697.976,01; Edifícios - 1.005.318,15 - 0,00 - 0,00 - 1.005.318,15; TOTAL - 1.703.294,16 - 0,00 - 0,00 - 1.703.294,16. Bens Próprios em Operação. Rubrica Contábil - Saldo Final - 2020 - Adições - Baixas - Saldo Final - 2021. Terrenos - 2.063.594,18 - 0,00 - 0,00 - 2.063.594,18; Edifícios - 4.407.775,13 - 0,00 - 0,00 - 4.407.775,13; Computadores - 1.690,00 - 0,00 - 0,00 - 1.690,00; Móveis e Utensílios - 5.479,00 - 0,00 - 0,00 - 5.479,00; Máqs. Equipamentos - 21.898,27 - 0,00 - 0,00 - 21.898,27; Veículos - 268.339,00 - 0,00 - 0,00 - 268.339,00; TOTAL - 6.768.775,58 - 0,00 - 0,00 - 6.768.775,58. As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes: Item - Taxa Anual de Depreciação. Máquinas e Instalações - 10%; Móveis e Utensílios - 10%; Veículos - 20%; Computadores e Periféricos - 20%. f) Passivo circulante e não circulante. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços. A empresa tem títulos à pagar ao sócio. g) Imposto de Renda e Contribuição Social O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação de regência. **4. Capital Social** O capital autorizado em 31/12/2021 é de R$ 8.588.574,87, representado por 8.588.574,87 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens imóveis, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: Affonso Nogueira de Freitas detentor do capital social no valor de R$ 8.586.574,87; Afonso Nogueira Filho detentor do capital social no valor de R$ 500,00; Marcio Fernando Nogueira detentor do capital social no valor de R$ 500,00; Gisele Nogueira detentora do capital social no valor de R$ 500,00; Luis Alberto Nogueira detentor do capital social no valor de R$ 500,00. Itapira/SP, 31 de dezembro de 2021.

Diretoria
Anna Pugina Nogueira **-** Diretora Presidente
Contador
Paulo Cesar Adorno - CRC 1SP-171613

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F802-D0BE-8F13-A6D0.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F802-D0BE-8F13-A6D0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F802-D0BE-8F13-A6D0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F802-D0BE-8F13-A6D0

Hash do Documento

4281C8BA350F0D7C22DA30A149EA445E9F5B40BEA14E3E602A4D4D3798128F97

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

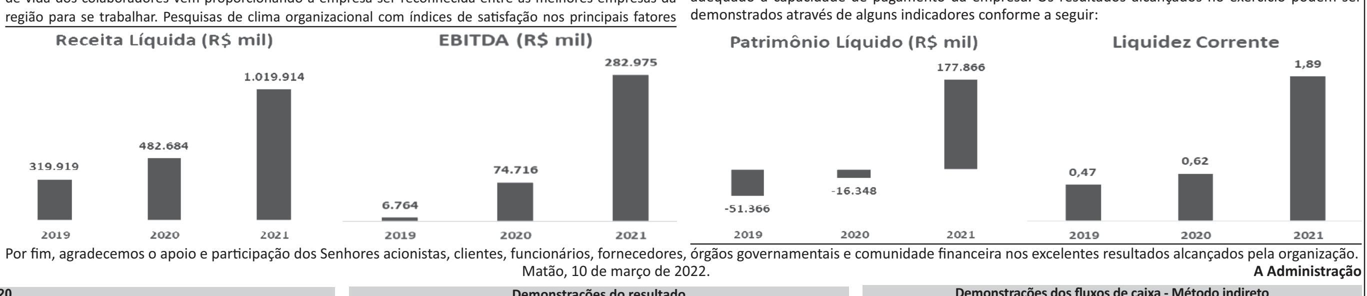
BALDAN

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF Nº 52.311.347/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, bem como as correspondentes notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, preparadas de acordo com as disposições contidas nas Leis 6.404/76 e normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. **CONJUNTURA** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com uma receita operacional bruta 111,0% superior à registrada no exercício de 2020. O movimento de fortalecimento do agronegócio brasileiro ficou ainda mais evidente no ano de 2021. Bons preços das principais commodities agrícolas e clima relativamente favorável elevaram a rentabilidade dos agricultores e impulsionaram os investimentos no campo. Mesmo com os desafios gerados pela continuação da pandemia (COVID 19), trazendo um cenário bastante incerto para aquisição dos principais insumos utilizados pela empresa (principalmente aço), a Baldan com seu excelente relacionamento com as principais siderúrgicas do país e outros fornecedores importantíssimos da nossa cadeia de abastecimento, conseguiu responder de forma rápida ao considerável aumento da demanda por implementos agrícolas, atendendo nossos clientes com um prazo de entrega bastante adequado para o setor. A *Área Industrial* apresentou boa resposta ao crescimento dos níveis de produção. As boas práticas desenvolvidas ao longo dos últimos 12 anos utilizando como base as ferramentas Lean Manufacturing, o aumento do quadro de colaboradores e a melhoria dos processos industriais foram os principais fatores para o atingimento das metas de produção. A *Área Comercial* da companhia foi reorganizada para atender o cliente dentro da nova realidade trazida pela pandemia, buscando sempre a melhoria da qualidade de servir nossos clientes. Novas ferramentas de comunicação foram implementadas. Fizemos feiras on-line (ex: Agrishow) em suas respectivas épocas históricas de realização, mantendo nossos clientes sempre informados sobre novos produtos e melhoria dos já consagrados. A política de *Recursos Humanos* adotada nos aspectos de treinamento, difusão do trabalho em equipe com inclusão de parte importante do quadro de funcionários da empresa, benefícios e segurança do trabalho para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores vem proporcionando a empresa ser reconhecida entre as melhores empresas da região para se trabalhar. Pesquisas de clima organizacional com índices de satisfação nos principais fatores de medição mostram resultados acima de 90%. As contas patrimoniais também refletiram as melhorias dos resultados alcançados pela empresa nos últimos anos. A empresa realizou movimentos importantes durante o exercício de 2021, destacamos: - Operação Estruturada de R$ 55,5 milhões de reais; - Acordo de Transação Tributária junto a PGFN e liberação da CPD-EN, com redução de multa e juros e um prazo adequado a capacidade de pagamento da empresa. Os resultados alcançados no exercício podem ser demonstrados através de alguns indicadores conforme a seguir:



Por fim, agradecemos o apoio e participação dos Senhores acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, órgãos governamentais e comunidade financeira nos excelentes resultados alcançados pela organização.

Matão, 10 de março de 2022.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	44.375	2.080	44.555	2.081
Aplicações financeiras	11	7.892	3.070	7.892	3.070
Contas a receber de clientes	12	109.420	61.254	109.307	61.229
Adiantamentos a fornecedores		5.386	5.301	5.414	5.327
Estoques	13	188.564	81.707	188.559	81.937
Impostos e contribuições a recuperar	14	60.757	46.904	60.757	46.904
Outros créditos e outros ativos		1.317	6.329	1.682	6.910
Total do ativo circulante		**417.711**	**206.645**	**418.166**	**207.458**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	11	731	30	731	30
Depósitos judiciais		10.046	6.728	10.046	6.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	47.053	1.803	47.053	1.803
Outros créditos e outros ativos		1.148	227	1.148	227
Total do realizável a longo prazo		**58.978**	**8.788**	**58.978**	**8.788**
Investimentos em controlada	15	404	483	-	-
Propriedades para investimento	16	28.260	27.150	28.260	27.150
Imobilizado	17	126.834	112.054	126.834	112.054
Intangível	18	68.060	68.335	68.060	68.335
Total do ativo não circulante		**282.536**	**216.810**	**282.132**	**216.327**
Total do ativo		**700.247**	**423.455**	**700.298**	**423.785**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	84.630	82.107	84.630	82.107
Obrigações de arrendamento mercantil	20	1.048	1.079	1.048	1.079
Fornecedores		25.319	32.772	24.826	32.395
Adiantamentos de clientes	21	26.852	25.574	26.852	25.574
Obrigações sociais e fiscais	22	44.754	166.825	44.796	166.866
Obrigações trabalhistas	23	17.824	17.807	17.944	17.922
Outras contas a pagar		20.680	8.601	21.062	9.152
Total do passivo circulante		**221.107**	**334.765**	**221.158**	**335.095**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	87.129	55.041	87.129	55.041
Debêntures a pagar	24	3.399	5.287	3.399	5.287
Obrigações de arrendamento mercantil	20	1.979	3.487	1.979	3.487
Obrigações sociais e fiscais	22	204.671	34.817	204.671	34.817
Provisão para demandas judiciais	26	4.096	6.406	4.096	6.406
Total do passivo não circulante		**301.274**	**105.038**	**301.274**	**105.038**
Patrimônio líquido			**Reclassificado**		**Reclassificado**
Capital social	28	24.035	24.035	24.035	24.035
Reserva legal		4.101	-	4.101	-
Reserva de reavaliação		12.811	13.120	12.811	13.120
Reserva de subvenção		83.630	28.166	83.630	28.166
Ajustes de avaliação patrimonial		37.843	38.055	37.843	38.055
Reserva de lucros		15.446	-	15.446	-
Prejuízos acumulados		-	(119.724)	-	(119.724)
Total do patrimônio líquido		**177.866**	**(16.348)**	**177.866**	**(16.348)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**700.247**	**423.455**	**700.298**	**423.785**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de reavaliação	Reserva de subvenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**24.035**	**-**	**13.777**	**-**	**38.463**	**-**	**(127.641)**	**(51.366)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.018	35.018
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(657)	-	-	-	657	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	(408)	-	408	-
Constituição reserva para subvenção	-	-	-	28.166	-	-	(28.166)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reclassificado)	**24.035**	**-**	**13.120**	**28.166**	**38.055**	**-**	**(119.724)**	**(16.348)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	201.214	201.214
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(309)	-	-	-	309	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	(212)	-	212	-
Constituição reserva legal	-	4.101	-	-	-	-	(4.101)	-
Constituição reserva para subvenção	-	-	-	55.464	-	-	(55.464)	-
Dividendos obrigatórios a distribuir	-	-	-	-	-	-	(1.122)	(1.122)
Dividendos complementares a distribuir	-	-	-	-	-	-	(5.878)	(5.878)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	15.446	(15.446)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**24.035**	**4.101**	**12.811**	**83.630**	**37.843**	**15.446**	**-**	**177.866**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	29	1.016.510	480.818	1.019.914	482.684
Custo dos produtos vendidos	30	(654.259)	(357.014)	(657.296)	(358.821)
Lucro bruto		**362.251**	**123.804**	**362.618**	**123.863**
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	30	(44.610)	(32.361)	(44.610)	(32.361)
Despesas administrativas	30	(56.372)	(25.895)	(56.372)	(25.895)
Outras receitas, líquidas	30	15.884	2.165	15.884	2.165
Resultado equivalência patrimonial		209	10	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		**277.362**	**67.723**	**277.520**	**67.772**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	6.829	8.048	6.829	8.048
Despesas financeiras	31	(45.391)	(40.776)	(45.461)	(40.779)
Resultado financeiro líquido		**(38.562)**	**(32.728)**	**(38.632)**	**(32.731)**
Receitas não recorrentes - efeito parcelamento tributário	**22**	**5.242**	**-**	**5.242**	**-**
Resultado antes do IR e CS		**244.042**	**34.995**	**244.130**	**35.041**
IR e CS diferido	25	(12.716)	1.803	(12.716)	1.803
IR e CS Corrente	25	(30.112)	(1.780)	(30.200)	(1.826)
Lucro líquido do exercício		**201.214**	**35.018**	**201.214**	**35.018**
Resultado por ação:					
Resultado por ação - básico (em R$)		0,15	0,03		
Resultado por ação - diluído (em R$)		0,15	0,03		

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	**201.214**	**35.018**	**201.214**	**35.018**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**201.214**	**35.018**	**201.214**	**35.018**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**201.214**	**35.018**	**201.214**	**35.018**
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	5.613	6.993	5.613	6.993
Valor residual da baixa do imobilizado	2.772	109	2.772	109
Resultado equivalencia patrimonial	(209)	(10)	-	-
Lucro não realizado de períodos anteriores	-	-	-	(4)
IR e CS diferidos	12.716	(1.803)	12.716	(1.803)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(260)	(253)	(260)	(253)
Mudanças no valor justo de propriedades para investimento	(1.110)	(1.980)	(1.110)	(1.980)
Provisões para contingências	(2.310)	4.197	(2.310)	4.197
Provisões de despesas a incorrer	(2.928)	-	(2.928)	-
Encargos CPC-06 (R2)	1.407	849	1.407	169
Pagamento de juros	(11.676)	(19.823)	(11.676)	(19.823)
Juros e atualização monetária	21.795	21.392	21.795	21.392
Lucro líquido ajustado	**227.025**	**44.689**	**227.234**	**44.016**
Variação de ativos e passivos:				
Aplicações financeiras	(5.523)	(650)	(5.524)	(650)
Contas a receber de clientes	(47.906)	(27.067)	(47.542)	(26.992)
Adiantamentos a fornecedores	(85)	(4.359)	(87)	(7.712)
Estoques	(106.857)	(41.831)	(106.621)	(41.875)
Impostos e contribuições a recuperar	(13.853)	3.812	(13.853)	3.858
Depósitos judiciais	(3.318)	(1.052)	(3.318)	(1.052)
Outros créditos e outros ativos	4.091	(1.987)	4.306	(2.448)
Fornecedores	(7.453)	9.810	(7.845)	9.395
Adiantamentos de clientes	1.278	12.401	1.278	12.401
Obrigações sociais e fiscais	(10.183)	12.880	(10.181)	12.894
Obrigações trabalhistas	17	5.855	22	9.287
Outras contas a pagar	15.007	1.946	14.838	2.372
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**52.240**	**14.448**	**52.706**	**13.495**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	-	(273)	-	-
Recebimento de dividendos	288	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(24.297)	(3.697)	(24.297)	(3.697)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(24.009)**	**(3.970)**	**(24.297)**	**(3.697)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos - Captação	1.004.525	507.187	1.004.525	507.187
Empréstimos e financiamentos - Amortização	(980.110)	(512.660)	(980.110)	(512.660)
Obrigações de Arrendamento Mercantil	(1.539)	(2.853)	(1.539)	(2.174)
Debêntures a pagar	(1.811)	(438)	(1.811)	(438)
Dividendos a pagar	(7.000)	-	(7.000)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	**14.065**	**(8.764)**	**14.065**	**(8.085)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**42.295**	**1.713**	**42.474**	**1.713**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.080	367	2.081	369
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.375	2.080	44.555	2.081
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**42.295**	**1.713**	**42.474**	**1.712**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional A Baldan Implementos Agrícolas S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Matão, Estado de São Paulo, e tem como atividade principal a industrialização e a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, nos mercados interno e externo. **2. Relação de entidades controladas**

	Participação Acionária % 2021	Participação Acionária % 2020
Baldan Agroindustria Eirelli	373	373

Em 2019 a Baldan constituiu uma unidade operacional independente voltada para montagem de mancais, localizada na cidade de Taquaritinga/SP. O investimento inicial aportado foi de R$ 100 com uma capacidade operacional de montagem de 750 mancais dia. Em 2.020 houve um aumento de capital do valor de R$ 273. **3. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às do CPC)** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 12 -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa n.º 18** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota explicativa nº 25 -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • **Nota explicativa nº 26 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e sua controlada reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 16** - Propriedades para investimento; e • **Nota explicativa nº 32** - Instrumentos financeiros. **6. Mudanças nas principais políticas contábeis** Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. **7. Base de mensuração** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; • As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. **8. Principais políticas contábeis** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação** (i) **Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtive o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) **Transações eliminadas na consolidação** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Moeda estrangeira (i) Transações em moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **d. Reconhecimento de contrato com cliente** A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47, quando todas as obrigações de desempenho foram atendidas, portanto, quando a obrigação de performance é cumprida, ou ainda quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. **Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestações de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e sua controlada), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas estimadas para critérios de liquidação duvidosa. A política da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está descrita na nota explicativa n: 8(n) - Redução ao valor recuperável (Impairment). **Benefícios a empregados Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras; • Descontos concedidos e obtidos; • Variações cambiais ativas e passivas; • Tarifas bancárias; • Encargos sobre empréstimos e financiamentos; e • Encargos e atualizações sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. "Taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **f. Imposto de Renda e Contribuição Social** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Para a controlada Baldan Agroindústria Eireli os tributos são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **g. Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **h. Propriedades para investimento** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e ou valorização do capital. As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transação, e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido da venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado foi determinado com base em seu valor justo na data de transição da Companhia para os CPCs. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. **Depreciação** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Tipo	Vida útil
Edifícios	25 a 60 anos
Máquinas e acessórios	12 a 38 anos
Veículos	10 anos
Tratores e veículos industriais	10 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas e utensílios	10 anos
Ferramentas e matrizes	10 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Reclassificação para propriedade para investimento** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido. **i. Ativos intangíveis e ágio (i) Reconhecimento e Mensuração *Ágio*** O ágio resultante na aquisição de empresa incorporada, mensurado pelo valor justo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável e incluído no ativo intangível nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Outros ativos intangíveis** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. **j. Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial** Todos os ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme descrito em Nota Explicativa nº 8 (d). **(ii) Classificação e mensuração subsequente** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda o requisito para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio** A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores aos motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas • Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado; • **Ativos financeiros a custo amortizado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado; • **Instrumentos de dívida a VJORA:** esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado; • **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(i) Desreconhecimento Ativos financeiros** A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(ii) Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Capital social Ações ordinárias** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **l. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) (i)Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais** A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • Ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação** Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não as propriedades para investimento, os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **m. Provisões** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **n. Mensuração do valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e sua controlada tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e sua controlada. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e sua controlada mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e sua controlada mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e sua controlada determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** A Companhia avaliou todas as revisões de pronunciamentos contábeis emitidos em 2021, e as alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis. Não há outras normas ou interpretações que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **10. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	2.100	2.080	2.280	2.081
Aplicações financeiras - CDB	42.275	-	42.275	-
	44.375	**2.080**	**44.555**	**2.081**

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário indexadas em média a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 32. **11. Aplicações financeiras**

	Controladora 2021	Controladora 2020
Títulos de capitalização	1.836	1.836
Aplicações CDB – Compromissadas	5.987	-
Quotas de fundos de investimento	69	240
Quotas de capital de cooperativas de crédito	731	1.024
	8.623	**3.100**
Não circulante	(731)	(30)
Circulante	7.892	3.070

Aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas a linhas de Adiantamentos de Contratos de Câmbio e Pré Pagamentos de Exportação e contratos de empréstimos, liquidáveis em curto e longo prazo, indexados da seguinte forma: (i) títulos de capitalização - correção anual pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor); (ii) aplicações em CDB e quotas de fundos de investimentos - cesta de correção indexada pela CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e (iii) quotas de capital de cooperativa de crédito - sem indexação. Não houve alteração nos indexadores nos anos de 2021 e 2020. As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 32. **12. Contas a receber de clientes**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Clientes nacionais	91.000	58.668	90.887	58.643
Clientes no exterior	19.587	4.013	19.587	4.013
Provisão para perdas de crédito	(1.167)	(1.427)	(1.167)	(1.427)
	109.420	**61.254**	**109.307**	**61.229**

A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos e fundos para antecipar seu fluxo de caixa. Estas contas a receber de clientes não foram desreconhecidas do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja nota explicativa 19). Segue movimentação da provisão de perdas:

	Controladora 2021	Controladora 2020
Saldo inicial	**(1.427)**	**(1.680)**
Adições	(415)	(30)
Reversões	675	283
Saldo final	**(1.167)**	**(1.427)**

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa nº 32. **13. Estoques**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2021
Produtos acabados	60.385	28.275	60.380	28.506
Matérias primas e outros	126.690	49.458	126.690	49.457
Produtos em elaboração	1.489	3.974	1.489	3.974
	188.564	**81.707**	**188.559**	**81.937**

A variação ocorrida nos saldos dos estoques quando comparados com o ano de 2020 pode ser explicado pelos seguintes eventos: (i) maior atividade industrial (produção) ocorrida em 2021; (ii) aumentos significativos nos custos de matéria prima e componentes; (iii) oportunidade de mercado na compra do aço, que garantiu um prazo de atendimento diferenciado em relação aos nossos concorrentes. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. A Companhia realiza as baixas para perdas diretamente no resultado com base em laudos fornecidos pela área de controle de qualidade, sem necessidade de efetuar provisão, sendo que no ano de 2021 as baixas decorrentes de perdas por obsolescência e quebras de produção foram da ordem de R$ 14.467 (R$ 4.544 em 2020). **14. Impostos e contribuições a recuperar**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2019
IPI	8.191	10.053	8.191	10.053
ICMS **(a)**	42.879	26.508	42.879	26.508
PIS e COFINS	13.167	10.214	13.167	10.214
Impostos renda e contribuição social	1.325	2.161	1.325	2.161
INSS	4.561	7.418	4.561	7.418
Outros impostos a recuperar	445	361	445	361
	70.568	**56.715**	**70.568**	**56.716**
Provisão para perdas **(b)**	(9.811)	(9.811)	(9.811)	(9.811)
Total ativo circulante	**60.767**	**46.904**	**60.757**	**46.904**

(a) ICMS: em 2021 foram liberados créditos acumulados pela Secretaria da Fazenda de São Paulo no montante de R$ 5.034 que foram utilizados em compra de matéria prima, principalmente chapa de aço, de fornecedores localizados no Estado de São Paulo e R$ 17.903 foram protocolados os pedidos de liberação e encontram- continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

Continuação... -se em fase de fiscalização; **b) Provisão para perdas:** parte dos saldos de impostos e contribuições a recuperar incluem créditos cuja realização depende de parecer favorável em processos e/ou requerimentos administrativos e judiciais. A administração, considerando o estágio atual desses processos e requerimentos, manteve a provisão para perdas no montante de R$ 9.811, que inclui substancialmente provisão para perdas relacionadas à recuperação de créditos previdenciários junto ao INSS, no montante de R$ 4.561. **15. Investimentos em controlada**

Movimentação	2021	2020
(a) Participação no capital		
% Participação	100,00%	100,00%
(b) Informação das Controladas		
Ativos	981	1.202
Passivos	572	718
Capital social	373	373
Patrimônio líquido	409	485
Lucro líquido do exercício	213	5
(c) Saldo do investimento		
Saldo do investimento no início do exercício	483	201
Equivalência patrimonial	213	5
Lucro não realizado do exercício	(5)	(1)
Lucro realizado do exercício anterior	1	5
Integralização de Capital	-	273
Distribuição de Dividendos	(288)	-
Saldos dos investimentos em coligada e controladas em	**404**	**483**

Em 2019 a Baldan constituiu uma unidade operacional independente voltada para montagem de mancais, localizada na cidade de Taquaritinga-SP. O investimento inicial aportado foi de R$ 100 com uma capacidade operacional de montagem de 750 mancais dia. Em 2020 houve um aumento de capital do valor de: R$ 273 totalizando R$ 373, e manteve sua capacidade produtiva. **16. Propriedades para investimento a. Conciliação do valor contábil** As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	Controladora 2021	2020
Terrenos	7.495	7.495
Edifícios	2.059	2.059
Valor justo das propriedades para investimento	18.706	17.596
	28.260	**27.150**

A administração da Companhia optou, em 2014, pela tratativa de terrenos e edifícios que não são destinados ao seu uso operacional como propriedades para investimento e apresentá-los em conformidade com as determinações do CPC 28 - Propriedade para investimento. **b. Mensuração do valor justo** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram revisados o valor justo atribuído a todas as propriedades para investimento da Companhia por avaliadores imobiliários externos independentes com qualificação profissional adequada e reconhecida e as mudanças foram contabilizadas na demonstração de resultado. Segue movimentação da mensuração do valor justo:

	Controladora 2021	2020
Saldo inicial	17.596	15.616
Ajustes	1.110	1.980
Saldo final	**18.706**	**17.596**

17. Imobilizado a. Conciliação do valor contábil

	Controladora 2021 Custo	Depreciação Acumulada	Total	2020 Total
Terrenos	37.441	-	37.441	37.441
Edifícios	47.981	(13.184)	34.797	32.245
Máquinas e acessórios	93.177	(57.231)	35.946	25.419
Veículos	5.383	(2.560)	2.823	1.902
Tratores e veículos industriais	759	(601)	158	177
Móveis e utensílios	3.676	(2.771)	905	811
Equipamentos de informática	10.086	(7.597)	2.489	814
Instalações	611	(601)	10	22
Ferramentas e utensílios	3.754	(3.726)	28	48
Ferramentas e matrizes	6.604	(5.602)	1.002	1.278
Outros	6.716	-	6.716	5.971
Dir. Uso - Veículos	8.535	(4.016)	4.519	5.926
	224.723	**(97.889)**	**126.834**	**112.054**

Movimentação dos saldos no exercício

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Tratores e veículos industriais	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Ferramentas e utensílios	Ferramentas e matrizes	Outros	Direito de Uso (CPC 06(R2)	Total
Saldos em 31/12/2020													
Custo	37.441	44.554	79.937	4.254	759	3.333	7.856	612	3.754	6.517	5.971	8.535	203.524
Depreciação acumulada	-	(12.309)	(54.518)	(2.352)	(582)	(2.522)	(7.042)	(590)	(3.706)	(5.239)	-	(2.609)	(91.470)
Saldo contábil, líquido	37.441	32.245	25.419	1.902	177	811	814	22	48	1.278	5.971	5.926	112.054
Saldos em 31/12/2021													
Aquisições	-	613	11.903	1.129	-	278	2.256	-	-	136	7.849	-	24.164
Alienações e baixas	-	-	(210)	-	-	(5)	(94)	(1)	-	(49)	(2.605)	-	(2.964)
Baixa de depreciação	-	-	60	-	-	5	94	-	-	33	-	-	192
Transferências	-	2.814	1.547	-	-	70	68	-	-	-	(4.499)	-	-
Depreciação	-	(875)	(2.773)	(208)	(19)	(254)	(649)	(11)	(20)	(396)	-	(1.407)	(6.612)
Saldo contábil, líquido	37.441	34.797	35.946	2.823	158	905	2.489	10	28	1.002	6.716	4.519	126.834
Saldos em 31/12/2021													
Custo	37.441	47.981	93.177	5.383	759	3.676	10.086	611	3.754	6.604	6.716	8.535	224.723
Depreciação acumulada	-	(13.184)	(57.231)	(2.560)	(601)	(2.771)	(7.597)	(601)	(3.726)	(5.602)	-	(4.016)	(97.889)
Saldo contábil, líquido	**37.441**	**34.797**	**35.946**	**2.823**	**158**	**905**	**2.489**	**10**	**28**	**1.002**	**6.716**	**4.519**	**126.834**

p. Valor recuperável do ativo imobilizado O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo. **q. Direito de uso (ativos classificados como arrendamento financeiro de acordo com o CPC 06(R1))** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve os contratos de arrendamento financeiro sobre aquisição de máquinas e equipamentos e equipamentos de informática (veja Nota Explicativa nº 20). Os ativos arrendados são dados em garantia ao passivo de arrendamento. **r. Garantia** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía propriedades cedidas como garantia em operações de capital de giro. O montante das operações era de R$ 7.154. **18. Intangível**

	Controladora 2021	2020
Ágio em Incorporação	67.338	67.338
Marcas e patentes	34	34
Software	688	962
	68.060	**68.335**

a. **Ágio em incorporação** Corresponde ao ágio na aquisição de empresa incorporada. Para avaliação dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios, mensurados pelo valor justo, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa descontado, adotando-se a taxa de 9,56% a.a. O saldo apresentado está fundamentado em estudo técnico de empresa especializada independente. O ágio foi submetido a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável (impairment) no exercício de 2021. O teste de não recuperação para o ágio compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Gerado de Caixa (UGC), a qual totalizaram R$1.164.739 em 2021 (R$ 1.292.145 em 2020). O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Taxa (a.a.)
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	11,03% **(1)**
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	5,31%
Perpetuidade	0,1%

Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio). As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectiva de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da administração quanto as condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por recuperação do ágio registrado. **19. Empréstimos e financiamentos**

		Vencimento	Controladora 2021	2020
Passivo circulante				
Instituições financeiras - Capital de giro (a)	Juros de 1,35% a.m.	2022	31.949	12.748
Instituições financeiras - ACC	Juros de 0,71% a.m.	2022	25.525	5.561
Instituições financeiras - Leasing	Juros de 1,11% a.m.	2022	2.938	235
Instituições não financeiras - Capital de giro	Juros de 1,12% a.m.	2022	24.218	63.563
			84.630	82.107
Passivo não circulante				
Instituições financeiras - Capital de giro	Juros de 1,35% a.m.	2027	69.983	28.113
Instituições financeiras - Leasing	Juros de 1,11% a.m.	2024	4.217	78
Instituições não financeiras - Capital de giro (a)	Juros de 1,12% a.m.	2024	10.670	22.119
Empréstimos acionistas (nota explicativa nº 25)	Juros variáveis (INPC)	2023	2.259	4.732
			87.129	**55.041**
			171.759	**137.148**

(a) Operações de capital de giro referem-se a empréstimos e financiamentos garantidos por duplicatas a receber, imóveis da Companhia e avais da Administração. Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e não financeiras são contratados a taxas de mercado de acordo com cada tipo de operação. A Companhia detém um empréstimo bancário no montante de R$ 55.564 em 2021, que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, o contrato contém cláusulas restritivas (covenants) que estabelece: (i) que não sofra perda de parte do patrimônio em montante superior a 15% dos ativos totais das demonstrações financeiras referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) que ao final de cada trimestre, a dívida liquida (definida no contrato como o somatório dos empréstimos e financiamentos contraídos juntos a pessoas físicas e jurídicas, inclusive títulos de dívida, debêntures ou instrumentos similares, menos o somatório do saldo de caixa, aplicações financeiras e outras aplicações em contas correntes) não pode exceder a 2,5 vezes o resultado EBITDA da Companhia; (iii) que o resultado EBITDA deve ser superior a 2,5 vezes as despesas financeiras líquidas (definida no contrato como o somatório de despesas com juros pagos no período, deduzido o somatório de receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos bem como de outras receitas financeiras), caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia cumpriu com todos os requisitos das cláusulas restritivas. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa n.º 32. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**137.148**
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos	
Pagamento de empréstimos	(980.110)
Captação de empréstimos	1.004.523
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	**24.414**
Provisão de juros	21.851
Pagamento de juros	(11.654)
Total de outras variações	**10.197**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**171.759**

20. Obrigações de arrendamento mercantil A Companhia arrenda veículos destinado a frota comercial e empilhadeiras de uso na logística de suas operações, que estavam classificados como arrendamento operacional de acordo com o CPC 06(R1). A Companhia arrenda equipamentos de TI (impressoras e periféricos) com prazos de contratos de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor, dos quais a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos com obrigações de arrendamento para esses itens. As informações sobre os arrendamentos para os quais a Companhia é arrendatária são apresentadas a seguir:

Ativo Imobilizado	Controladora 2021	2020
Direito de Uso - Empilhadeiras	7.860	7.860
Direito de Uso - Veículos	675	675
	8.535	8.536
Despesas de depreciação	(4.016)	(2.609)
Total do direito de uso	**4.519**	**5.926**
Passivo circulante		
Obrigações com arrendamentos a pagar	2.381	2.288
(-) Encargos a apropriar	(1.333)	(1.209)
	1.048	1.079
Passivo não circulante		
Obrigações com arrendamentos a pagar	6.946	9.787
(-) Encargos a apropriar	(4.967)	(6.300)
	1.979	3.487
Total das obrigações de arrendamento mercantil	**3.027**	**4.556**

Efeitos nas demonstrações do resultado e nos fluxos de caixa

Valores reconhecidos no resultado	Controladora 2021	2020
Despesas com depreciação no exercício	(1.407)	(1.484)
Juros sobre arrendamento	(1.209)	(849)
	(2.616)	(2.333)
Valores reconhecidos as demonstrações do fluxo de caixa		
Saída de caixa total para arrendamentos mercantil	(1.539)	(2.174)

21. Adiantamentos de clientes Referem-se às antecipações recebidas de clientes no montante de R$ 26.852 (R$ 25.574 em 2020), que está composto substancialmente por valores recebidos de antecipações de comercial exportadora pela aquisição de máquinas e implementos agrícolas que totalizam R$ 24.968 (R$ 12.439 em 2020), equivalentes a US$ 4.474 (US$ 2.394 em 2020), com compromisso de fornecimento dentro do período de 360 dias. **22. Obrigações sociais e fiscais**

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Circulante				
INSS	1.970	40.949	1.978	40.963
FGTS	1.089	15.623	1.099	15.630
IRRF	3.111	1.984	3.115	1.985
IRPJ-CSLL	2.343	1.780	2.363	1.793
Parcelamentos - Termo Transação Individual	27.047	-	27.047	-
Parcelamentos sob amparo da Lei 11.941/09	-	65.691	-	65.691
Parcelamentos sob amparo da Lei 12.865/13	-	312	-	312
Parcelamentos sob amparo da Lei 12.996/14	-	28.430	-	28.430
Parcelamentos sob amparo da Lei 13.496/17	944	1.085	944	1.085
Parcelamento FGTS	1.964		1.964	
Parcelamentos Ordinários INSS	407	4.027	407	4.027
Outras obrigações sociais e fiscais	5.879	6.944	5.879	6.949
	44.754	**166.825**	**44.796**	**166.865**
Não Circulante				
Parcelamentos - Termo Transação Individual	174.204	-	174.204	-
Parcelamentos sob amparo da Lei 11.941/09	-	6.229	-	6.229
Parcelamentos sob amparo da Lei 13.496/17	4.852	6.146	4.852	6.146
Parcelamento FGTS	16.024	-	16.024	-
Parcelamentos Ordinários INSS	1.559	11.105	1.559	11.105
Outras obrigações sociais e fiscais	8.032	11.337	8.032	11.338
	204.671	**34.817**	**204.671**	**34.817**
	249.425	**201.642**	**249.467**	**201.682**

• Em junho de 2021 a Companhia renegociou todos seus débitos tributários junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional através de parcelamento na modalidade de Transação Individual nos termos da Lei 13.988 de 14 de abril de 2020 e na Portaria PGFN n. 9.917 de 14 de abril de 2020. Os débitos foram renegociados para pagamento em até 84 parcelas de forma desigual, prevendo uma progressão com parcelas menores nos primeiros 12 meses e com descontos variáveis entre 35% e 45% do total da dívida e sem concessão de garantias. O passivo tributário foi parcelado da seguinte forma:

	Valor
Valor Total da Dívida renegociada	317.784
Desconto Concedido	117.216
Valor Total da Dívida Consolidada	200.568
Conciliação Contábil	
Passivo reconhecido antes da Consolidação	147.844
Atualização monetária	111.974
Estorno do pagamento com créditos de IRPJ/CSLL	57.966
Vlr. Atualizado	317.784
(-) Desconto Concedido	(117.216)
Total do Passivo após Consolidação	200.568
Efeitos na demonstração do resultado	
Atualização monetária	111.974
(-) Descontos concedidos	(117.216)
Efeito líquido	**(5.242)**

Em função dos rompimentos dos parcelamentos Refis da Lei 11.941/2009 os benefícios concedidos naqueles parcelamentos, como redução de multa e juros e pagamento com créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal, foram revertidos, sendo que os estornos de multa e juros foram reconhecidos no resultado do exercício e os créditos fiscais contabilizados no ativo não circulante na conta de impostos diferidos. • Em 2021 a Companhia parcelou os débitos com o FGTS junto à Caixa Econômica Federal, para pagamento em 85 parcelas mensais até maio de 2028; • **Outras obrigações sociais e fiscais -** inclui débitos previdenciários (FAP) que estão sendo discutidos judicialmente no total de R$ 8.032 (R$ 5.997 em 2020). Esses débitos se encontram lastreados com depósitos judiciais no mesmo montante registrados no ativo não circulante. **23. Obrigações trabalhistas**

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Salários a pagar	1.351	3.377	1.386	3.430
Acordos judiciais a pagar	457	45	458	45
Provisão para férias e encargos sociais	12.809	11.417	12.893	11.479
Participação nos resultados a pagar	3.207	2.968	3.207	2.968
	17.824	**17.807**	**17.944**	**17.922**

No ano de 2019 a Companhia negociou com seus colaboradores um novo modelo de plano de participação nos resultados, elencando metas financeiras e desempenho produtivo, que foi mantido em 2021. As bases para pagamento dessa participação foram estabelecidas pelo sindicato dos empregados da categoria que firmou um novo período de apuração dos indicadores elegíveis de acordo com o ano fiscal, ficando uma apuração preliminar semestral com adiantamento no mês de agosto e finalização em dezembro com pagamento final em fevereiro do ano seguinte. Em 2021 a Companhia pagou aos seus colaboradores a título de antecipação de participação nos resultados, o montante de R$3.500 e em fevereiro de 2022 liquidou o saldo restante de R$ 2.400 de acordo com o fechamento de apuração do resultado de 2021. **24. Debêntures a pagar** Referem-se aos títulos emitidos em 26 de julho de 2007, conforme aprovação da AGE realizada em 26 de abril de 2007. O vencimento desses títulos é de até 15 anos após a sua emissão, parte com incidência de encargos equivalentes à variação da TR e parte com incidência de encargos equivalentes à variação da TR acrescidos de juros de 2% a.a. Em garantia dessas obrigações, foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia. Em novembro de 2021 a Companhia efetuou o último pagamento conforme previa o plano original, sendo que o saldo que ainda se encontra registrado refere-se a valores de credores que não se habilitaram para o recebimento.

		Controladora 2021	2020
	Juros variáveis (TR)		
Debentures a pagar	+2% a.a.	3.399	5.287
		3.399	**5.287**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades das debêntures:

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**5.287**
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos	
Pagamento	(1.811)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	**(1.811)**
Reversão de juros	(56)
Pagamento de juros	(21)
Total de outras variações	**(77)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.399**

25. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos A Companhia reconheceu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos, conforme evidenciado a seguir:

	Ativo 2021	Ativo 2020	Passivo 2021	Passivo 2020	Controladora Resultado 2021	Resultado 2020
Ativo fiscal diferido						
Prejuízo fiscal a compensar	93.796	48.759	-	-	(12.929)	1.418
Parcela da receita não transferida aos clientes	515	45	-	-	470	(301)
Diferença temporária sobre direitos de uso CPC 06(R2)	432	385	-	-	46	100
Provisão sobre participação no resultado	-	587	-	-	(587)	(656)
Provisão para contingência	1.542	2.178	-	-	(636)	1.427
Provisão para PECLD	412	389	-	-	23	(63)
Provisão de custos e despesas a incorrer	2.603	1.607	-	-	996	44
Passivo fiscal diferido			-	-		
Saldo remanescente das reservas de reavaliação	-	-	(6.639)	(6.798)	159	255
Custo atribuído do imobilizado	-	-	(13.946)	(14.065)	119	251
Mais valia sobre propriedades para investimento	-	-	(8.767)	(8.390)	(377)	(673)
Aproveitamento fiscal ágio	-	-	(22.895)	(22.895)	-	-
	99.300	**53.951**	**(52.247)**	**(52.147)**	**(12.716)**	**1.803**
(*) Compensação	(52.247)	(52.147)	52.247	52.147	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**47.053**	**1.803**	-	-	-	-

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Corresponde às provisões para imposto de renda e contribuição social calculadas conforme descrito na Nota Explicativa 7 (e), cujo efeito tributário ocorrerá em períodos posteriores, pela realização na forma de alienação, baixa ou depreciação. Em referência ao reconhecimento de ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal a compensar, a Administração revisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para serem utilizados com tais prejuízos a compensar. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. A conciliação entre o lucro apresentado na demonstração do resultado e o lucro triburável é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro antes o imposto de renda e da contribuição social	**244.042**	**34.995**
Prejuízo fiscal não diferido	-	(6.517)
Resultado de equivalência patrimonial	(209)	(10)
Subvenção para investimento – Lei Complementar 160/2017	(55.464)	(28.165)
Incentivo Fiscal – Lei do Bem	(3.064)	-
Desconto Obtido - Parcelamento Tributário	(117.215)	-
Outras adições e exclusões, líquidas	57.875	(371)
Lucro tributável	**125.965**	**(68)**
Alíquota fiscal combinada	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, líquidos	**(42.828)**	**23**

A provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar considera o aproveitamento de créditos diferidos, em contrapartida ao saldo de impostos e contribuições a recuperar, nos seguintes montantes:

	2021	2020
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesa do ano corrente	(30.112)	(1.780)
	(30.112)	(1.780)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido		
Reconhecimento do prejuízo fiscal	(12.929)	1.418
Realização das reservas de reavaliação e custo atribuído	278	506
Parcela da receita não transferida aos clientes	470	(301)
Arrendamentos CPC 06(R2)	46	100
Provisões	(204)	753
Aumento do valor justo propriedade para investimento	(377)	(673)
	(12.716)	1.803
Total do imposto de renda e contribuição social	**(42.828)**	**23**

26. Provisão para demandas judiciais

	Controladora 2021	2020
Saldo inicial	6.406	2.209
Adições	1.247	4.993
Reversões	(3.557)	(796)
Saldo final	**4.096**	**6.406**

Conforme mencionado na nota explicativa 8 (o), a provisão é constituída para todas as contingências cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável e cuja estimativa do recurso envolvido na sua liquidação possa ser feita com confiança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante das contingências cuja probabilidade de perda foi julgada como possível é de R$ 10.107 (R$ 19.145 em 2020) e envolve processos judiciais e administrativos em andamento e autos de infração de natureza tributária em fase de recurso administrativo. Embora a expectativa de saída de recursos seja classificada como "possível", a administração não espera que o resultado das ações tenha efeito material na posição financeira da Companhia. Para essas demandas judiciais, em atendimento ao previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, os valores não foram provisionados. **27. Partes relacionadas Operação com pessoal chave da Administração Remuneração do pessoal chave da Administração** Os valores pagos no exercício a título de remuneração foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionista em 25 de maio de 2020. **Outras transações com partes relacionadas** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas coligadas:

	Controladora 2021	2020
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes		
Baldan Agroindustria Eireli	113	25
Outros créditos e outros ativos		
Transbia Transportes Baldan S.A.	92	-
	205	**25**
Ativo não circulante		
Outros créditos e outros ativos		
Transbia Transportes Baldan S.A.	119	-
Empréstimos para acionistas	231	227
	350	**227**
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Baldan Agroindustria Eireli	670	364
Transbia Transportes Baldan S.A.	6	-
	676	**364**
Passivo não circulante		
Empréstimos para acionistas	2.213	3.258
Mútuo Baldan Agropecuária	46	94
	2.259	**3.352**
Transações que influenciaram o resultado		
Receita de Venda - Baldan Agroindustria Eireli	107	29
Receitas Financeiras	-	-
Despesas Financeira	319	342
	426	**372**

Referem-se a operações de mútuo, sem prazo de vencimento determinado e sem garantia, com incidência de encargos financeiros indexados pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor). **28. Patrimônio líquido Capital social** O capital social da Companhia é representado por 1.310.121.591 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal (mesma quantidade em 2019). **Destinações do resultado** De acordo com o Estatuto Social, dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados; o saldo remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social (c) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório; e (d) o saldo ficará à disposição da Assembleia. **Reserva Legal** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de reavaliação** Saldos existentes nas reservas de reavaliação em itens do ativo imobilizado constituídas antes da vigência da Lei 11.638/2007 e que a Companhia optou em manter até a sua efetiva realização, nas mesmas bases que vinham sendo efetuadas antes da vigência desta lei. **Reserva de subvenção** A partir de 2020 a Companhia passou a registrar os incentivos fiscais concedidos pelo Estado, referente ao ICMS por conta de redução de base de cálculo ou diferenças de alíquotas, diretamente no resultado, conforme determina a Lei Complementar nº 160 de 2017 e art. 30 da Lei 12.973 de 2014, sendo posteriormente, quando no encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como Reserva de Subvenção. **Ajustes de avaliação patrimonial** Incluem a aplicação do custo atribuído apurado sobre o saldo do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 e ajuste ao valor justo para itens do imobilizado imediatamente antes de sua reclassificação para propriedades para investimento. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação/depreciação dos ativos a que eles se referem. **Reserva de Lucros** É destinada à aplicação em investimentos, conforme proposta do orçamento previamente aprovado na assembleia geral. **29. Receita operacional líquida**

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Vendas no mercado interno	958.982	459.865	962.592	461.853
Vendas no mercado externo	191.537	84.934	191.537	84.934
Receita operacional bruta	**1.150.519**	**544.799**	**1.154.129**	**546.787**
Impostos sobre vendas	(127.462)	(58.985)	(127.668)	(59.107)
Devoluções e abatimentos	(6.546)	(4.996)	(6.546)	(4.996)
Receita operacional líquida	**1.016.511**	**480.818**	**1.019.915**	**482.684**

O ano de 2021 foi um ano atípico no setor de máquinas e implementos agrícolas, o setor registrou um crescimento médio superior a 40% e a Baldan apresentou um crescimento de 111% em valores de faturamento impactado pelo emplacamento da política de preço com os repasses de custos e captação em aumento no mercado por conta de fornecer melhores condições de prazo de entrega dos implementos em relação aos seus concorrentes. **30. Gastos por natureza**

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Custo das vendas	(654.259)	(357.014)	(657.297)	(358.821)
Comissões, corretagens e rebates	(6.096)	(5.968)	(6.096)	(5.968)
Despesas com pessoal	(43.595)	(27.212)	(43.595)	(27.212)
Fretes e carretos	(8.250)	(3.970)	(8.250)	(3.970)
Serviços de terceiros	(27.224)	(8.555)	(27.224)	(8.555)
Viagens e estadias	(3.403)	(3.171)	(3.403)	(3.171)
Depreciação e amortização	(1.893)	(1.712)	(1.893)	(1.712)
Palestras e treinamentos	(57)	(91)	(57)	(91)
Aluguéis de imóveis	(1.593)	(1.115)	(1.593)	(1.115)
Feiras e Exposições	(268)	(455)	(268)	(455)
Manutenção e conservação	(726)	(426)	(726)	(426)
Mudança no Valor Justo	1.110	1.980	1.110	1.980
Outras despesas/receitas, liquidas	6.897	(5.396)	6.897	(5.396)
	(739.357)	**(413.105)**	**(742.395)**	**(414.912)**
Classificado como:				
Custo dos produtos vendidos	(654.259)	(357.014)	(657.297)	(358.821)
Despesas comerciais	(44.610)	(32.361)	(44.610)	(32.361)
Despesas administrativas	(56.372)	(25.895)	(56.372)	(25.895)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	15.884	2.165	15.884	2.165
	(739.357)	**(413.105)**	**(742.395)**	**(414.912)**

31. Resultado financeiro

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa	6.430	7.127	6.430	7.127
Juros ativos	155	781	155	781
Outras receitas	244	140	244	140
	6.829	**8.048**	**6.829**	**8.048**
Despesas Financeiras				
Encargos por descontos de títulos	(9.630)	(12.791)	(9.630)	(12.791)
Enc. s/ outros passivos, princip. tributos	(9.781)	(8.332)	(9.781)	(8.333)
Encargos sobre financiamentos	(15.666)	(10.147)	(15.666)	(10.147)
Variação cambial passiva	(7.507)	(7.739)	(7.507)	(7.739)
Descontos concedidos	(168)	(79)	(168)	(79)
Outras despesas	(2.639)	(1.688)	(2.708)	(1.690)
	(45.391)	(40.776)	(45.460)	(40.779)
Resultado financeiro líquido	(38.562)	(32.728)	(38.631)	(32.731)

32. Instrumentos financeiros Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora

31 de dezembro 2021	Valor contábil: Ativos financeiros a VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos financeiros a custos amortizado	Total	Valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	50.898	-	-	-	50.898	-	50.898	-	50.898
Custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa	-	44.375	-	-	44.375	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	109.420	-	-	109.420	-	-	-	-
Total	-	**153.795**	-	-	**153.795**	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Empréstimos e financiamentos	-	-	171.759	-	171.759	-	-	-	-
Debêntures a pagar	-	-	3.399	-	3.399	-	-	-	-
	-	-	**175.158**	-	**175.158**	-	-	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado									
Fornecedores	-	-	-	25.319	25.319	-	-	-	-
Obrigações com arrendamentos	-	-	-	3.027	3.027	-	-	-	-
		-	-	**28.346**	**28.346**	-	-	-	-

Controladora

31 de dezembro 2021	Valor contábil: Ativos financeiros a VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos financeiros a custos amortizado	Total	Valor justo: Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	3.070	-	-	-	3.070	-	3.070	-	3.070
Custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.080	-	-	2.080	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	61.254	-	-	61.254	-	-	-	-
Propriedade para investimento									
Total	-	**63.334**	-	-	**63.334**	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Empréstimos e financiamentos	-	-	137.148	-	137.148	-	-	-	-
Debêntures a pagar	-	-	5.287		5.287	-	-	-	-
	-	-	**5.287**	-	**5.287**	-	-	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado									
Fornecedores				32.772	32.772				
Obrigações com arrendamentos	-		-	4.566	4.566	-	-	-	-
				37.338	**37.338**				

a. **Mensuração do valor justo** O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. b. **Gerenciamento de risco financeiro** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **(i) Estrutura do gerenciamento de risco** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **Contas a receber e outros recebíveis** As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pelo Conselho de Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo de um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor. Todos os clientes **são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de** crédito é suspenso até regularização. **Perdas por redução no valor recuperável** A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2021	2020
A vencer	**109.941**	**60.990**
Vencidos:		
até 30 dias	562	651
de 31 a 60 dias	390	136
de 61 a 90 dias	-	34
de 91 a 120 dias	-	113
de 120 a 150 dias	-	50
de 150 a 180 dias	-	45
há mais de 180 dias	154	662
	1.106	**1.690**
	111.047	**62.682**

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor. A Companhia passou a adotar o critério de provisionar suas perdas esperadas de acordo com o CPC 48. Foi analisado o percentual médio de inadimplência do último ano para se encontrar as taxas médias de recebimento de acordo com a idade de vencimento e utilizado a média dessas taxas para efetuar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas. **Caixa e equivalentes de caixa** A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha **Exposição ao risco de crédito** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	44.375	2.080	44.555	2.080
Aplicações financeiras	8.623	3.100	8.623	3.100
Contas a receber de clientes	109.420	61.254	109.307	61.229
Outros créditos e outros ativos	2.465	6.554	2.830	7.134
Adiantamento a fornecedores	5.386	8.651	5.414	8.677
	170.269	**81.640**	**170.729**	**82.221**
Circulante	(168.390)	(81.383)	(168.850)	(81.965)
Não circulante	1.879	257	1.879	256

Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **Exposição ao risco de liquidez** Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

2021	Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Controladora						
Fornecedores e outras contas a pagar	45.999	45.999	45.999	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	26.852	26.852	26.852	-	-	-
Obrigações com arrendamento	3.027	3.027	1.048	1.979	-	
Debêntures a Pagar	3.399	3.398	-	3.399	-	-
Empréstimos e financiamentos	171.759	171.759	84.630	40.219	46.910	-
	251.036	**251.036**	**158.529**	**45.597**	**46.910**	-
Circulante	158.529	158.529	158.529	-	-	-
Não circulante	92.507	92.507	-	45.597	46.910	-

2020	Valor contábil	Fluxo Contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	41.372	41.372	41.372	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	25.574	25.574	25.574	-	-	-
Obrigações com arrendamento	4.566	4.566	1.079	2.343	1.145	
Debêntures a Pagar	5.287	5.287		5.287		-
Empréstimos e financiamentos	137.148	137.148	82.107	55.041	-	-
	213.947	**213.947**	**150.132**	**62.671**	**1.145**	-
Circulante	150.132	150.132	150.132	-	-	-
Não circulante	63.815	63.815	-	62.671	1.145	-

Risco de mercado Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de preço** A Companhia está exposta a riscos de preço em sua principal matéria-prima, o aço. Tais riscos são monitorados pela administração que realiza o acompanhamento periódico dos preços praticados em mercado e busca a aquisição das mesmas com as melhores condições, visando se beneficiar das oscilações de preço. **Riscos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **Risco cambial** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia não contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

Controladora	Nota	2021 R$	2021 US$ (mil)	2020 R$	2020 US$ (mil)
Ativo					
Contas a receber	12	19.587	3.510	4.013	772
Total		**19.587**	**3.510**	**4.013**	**772**
Passivo					
Empréstimos	19	29.338	5.257	10.582	2.036
Fornecedores		-	-	59	11
Adiantamento Clientes	21	24.968	4.474	4.201	808
Total		**54.306**	**9.731**	**14.842**	**2.856**

Análise de sensibilidade de câmbio A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravo do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2021, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Controladora	Exposição em 2020 R$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2021 US$ (mil)	Redução em -50%	-25%	Elevação em 50%	25%
Ativo								
Contas a receber	19.587	Câmbio	5,5805	3.510	(9.794)	(4.897)	9.794	4.897
Total	**19.587**			**3.510**	**(9.794)**	**(4.897)**	**9.794**	**4.897**
Passivos								
Empréstimos	29.338	Câmbio	5,5805	5.257	14.669	7.335	(14.669)	(7.335)
Adiantamentos Clientes	24.968		5,5805	4.474	12.484	6.242	(12.484)	(6.242)
Total	**54.306**			**9.731**	**27.153**	**13.577**	**(27.154)**	**(13.588)**
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					**17.359**	**8.680**	**(17.359)**	**(8.680)**

Risco de taxa de juros Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas. **Exposição ao risco de taxa de juros** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

Controladora	2021	2020
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	50.898	3.070
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	171.759	137.148
Debêntures a pagar	3.399	5.287

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Controladora

	Exposição em 31/12/2021	Risco	%	Cenários: Provável Valor	%	Aumento do índice em 25% Valor	%	Aumento do índice em 50% Valor	%	Redução do índice em 25% Valor	%	Redução do índice em 50% Valor
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos	(92.185)	CDI	0,73%	(675)	0,92%	(844)	1,10%	(1.013)	0,55%	(506)	0,18%	(169)
Passivos financeiros - Debêntures a pagar	(3.399)	TR	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Total dos passivos financeiros	(95.584)			(675)		(844)		(1.013)		(506)		(169)
Impacto do resultado e no patrimônio líquido				**(675)**		**(844)**		**(1.013)**		**(506)**		**(169)**

	Exposição em 31/12/2020	Risco	%	Cenários: Provável Valor	%	Aumento do índice em 25% Valor	%	Aumento do índice em 50% Valor	%	Redução do índice em 25% Valor	%	Redução do índice em 50% Valor
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos	(28.177)	CDI	1,90%	(535)	2,38%	(669)	1,43%	(803)	2,85%	(402)	0,95%	(268)
Passivos financeiros - Debêntures a pagar	(5.287)	TR	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Total dos passivos financeiros	(33.464)			(535)		(669)		(804)		(401)		(269)
Impacto do resultado e no patrimônio líquido				**(535)**		**(669)**		**(804)**		**(401)**		**(269)**

Fonte: A informação do CDI foi extraída da base da Cetip com a data-base do último dia útil de dezembro de 2021 e 2020 e a TR com a data-base do último dia útil publicada. **33. Gerenciamento de capital** A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Controladora	2021	2020
Gestão de capital		
Total do passivo	522.381	443.153
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(44.375)	(2.080)
(=) Dívida líquida	**478.006**	**441.073**
Total do patrimônio líquido (b)	177.866	(16.348)
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	**2,69**	**(26,98)**

Conselho de Administração

Presidente: Walter Baldan Filho

Cleber Baldan — **Renato José Mastropietro**
Adolfo Baldan Neto — **Gisele Teresinha Baldan**
Luis Fernando Baldan Fechio — **Paulo Airton Gehlen Rocha**

Diretoria Executiva

Celso Antonio Ruiz – Diretor Superintendente
Eduardo Fernandes – Diretor Adm/Financeiro
Alexandre Savio Tessi – Diretor Industrial
Oswaldo Gomes Marques Junior – Diretor Comercial

Responsavel Técnico

Gilberto Marques - Gerente de Controladoria
CRC 1SP231969/O-8

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

Continuação...

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Baldan Implementos Agrícolas S.A. Matão - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Baldan Implementos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baldan Implementos Agrícolas S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de de onstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 10 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 029356/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari - Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A

CNPJ/MF n° 04.772.866/0001-71

NIRE n° 3530048.262-0

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA seus Acionistas, para se reunirem em AGO a realizar-se Na Rua Eugenio de Medeiros, 303 - 2° andar - Sala Star One - Pinheiros - São Paulo - SP, a ser realizada no dia 28/04/2021, as 14h em primeira convocação na forma da lei ou as 14:30h em segunda convocação com qualquer numero dos presentes para deliberarem sobre as seguintes matérias: Ordem do dia: (i) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relat6rios da auditoria e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; e (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2021; (iii) Deliberar sobre a(s) renuncia(s) do(s) conselheiro(s) e eleger membro para substituição do(s) cargo(s) vago(s). (vi) Outros assuntos de interesse da companhia. Notas: 1) A Assembleia acontecera de forma presencial 2) As orientações para a participação e votação pelo s Acionistas estão disponíveis na sede da Companhia e serão enviadas ao e-mail cadastrado dos Acionistas. **Paulo Rogério dos Santos** - Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **1038299-98.2015.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel D Emidio Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Paulo Eduardo Buzzetto CPF 256.781.008-07 e Isabel Cristina Felipe CPF 101.429.368-55,que Luiz Lins de Vasconcelos Neto ajuizou ação despejo por falta de pagamento, do imóvel localizado na Rua do Comércio nº 26 - Centro, e a cobrança de R$ 81.139,80 (abril/2015). Estando os réus em lugar ignorado,expede-se edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra,contestem a ação ou peça a purgação da mora, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. **[13,14]**

Processo nº. **1138423-79.2021.8.26.0100** - Edital para conhecimento de terceiros. Prazo 30 dias.O Dr. José Walter Chacon Cardoso, Juiz de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central Cível/SP,Faz saber que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, Guilherme Henke Menegassi e Marcela Fanucchi Menegassi, objetivam alterar o regime de bens do casamento, passando do atual regime separação total de bens, para o regime da comunhão parcial de bens, com partilha de bens. Nestas condições, expede-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. **[13,14]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012326-45.2018.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DIEGO DIEY ALVES DE LIMA, Brasileiro, CPF 320.432.628-40, com que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, alegando em síntese: Busca e Apreensão do veículo: marca/ modelo:Fiat/Strada Celeb. 1.4 CS, cor: prata, ano/ modelo:2011/2012, placa: EMU-9350, chassi: 9BD27803MC7536476. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e nos termos do art.256, II, CPC, com prazo de 20 dias (at; 257, III, CPC) da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de março de 2022.

Minutrade Participações S.A.

CNPJ nº 08.700.617/0001-21

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante	**459**	**78**	**57.187**	**35.373**
Caixa e equivalentes de caixa	451	74	33.035	14.263
Contas a receber de clientes	-	-	20.653	19.851
Impostos e contribuições a recuperar	8	4	1.818	420
Adiantamentos a empregados e fornecedores	-	-	1.681	839
Não circulante	**5.622**	**3.384**	**22.155**	**16.792**
Caixa restrito	-	-	376	314
Impostos e contribuições a recuperar	44	44	44	44
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	1.604
Investimentos	5.578	3.340	-	-
Imobilizado	-	-	7.558	5.153
Intangível	-	-	14.177	9.677
Total do Ativo	**6.081**	**3.462**	**79.342**	**52.165**
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	**1.594**	**891**	**62.379**	**36.511**
Fornecedores	52	22	4.600	2.059
Salários e encargos sociais	9	9	8.223	3.724
Impostos e contribuições a recolher	6	5	1.755	1.365
Obrigações tributárias parceladas	-	-	134	129
Valores de terceiros a repassar	-	-	42.665	27.281
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.997	178
Arrendamento operacional	-	-	1.478	920
Dividendos a pagar	1.527	855	1.527	855
Não circulante	**78**	**91**	**12.554**	**13.174**
Obrigações tributárias parceladas	-	-	616	719
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.273	6.200
Arrendamento operacional	-	-	4.105	2.894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	3.433	3.270
Plano de incentivo de longo prazo	78	91	78	91
Outros passivos não circulantes	-	-	49	-
Total do passivo	**1.672**	**982**	**74.933**	**49.685**
Patrimônio líquido	**4.409**	**2.480**	**4.409**	**2.480**
Capital social	3.509	2.789	3.509	2.789
Reserva de capital	(946)	(1.312)	(946)	(1.312)
Reserva Legal	251	90	251	90
Reservas de lucros	1.527	855	1.527	855
Resultados abrangentes acumulados	68	58	68	58
Total do passivo e do patrimônio líquido	**6.081**	**3.462**	**79.342**	**52.165**

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31/12/2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	-	-	60.100	41.530
Custo dos serviços prestados	-	-	(9.684)	(16.933)
lucro operacional bruto	-	-	**50.416**	**24.597**
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	-	-	(1.309)	(8.456)
Despesas gerais e administrativas	(485)	(183)	(43.557)	(10.614)
Outras despesas operacionais	(2)	-	(619)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	4.060	3.601	-	-
Lucro operacional	**3.573**	**3.418**	**4.931**	**5.526**
Receitas financeiras	19	3	1.189	470
Despesas financeiras	(377)	(154)	(1.329)	(484)
Variação cambial, líquida	-	-	-	(11)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(358)**	**(151)**	**(140)**	**(25)**
Lucro antes dos impostos	**3.215**	**3.267**	**4.791**	**5.501**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	-	(534)
Diferido	-	-	(1.576)	(1.701)
	-	**-**	**(1.576)**	**(2.235)**
Lucro líquido do exercício	**3.215**	**3.267**	**3.215**	**3.266**
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação (em R$)	0,6376	0,6494		

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31/12/2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro Líquido do Exercício	**3.215**	**3.267**	**3.215**	**3.266**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Diferença de câmbio originada na conversão de operações no exterior	(10)	(11)	(10)	(11)
Resultado abrangente total do exercício	**3.205**	**3.256**	**3.205**	**3.255**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31/12/2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	3.215	3.267	3.215	3.267
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas/(aplicados nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(4.060)	(3.601)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	4.936	3.258
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	416	37
Perdas estimadas em impostos a recuperar	-	-	-	(234)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.765	1.701
Plano de incentivo de longo prazo	(13)	(96)	(13)	(96)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	366	-
Custo dos ativos imobilizado e intangível baixados	-	-	2	2
Juros e encargos provisionados sobre:				
Caixa restrito	-	-	(62)	(81)
Partes relacionadas	337	152	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	558	396
Arrendamento operacional	-	-	435	31
Obrigações tributárias parceladas	-	-	24	24
	(521)	**(278)**	**11.642**	**8.305**
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.218)	(3.803)
Impostos e contribuições a recuperar	(4)	22	(1.396)	1.432
Adiantamento a clientes e fornecedores	-	-	(842)	(481)
	(4)	**22**	**(3.456)**	**(2.852)**
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	30	(8)	2.541	1.329
Salários e encargos sociais	-	-	4.499	500
Impostos e contribuições a recolher	1	1	390	511
Obrigações tributárias parceladas	-	-	(122)	(126)
Valores de terceiros a repassar	-	-	15.433	5.348
	31	**(7)**	**22.741**	**7.562**
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**(494)**	**(263)**	**30.927**	**13.015**
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-	-	-	(279)
Juros e encargos de arrendamento operacional pagos	-	-	(264)	(169)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(295)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	**(494)**	**(263)**	**30.663**	**12.272**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa restrito	-	-	-	3.669
Investimentos em controladas	(99)	(265)	-	-
Pagamentos para aquisição de ativo imobilizado	-	-	(1.571)	(1.015)
Intangível desenvolvido internamente	-	-	(7.972)	(6.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(99)**	**(265)**	**(9.543)**	**(3.589)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos de partes relacionadas	1.960	550	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	6.200
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(666)	(5.999)
Amortização de arrendamento operacional	-	(1)	(702)	(923)
Aumento de capital social	720	-	720	-
Pagamento de dividendos	(1.710)	-	(1.710)	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	**970**	**549**	**(2.358)**	**(722)**
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa mantido em moedas estrangeiras	-	-	10	(9)
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**377**	**21**	**18.772**	**7.961**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74	53	14.263	6.303
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	451	74	33.035	14.264
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**377**	**21**	**18.772**	**7.961**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31/12/2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Controladora e consolidado

		Reserva de capital			Reserva de lucros					
	Capital social	Transação entre sócios	Reserva para opções outorgadas	Total das reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total das reservas de lucros	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucro/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2019	**2.789**	**(1.312)**	**-**	**(1.312)**	**-**	**-**	**-**	**69**	**(1.467)**	**79**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.267	3.267
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	90	-	90	-	(90)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(855)	(855)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	855	855	-	(855)	-
Saldos em 31/12/2020	**2.789**	**(1.312)**	**-**	**(1.312)**	**90**	**855**	**945**	**58**	**-**	**2.480**
Aumento de capital	720	-	-	-	-	-	-	-	-	720
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	10	-	10
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.215	3.215
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	554	554	-	-	-	-	-	554
Impostos diferidos sobre opções outorgadas	-	-	(188)	(188)	-	-	-	-	-	(188)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	161	-	161	-	(161)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.527)	(1.527)
Pagamento de dividendo	-	-	-	-	-	(855)	(855)	-	-	(855)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	1.527	1.527	-	(1.527)	-
Saldos em 31/12/2021	**3.509**	**(1.312)**	**366**	**(946)**	**251**	**1.527**	**1.778**	**68**	**-**	**4.409**

José Rodolfo Filippini - Vice-Presidente Financeiro **Anderson Vieira da Silva - Especialista Contábil CRC: 1 SP 279573/O-0**

As Demonstrações Financeiras auditadas e na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1127092-08.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Acácio de Azevedo Borsanelli, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Maria Conceição Maia Ferreira Cruz, RG 19.592.933, CPF 142.773.458-59, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda, objetivando a cobrança de R$ 14.321,14 (agosto/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2022. 13 e 14.04

Votorantim S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51 – NIRE 35.300.313.216

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: Dia 10/02/2022, às 09h00, na sede social da **Votorantim S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, conjunto "A", Itaim Bibi ("Companhia"). **2. Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Mesa Dirigente** – Eduardo Mazzilli de Vassimon, Presidente, e Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **4. Convocação** – Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos complementares à acionista única. **6. Deliberações** – submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram aprovar a distribuição de dividendos à acionista **Hejoassu Administração S.A.**, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Política de Dividendos, no valor total de **R$ 734.000.000,00,** a serem destacados de parte do saldo da conta de reserva de lucros acumulados de exercícios anteriores a serem pagos até 24 de fevereiro do corrente ano. Por fim, os acionistas também autorizam os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata. **7. Encerramento:** a) O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; b) Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Secretário. (a.) Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário; p. **Hejoassu Administração S.A.**, José Luiz Gimenes Caiafa e Sergio Thiago da Gama Giestas, Acionista. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 10/02/2022. **Sergio Thiago da Gama Giestas** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 123.141/22-9 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Avanhandava Administração de Bens e Participações S/A.

CNPJ/MF nº 15.089.240/0001-81 - NIRE nº 3530043784-5

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data/Hora/Local: 06/04/2022, às 12hs, na Rua Cônego Eugenio Leite, 920 - Sala 02 - São Paulo/SP. **Mesa:** Presidente - Pedro Farkas, RG nº 4.395.841 SSP/SP e CPF/MF nº 483.238.538-00; Secretário - Ricardo Farkas, RG nº 4.245.512 SSP/SP e CPF/MF nº 908.325.318-04. **Quórum**: Totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, conforme artigo 124, §4°, da Lei 6.404/76. **Ordem do Dia/Deliberações**: "Aprovadas por unanimidade", **em AGE: (1)** nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76, redução do capital social da companhia, considerando o capital social excessivo da Sociedade em relação ao seu objeto, no valor de R$ 685.555,71, passando o capital social de R$ 1.334.158,00 para R$ 648.602,29, valor esse a ser pago aos sócios Pedro Farkas, João Paulo Farkas, Ricardo Farkas e Beatriz Farkas Bitelman, acima qualificados, de acordo com suas respectivas participações no capital social; **(2)** a publicação da presente ata para eventual oposição de credores quirografários nos termos do artigo 174, § 1º da Lei 6.404/76, comprometendo-se os sócios a assinar, a qualquer tempo, todos e quaisquer documentos necessários para o aperfeiçoamento da redução de capital perante os registros públicos, sob pena de responderem pelas perdas e danos causados, sendo a presente considerada como título executivo extrajudicial, consoante ao artigo 784 do Código de Processo Civil; **(3)** tendo em vista a redução do capital social, deliberam os sócios alterar a redação do Cláusula 2.1 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 2.1** - *O capital social subscrito da Sociedade é de R$ 648.602,29, dividido em 648.602.29 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e distribuídas entre os seus acionistas*"; **(4)** aprovam, a mudança do endereço da sede social da Companhia para a Rua Jaguaré Mirim, 210, Sala nº 3, dando-se nova redação a Cláusula 1.3 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 1.3** - *A Sociedade tem sua sede e foro na Rua Jaguaré Mirim, 210, Sala nº 3, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP: 05311-020*"; **(5)** o arquivamento da consolidação do Estatuto Social e da presente ata na JUCESP. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 06/04/2022. **Mesa:** Presidente - Pedro Farkas; Secretário - Ricardo Farkas. **Acionistas:** Pedro Farkas; Ricardo Farkas; Beatriz Farkas Bitelman; João Paulo Farkas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - sala 2200 / 2208 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 2171-6353 - São Paulo/SP - E-mail: sp1regpub@tjsp.jus.br - Horário de Atendimento ao Público: das12h30min às19h00min - **EDITAL** de **CITAÇÃO** – Prazo de **20 dias,** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1104857-52.2015.8.26.0100 (U-1298)**. A **Dra. RENATA PINTO LIMA ZANETTA**, MMª Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Arcelon Ezidio Ferreira** e s/m **Alcina Lopes Ferreira, Carmozina Izidia de Freitas, Helena Ezidio Francisco** e s/m **João Francisco, José Ferreira Izidio, José Ezidio Ferreira** e s/m **Januária Rodrigues Ferreira, Sebastiana Ezidio Ferreira Cambui** e s/m **Ângelo Pires Cambui, Ivete Ferreira Ferraresi** e s/m **Armando Ferraresi Filho, Margarete Ferreira Ferraresi (ou Ferrari)** e s/m **Elmo Aparecido Ferrari, Manoel Thomaz** e s/m **Thereza Jesus Silveira Tomaz, Francisco Carlos José, Vera Lúcia Soares Ferreira** e s/m **Daniel Soares Ferreira, Kosuke Futemma** e s/m Y**oshi Futemma, Armelinda Gomes** e s/m **Valdenyr Gomez Quezada, Julia Kurmann Fornelli, EdsonRodrigues** e s/m I**rene Hernandes Rodrigues, Maria Eugênia Rodrigues Ferraresi, Ofélia TeixeiraRodrigues, Rita de Cássia Rodrigues Teixeira, Tahiz de Cássia Rodrigues Teixeira, Thiago Rodrigues Neto, Albino Rodrigues, Maura Cambuy Ventura** e s/m **Cláudio Ventura, Simone Ezidio, Gisele Ezidio, Eva Ferreira Egídio, Franciane Lucato** e s/m **Chesmas da Costa** e **Deolinda de Jesus José** e s/m **Arlindo José, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados**, bem como **seus cônjuges, se casados forem, herdeiros** e/ou **sucessores**, que **JURACI PIRES FERREIRA** e **ROSA APARECIDA ULIANA PIRES** ajuizou (aram) ação de **USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua João Bizarro da Nave, n° 449, casa nº 01, Vila Diva, Alto da Mooca, São Paulo/SP, com área 319,63m² e contribuinte sob n° 053.138.0007-8, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente **EDITAL** para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de 1**5 (quinze) dias** úteis, a fluir após o prazode **20 dias** úteis, **CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.São Paulo, 11 de janeiro de 2022.

14 e 15/04

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 492.319,em 08/10/2021,o Requerimento feito por **ISABEL CRISTINA BISIGNANO,** brasileira, divorciada, professora, RG nº 12.242.381-1-SSP/SP, CPF/MF nº 074.870.248-22, com endereço profissional nesta Capital, na Avenida Jorge João Saad, nº 905, Morumbi, CEP 05618-001, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Padre Antônio Thomaz, nº 286, apto. 121, Barra Funda, CEP 05003-010, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL da UNIDADE AUTÔNOMA nº 121,** no 12º andar ou 13º pavimento do "Edifício Palestra" integrante do "Conjunto Alvi Verde", com a área construída de 114,10m2, objeto da **transcrição nº 78.584**, datada de 22 de maio de 1976**;** e o **ESPAÇO INDETERMINADO (VAGA)** na garagem coletiva do andar térreo ou 1º pavimento do "Conjunto Alvi Verde", ambos situados na Rua Padre Antônio Thomaz, nº 286, no 19º Subdistrito – Perdizes, do Distrito, Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária desta Capital espaço este para guarda de um automóvel de passeio, com a área útil de 15,92m2., objeto da **transcrição nº 78.585**, datada de 22 de maio de 1973, desta Serventia, ambos neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no $ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado",** fica ele por este Edital **INTIMADO** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL,processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada,**a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.**E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância,expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo.**São Paulo,23 de março de 2022.O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**).

30/03 e 14/04/22

TransBIA A MARCA DO TRANSPORTE

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S.A.

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 01/01/2021 A 31/12/2021 E 01/01/2020 A 31/12/2020 - EM MILHARES DE R$

Balanço Patrimonial

Ativo	**2021**	**2020**
Circulante	**790**	**638**
Disponível	36	12
Caixa e Bancos	36	12
Aplicações de Liquidez Imediata	-	2
Aplicação Financeira		2
Clientes	634	559
Duplicatas a Receber	634	559
Adiantamentos	23	29
Adiantamentos a Terceiros	23	29
Outros Créditos	97	36
Impostos a Recuperar	36	36
Banco Bradesco S/A	62	
Não Circulante	**2.178**	**2.154**
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos a Ordem de Consórcio	49	43
Depósitos Judiciais	6	6
Impostos Diferidos	1.608	1.608
Depósitos Incentivos Fiscais-FINAN	4	4
	1.667	**1.660**
Investimentos		
Ações de Outras Empresas	-	-
Imobilizado		
Custo	964	943
Depreciação Acumulada	(453)	(449)
	511	494
Total do Ativo	**2.968**	**2.792**

Passivo	**2021**	**2020**
Circulante	**4.428**	**2.385**
Empréstimos e Financiamentos	**1.117**	**470**
Instituições Financeiras - GIRO	1.032	369
Instituições Financeiras - Repactuação	85	101
Fornecedores	**199**	**117**
Fornecedores Nacionais	199	117
Obrigações Fiscais	**2.641**	**1.283**
Impostos e Taxas a Recolher	2.194	971
Obrigações Sociais a Recolher	341	219
Impostos e Contribuições - Lei 12.996/14	106	94
Obrigações Trabalhistas	**107**	**80**
Ordenados e Salários a Pagar	33	31
Férias	74	48
Outras Obrigações	**364**	**435**
Contas a Pagar	364	435
Não Circulante	**6.184**	**7.154**
Instituições Financeiras - Repactuação	-	103
Instituições Financeiras - GIRO	373	209
	373	**312**
Impostos e Taxas a Recolher	1.998	2.179
Obrigações Sociais a Recolher	243	325
Impostos e Contribuições - Lei 12.996/14	715	814
Partes Relacionadas	2.855	3.524
	5.811	**6.842**
Patrimônio Líquido a descoberto	**(7.644)**	**(6.747)**
Capital	1.200	1.200
Ações em Tesouraria	(44)	(44)
Prejuízos Acumulados	(8.801)	(7.904)
Total do Passivo	**2.968**	**2.792**

Demonstração do Resultado

	2021		2020	
Receita Operacional Bruta	**R$**	**%**	**R$**	**%**
Receitas de Serviços	20.391	119,20	10.689	118,08
	20.391	**119,20**	**10.689**	**118,08**
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(3.285)	(19,20)	(1.637)	(18,08)
Receita Operacional Líquida	**17.106**	**100,00**	**9.052**	**100,00**
Custo dos Serviços	(13.988)	(81,77)	(7.711)	(85,19)
Lucro Bruto	**3.118**	**18,23**	**1.340**	**14,81**
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas/Comerciais	(1.965)	(11,48)	(1.368)	(15,12)
Depreciações	(4)	(0,03)	(11)	(0,12)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Outras Receitas Operacionais/Financeiras	1.066	6,23	138	1,52
Despesas Operacionais /Financeiras	(3.113)	(18,20)	(1.209)	(13,35)
	(4.016)	**(23,48)**	**(2.451)**	**(27,07)**
Resultado não Operacional	**(897)**	**(5,25)**	**(1.110)**	**(12,26)**
Outras Receitas	-	-	-	-
Resultado Líquido Antes dos IRPJ e CSLL	**(897)**	**(5,25)**	**(1.110)**	**(12,26)**
IRPJ/CSLL - Ano Corrente	-	-	-	-
IRPJ/CSLL - Diferido	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	**(897)**	**(5,25)**	**(1.110)**	**(12,26)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 1º/01/2020	**1.200**	**(44)**	**(6.793)**	**(5.637)**
Prejuízo do exercício	-	-	(1.110)	(1.110)
Saldos em 31/12/2020	**1.200**	**(44)**	**(7.904)**	**(6.747)**
Prejuízo do exercício	-	-	(897)	(897)
Saldos em 31/12/2021	**1.200**	**(44)**	**(8.801)**	**(7.644)**

Notas Explicativas

1) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 65.404/76; **2)** O ativo imobilizado é depreciado de acordo com a vida útil remanescente dos bens; **3)** Imposto e Taxas a Recolher incluem substancialmente PIS, COFINS, ICMS corrente e parcelamentos; **4)** Obrigações Sociais incluem substancialmente INSS, FGTS corrente e parcelamentos; **5)** Impostos e Contribuições incluem substancialmente o Parcelamento do REFIS, Lei 12.996/2014; Outras Obrigações incluem substancialmente parceiros transportadores (PF/PJ).

Diretoria

Walter Baldan Filho - Diretor

Cleber Baldan - Diretor

Contador

Antonio Geraldo Fernandes - CRC/SP 1SP116714/0-1

Lam Vias Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.421
Aplicações financeiras	188	2.310
Contas a receber - partes relacionadas	5.250	3.326
Tributos a recuperar	64	65
Despesas antecipadas e outras	-	20
Total do ativo circulante	5.510	11.142
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	-	70
Intangível	5	11
Total do ativo não circulante	5	81
Total do ativo	5.515	11.223

	2021	2020
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1	1.313
Obrigações sociais e trabalhistas	-	5.427
Impostos e contribuições a recolher	2	183
ISS a recolher	-	3
Contas a pagar - partes relacionadas	-	912
Outras contas a pagar	-	8
Total do passivo circulante	3	7.846
Não circulante		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	323
Total do passivo não circulante	-	323
Patrimônio líquido		
Capital social	86.610	56.610
Prejuízos acumulados	(81.098)	(53.556)
	5.512	3.054
Total do passivo e patrimônio líquido	5.515	11.223

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços	(14.172)	(10.211)
Despesas com pessoal	(13.134)	(17.128)
Materiais, equipamentos e veículos	(16)	(54)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-	(240)
Contribuições a sindicatos e associações de classe	(86)	(91)
Gastos com viagens e estadias	(140)	(234)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(1)	(4)
Despesas legais e judiciais	(37)	(27)
Outros	(127)	(44)
	(27.713)	(28.033)
Resultado antes do resultado financeiro	(27.713)	(28.033)
Resultado financeiro	171	157
Prejuízo do exercício	(27.542)	(27.876)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(27.542)	(27.876)
Ajustes por:		
Baixa do ativo imobilizado e intangível	11	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	5	-
	(27.526)	**(27.876)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	(1.924)	356
Tributos a recuperar	71	(44)
Despesas antecipadas e outros	20	32
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(1.317)	1.070
Contas a pagar - partes relacionadas	(912)	902
Impostos e contribuições a recolher	(184)	133
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.750)	(3.217)
Outras contas a pagar	(8)	8
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(37.530)**	**(28.636)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(5)	(11)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	2.122	3.451
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**2.117**	**3.440**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	30.000	30.600
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**30.000**	**30.600**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(5.413)**	**5.404**
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.421	17
No final do exercício	8	5.421
	(5.413)	**5.404**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(27.542)	(27.876)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(27.542)	(27.876)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital Social		Prejuízos	
	Subs-crito	A Inte-gralizar	acumula-dos	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2020	26.010	-	(25.680)	330
Aumento de capital no dia 17 de março de 2020	15.600	-	-	15.600
Aumento de capital no dia 09 de julho de 2020	15.000	-	-	15.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(27.876)	(27.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.610	-	(53.556)	3.054
Aumento de capital no dia 01 de abril de 2021	30.000	-	-	30.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(27.542)	(27.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.610	-	(81.098)	5.512

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C17D-2699-D2DF-BFCB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C17D-2699-D2DF-BFCB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C17D-2699-D2DF-BFCB

Hash do Documento

10B75D6B5988DC61E94A4F3B792231DE0FE2CE144297A5A20D5570D9DE2F933A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

CCR

Concessionária do Bloco Sul S.A.

CNPJ/MF nº 42.130.537/0001-16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
São Paulo, 13 de abril de 2022.

A administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.726
Aplicações financeiras	6	7.459
Contas a receber - partes relacionadas	8	306
Tributos a recuperar		3.549
Despesas antecipadas e outras		3.517
Total do ativo circulante		90.557
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Impostos diferidos	7	14.509
		14.509
Imobilizado	9	1.259
Intangível	10	2.707.379
Infraestrutura em construção	10	1.105
Total do ativo não circulante		2.724.252
Total do ativo		2.814.809

Passivo	Nota	2021
Circulante		
Fornecedores	13	3.486
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	3.205
Impostos e contribuições a recolher		94
Obrigações sociais e trabalhistas	12	4.091
Total do passivo circulante		10.876
Não circulante		
Debêntures	11	1.837.004
Obrigações sociais e trabalhistas	12	113
Total do passivo não circulante		1.837.117
Patrimônio líquido		
Capital social	14a	995.010
Prejuízos acumulados		(28.194)
Total do patrimônio líquido		966.816
Total do passivo e patrimônio líquido		2.814.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021
Receita operacional	15	1.093
Custo dos serviços prestados		
Serviços		(377)
Custo com pessoal		(219)
Custo de construção		(1.093)
Seguros		(532)
Eventos, feiras e congressos		(425)
Operação assistida		931
Outros		(60)
		(1.775)
Prejuízo bruto		(682)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços		(7.685)
Despesas com pessoal		(4.660)
Outros		(203)
		(12.548)
Resultado antes do resultado financeiro		(13.230)
Resultado financeiro	16	(29.473)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(42.703)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	14.509
Prejuízo líquido do período		(28.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2021
Prejuízo líquido do período	(28.194)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(28.194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do período	(28.194)
Ajustes por:	
Imposto renda e contribuição social diferidos	(14.509)
Baixa do ativo intangível	299
Juros sobre debêntures	44.400
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	4
Rendimento de aplicações financeiras	(15.188)
	15.006
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Contas a receber - partes relacionadas	(306)
Tributos a recuperar	(3.549)
Despesas antecipadas e outros créditos	(3.517)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	3.482
Fornecedores - partes relacionadas	3.205
Impostos e contribuições a recolher	121
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(27)
Obrigações socias e trabalhistas	4.204
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(9.575)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(1.259)
Aquisição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	(2.708.783)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7.729
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.702.313)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Debêntures	
Captações (líquidas de custos de transação)	1.792.604
Integralização de capital	995.010
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**2.787.614**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**75.726**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	75.726
	75.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido no período entre 20 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social - Subscrito	Capital Social - A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição em 20 de maio de 2021	10	(10)	-	-
Aumento de capital em 19 de julho de 2021	2.968.330	(2.968.330)	-	-
Integralização de capital em 23 de julho de 2021	-	530.122	-	530.122
Integralização de capital em 20 de agosto de 2021	-	10	-	10
Integralização de capital em 30 de setembro de 2021	-	135.794	-	135.794
Integralização de capital em 25 de outubro de 2021	-	329.084	-	329.084
Prejuízo líquido do período	-	-	(28.194)	(28.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.968.340	(1.973.330)	(28.194)	966.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao período de 20 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 10, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 20 de outubro de 2021 e um prazo de 30 anos, até 26 de janeiro de 2052. A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, em Bacacheri/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente na preparação dessas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. ***b) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***f) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***g) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "n". Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***i) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***j) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debêntures. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***k) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***l) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***m) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao Poder Concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação. ***n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. ***o) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 13 de abril de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2n	Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
7b	Impostos diferidos
10	Intangível e infraestrutura em construção
17	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 11 e 17. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	-	2.315.551
Fornecedores	3.486	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	3.205	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:

	2021
Caixa e bancos	24
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	75.702
Total - Caixa e equivalente de caixa	75.726

Aplicações financeiras

	2021
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos	7.459
Total - Aplicações financeiras	7.459

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,92% do CDI, equivalente a 4,44% a.a., em 31 de dezembro de 2021.

7. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.703)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	14.519
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(9)
Outros	(1)
Imposto diferido	14.509
Alíquota efetiva de impostos	33,98%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Reconhecido no resultado de 20/05/21 a 31/12/2021	2021 Valor Líquido	2021 Ativo fiscal diferido	2021 Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	12.294	12.294	12.294 (a)	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	539	539	539	-
Pré operacionalidade	3.901	3.901	3.901	-
Custo de transação de debêntures	(2.273)	(2.273)	-	(2.273)
Outros	48	48	48	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	14.509	14.509	16.782	(2.273)
Compensação de imposto	-	-	(2.273)	2.273
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	14.509	14.509	14.509	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a partir do ano de 2027. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os mesmos da sua Controladora a Companhia de Participações em Concessões ("CPC").

	Transações 2021 - Despesas/custos com serviços prestados	Transações 2021 - Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Saldos 2021 - Ativo - Contas a receber	Saldos 2021 - Passivo - Fornecedores
Controladora				
CPC	1.838 (b)	1.082 (d)	46 (c)	3.143 (b) (d) (c)
Controladora indireta				
CCR	-	-	121 (c)	26 (a)
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	-	7 (c)	3 (c)
Rodonorte	-	-	118 (c)	26 (c)
BH Airport	-	-	-	4 (c)
ViaSul	-	-	14 (c)	3 (c)
Total	1.838	1.082	306	3.205

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR - GBS (*Global Business Service*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e (d) Refere-se a repasse via nota de débito dos custos com o do leilão com a B3 no valor de R$ 1.082, que a princípio haviam sido assumidos pela Controladora CPC.

9. Ativo Imobilizado

	2021 - Adições	2021 - Saldo final
Valor de custo		
Imobilizações em andamento	1.259	1.259
Total custo	1.259	1.259

10. Intangível e infraestrutura em construção

	2021 - Adições	2021 - Baixas	2021 - Saldo final
Valor de custo			
Direitos de concessão (a)	2.196.689	-	2.196.689
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	510.520	(299)	510.221
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	469	-	469
Total custo	2.707.678	(299)	2.707.379
Total intangível	2.707.678	(299)	2.707.379
Infraestrutura em construção	1.105	-	1.105

(a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão.

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento final	2021
1. 1ª Emissão - série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8580% (a)	6.973	6.686	Março de 2024	1.837.004 (b)
Não Circulante						
Debêntures						1.843.690
Custos de transação						(6.686)
						1.837.004

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Fiança corporativa da CCR S.A. (sem cobrança) em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2024	1.843.690
(-) Custo de transação	(6.686)
Total	1.837.004

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de debêntures no valor nominal total de R$ 1.800.000, em série única, com remuneração de CDI + 1,70% a.a., podendo ser resgatado antecipadamente, a qualquer momento sem pagamento de prêmio. O principal e os juros serão pagos em parcela única, no vencimento, em 13 de março de 2024. A emissão conta com fiança corporativa da CCR S.A.. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Fiadora/CCR, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado do Consolidado CCR seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura, (iii) redução do capital social da emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas e (iv) redução do capital social da Fiadora/CCR que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas. Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada antecipadamente, nos termos da escritura de emissão, caso a emissora contrate novo empréstimo, financiamento ou realize a emissão de valores mobiliários conversíveis ou não em ações: (i) no valor de principal agregado superior a R$ 400.000 ou (ii) com prazo superior a 5 anos ou (iii) com previsão de pagamentos a título de amortização de principal, remuneração e/ou outros valores devidos no âmbito de tais empréstimos, financiamentos e/ou novas emissões de valores mobiliários, devidos em data anterior à data de vencimento, independentemente do prazo total do referido endividamento. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021
Circulante	
Salários e remunerações a pagar	739
Benefícios, gratificações e participações a pagar	1.653
Encargos sociais e previdenciários	853
Provisão para férias e 13º salário	846
	4.091
Não circulante	
Gratificações e participações a pagar	113
	113

13. Fornecedores

	2021
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	3.486
	3.486

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 20 de maio de 2021, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas. Em 19 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 2.968.330, mediante a emissão de 2.968.330.591 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31 de agosto de 2027, por sua única acionista, a Companhia de Partcipações em Concessões ("CPC"). Em 23 de julho de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 530.122, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021. Em 20 de agosto de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 10, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021. Em 30 de setembro de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 135.794, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021.Em 25 de outubro de 2021, houve integralização de capital social em dinheiro no montante de R$ 329.084, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2021.

	2021 - Participação acionária	2021 - Quantidade de ações	2021 - Ações a integralizar
Companhia de Participações em Concessões ("CPC")	100,00%	2.968.340.591	1.973.330.591
	100,00%	2.968.340.591	1.973.330.591

15. Receitas operacionais

	2021
Receitas de construção (ICPC 01)	1.093
Receita bruta	1.093
Receita operacional	1.093

16. Resultado financeiro

	2021
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(44.400)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(257)
	(44.661)
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.188
	15.188
Resultado financeiro líquido	(29.473)

17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças , formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria**

	2021 - Valor justo através do resultado	2021 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2021 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos	24	-	-
Aplicações financeiras	83.161	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	306	-
Passivos			
Debêntures (a)	-	-	(1.837.004)
Fornecedores	-	-	(3.486)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.205)
	83.185	306	(1.843.695)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e fornecedores e outras contas - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **• Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021 - Valor contábil (a)	2021 - Valor justo (b)
Debêntures (a) (b)	1.843.690	1.911.148

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo: Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

Nível 2:	2021
Aplicações financeiras	83.161

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R$ (3) (4)	Efeito em R$ no resultado - Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI (2)	Março de 2024	1.843.690	(202.060)	(244.762)	(287.460)
Aplicação financeira (Menkar II) (5)	CDI (2)		34.779	2.367	2.951	3.532
Aplicação financeira (CDB) (5)	CDI (2)		48.382	4.355	5.443	6.530
Efeito líquido				(195.338)	(236.368)	(277.398)
Efeito sobre as debêntures				(202.060)	(244.762)	(287.460)
Efeito sobre as aplicações financeiras				6.722	8.394	10.062
Total do efeito de ganho/(perda)				(195.338)	(236.368)	(277.398)
A taxa de juros considerada foi (1):						
	CDI (2)			9,15%	11,43%	13,72%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo BNDES; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada. **18. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2021
Compromisso de investimento	1.337.338

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

19. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Capital social	Total
Saldo Inicial	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(1.792.604)	-	(1.792.604)
Integralização de capital	-	(995.010)	(995.010)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.792.604)	(995.010)	(2.787.614)
Outras variações			
Juros sobre debêntures	(44.400)	-	(44.400)
Total das outras variações	(44.400)	-	(44.400)
Saldo Final	(1.837.004)	(995.010)	(2.832.014)

20. Eventos subsequentes: Debêntures: Em 07 de março de 2022, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R$ 111.000 com vencimento em 15 de abril de 2024. A remuneração é CDI + 1,60% a.a., os juros serão pagos no vencimento.

Composição do Conselho de Administração

Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
Gustavo Marques do Canto Lopes	Conselheiro
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro

Composição da Diretoria

Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Diretora Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria: Direito da concessão:** Veja as Notas 1, 2 (m) e 10 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme mencionado no contexto operacional, a Companhia atua no segmento de concessões aeroportuárias, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de outubro de 2021, por um prazo de 30 anos e reconhecendo o montante de R$ 2.196.689 mil referente ao direito de concessão. Conforme OCPC 05 - Contratos de concessão, o direito de concessão é reconhecido como ativo intangível decorrente dos processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato, a que entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza dos montantes envolvidos que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação da documentação comprobatória que reflete o ativo intangível reconhecido como "direito de concessão" , incluindo: a inspeção do contrato de concessão e comprovantes de pagamentos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis o direito de concessão, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao período de 20 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2B97-E85C-8328-2A8F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2B97-E85C-8328-2A8F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B97-E85C-8328-2A8F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B97-E85C-8328-2A8F

Hash do Documento

3EAD8009E3C0E04AC6E3A806B9BCDAEABF7246D3621FFDC9B280E9AE34C3D634

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

CCR

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42

Relatório de Administração *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Santa Isabel, 12 de abril de 2022.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	34
Aplicações financeiras	6	1.027.15
Tributos a recuperar		2.909
Despesas antecipadas e outras		2.223
Total do ativo circulante		1.032.181
Não circulante		
Tributos diferidos	7b	650
Intangível	9	2.054.368
Total do ativo não circulante		2.055.018
Total do ativo		3.087.199

Passivo	Nota	2021
Circulante		
Debêntures	10	1.443
Fornecedores		99
Fornecedores - partes relacionadas	8	5.250
Impostos e contribuições a recolher		310
Total do passivo circulante		7.102
Não circulante		
Debêntures	10	1.047.236
Total do passivo não circulante		1.047.236
Patrimônio líquido		
Capital social	11a	2.034.123
Prejuízos acumulados		(1.262)
		2.032.861
Total do passivo e patrimônio líquido		3.087.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado no período entre 10 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021
Custos dos serviços prestados		
Serviços		(5.250)
		(5.250)
Prejuízo bruto		(5.250)
Resultado antes do resultado financeiro		(5.250)
Resultado financeiro	12	3.338
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.912)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7b	650
Prejuízo líquido do período		(1.262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente no período entre 10 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Prejuízo líquido do período	(1.262)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(1.262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto no período entre 10 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do período	**(1.262)**
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(650)
Juros sobre debêntures	2.626
Rendimento de aplicação financeira	(6.369)
	(5.655)
Variação nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Tributos a recuperar	(2.909)
Despesas antecipadas e outras	(2.223)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	99
Fornecedores - partes relacionadas	5.250
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	310
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(5.128)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	(2.054.368)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6.369
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.047.999)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Debêntures	
Captação	1.046.053
Integralização de capital	2.034.123
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**3.080.176**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.027.049**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	1.027.049
	1.027.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido no período entre 10 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social - Subscrito	Capital social - A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição em 10 de novembro de 2021	10	(10)	-	-
Integralização de capital em 16 de novembro de 2021	-	10	-	10
Aumento de capital em 29 de novembro de 2021	2.034.113	(2.034.113)	-	-
Integralização de capital em 28 de dezembro de 2021	-	2.034.113	-	2.034.113
Prejuízo líquido do período	-	-	(1.262)	(1.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.034.123	-	(1.262)	2.032.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 10 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), sala 19, bairro Morro Grande, na cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos. A Companhia será responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1). As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022. ***Bens reversíveis:*** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente na preparação dessas demonstrações financeiras. ***a) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***b) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***c) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "i": Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***d) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***e) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***f) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***g) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***h) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. ***i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. ***j) Informação por segmento:*** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. ***k) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 12 de abril de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2i	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
7b	Impostos diferidos
9	Intangível e infraestrutura em construção
13	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 10 e 13. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	2.626	1.050.000
Fornecedores e outras contas a pagar	99	-
Fornecedores - partes relacionadas	5.250	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2021**
Caixa e bancos	34
Total - Caixa e equivalentes de caixa	34
	2021
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	1.027.015
Total - Aplicações financeiras	1.027.015

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 102,48% do CDI, equivalente a 4,50% a.a., em 31 de dezembro de 2021.

7. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.912)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	650
Despesa de imposto de renda e contribuição social	650
Impostos diferidos	650
	650
Alíquota efetiva de impostos	34%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Reconhecido no resultado de 10/11/2021 a 31/12/2021	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	207	207	207	-
Pre Operacionalidade	1.785	1.785	1.785	-
Amortização do custo de transação	(1.342)	(1.342)	-	(1.342)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	650	650	1.992	(1.342)
Compensação de imposto	-	-	(1.342)	1.342
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	650	650	650	-

(a) O montante de R$ 207 em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao imposto diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, constituído no limite de geração de lucro tributável projetado pela Companhia. A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2022.

8. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os mesmos da sua Controladora a CCR S.A..

	Transações 2021 - Custos com serviços prestados	Saldos 2021 - Passivo - Fornecedores
Outras partes relacionadas		
Lam Vias	5.250 (a)	5.250 (a)
Total	5.250	5.250

(a) Repasse de gastos com consultorias pagos pela Lam Vias relativos a projetos e estudos que serão utilizados para subsidiar tecnicamente a futura realização de obras nas rodovias.

9. Intangível

	2021 - Adições	2021 - Saldo final
Valor de custo		
Direitos de exploração da infraestrutura	17.484	17.484
Direitos da concessão	2.036.884 (a)	2.036.884
Total custo	2.054.368	2.054.368
Total intangível	2.054.368	2.054.368

(a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão. Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2021.

10. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento Final	2021
1. 1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8307% (a)	3.947	3.947	Dezembro de 2024	1.048.679(b)
Circulante						
Debêntures						2.626
Custos de transação						(1.183)
						1.443
Não Circulante						
Debêntures						1.050.000
Custos de transação						(2.764)
						1.047.236

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Fiança corporativa da Controladora CCR S.A. em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2021**
2024	1.050.000
(-) Custo de transação	(2.764)
Total	1.047.236

1. Em 15 de dezembro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R$ 1.050.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos. As debêntures são remuneradas pelo CDI + 1,75% a.a.. O principal será liquidado no vencimento, em 15 de dezembro de 2024. Os juros serão pagos em parcelas semestrais, a partir de 15 de junho de 2022. A emissão conta com garantia fidejussória da Controladora CCR S.A.. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio pela emissora ou pela Fiadora/CCR, em valor superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e/ou aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado da fiadora, seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora ou fiadora optarem por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada conforme definida na escritura. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

11. Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 10 de novembro de 2021, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas no dia 16 de novembro de 2021. Em 29 de novembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 2.034.113, mediante a emissão de 2.034.112.500 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 28 de fevereiro de 2022, por sua única acionista, a CCR.S.A.. Em 28 de dezembro de 2021, no montante de R$ 2.034.113, do saldo de capital social a integralizar, foi totalmente integralizado. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	2.203
(-) Constituição de reserva legal	(110)
Lucro líquido ajustado	2.093
Dividendos mínimos obrigatórios	523
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	523

12. Resultado financeiro	**2021**
Despesas Financeiras	
Juros sobre debêntures	(2.626)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(405)
	(3.031)
Receitas Financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.369
	6.369
Resultado financeiro líquido	3.338

13. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultado s e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração da Controladora CCR S.A. sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021 - Valor justo através do resultado	2021 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos		
Caixa e bancos	34	-
Aplicações financeiras	1.027.015	-
Passivos		
Debêntures (a)	-	(1.048.679)
Fornecedores	-	(99)
Fornecedores - partes relacionadas	-	(5.250)
	1.027.049	(1.054.028)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Fornecedores, fornecedores - partes relacionadas e dividendos** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021 - Valor contábil	2021 - Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.052.629	1.104.951

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia do valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2:	**2021**
Aplicações financeiras	1.027.015

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre as aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R$ (4)(5)	Efeito em R$ no resultado - Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão - 1ª Série	CDI (2)	Dezembro de 2024	1.052.626	(116.422)	(140.922)	(165.422)
Aplicação financeira (Menkar II) (3)	CDI (2)		5.901	537	671	805
Aplicação financeira (CDB) (3)	CDI (2)		1.021.114	91.829	114.766	137.696
Efeito líquido				(24.056)	(25.485)	(26.921)
Efeito sobre as debêntures				(116.422)	(140.922)	(165.422)
Efeito sobre as aplicações financeiras				92.366	115.437	138.501
Total do efeito de ganho/(perda)				(24.056)	(25.485)	(26.921)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			9,15%	11,43%	13,72%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstração do fluxo de caixa: a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento	Debêntures	Capital social	Total
Saldo Inicial	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(1.046.053)	-	(1.046.053)
Integralização de capital	-	(2.034.123)	(2.034.123)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.046.053)	(2.034.123)	(3.080.176)
Outras variações			
Juros sobre debêntures	(2.626)	-	(2.626)
Total das outras variações	(2.626)	-	(2.626)
Saldo Final	(1.048.679)	(2.034.123)	(3.082.802)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Carla Henriques Silva Fornasaro	Diretora-Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.
Santa Isabel - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 10 de novembro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 de novembro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Direito da Concessão:** Veja as Notas 1, 2 (h) e 9 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme mencionado no contexto operacional, a Companhia atua no segmento de concessão rodoviária, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022, por um prazo de 30 anos e reconhecendo o montante de R$ 2.036.884 mil referente ao direito de concessão. Conforme OCPC 05 - Contratos de concessão, o direito de concessão é reconhecido como ativo intangível decorrente dos processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato, o qual entende que o contrato é de execução. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza dos montantes envolvidos que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação da documentação comprobatória que reflete o ativo intangível reconhecido como "direito de concessão", incluindo: a inspeção do contrato de concessão e comprovantes de pagamentos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis o direito de concessão, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao período de 10 de novembro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2A5-C07F-ADB5-83EC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2A5-C07F-ADB5-83EC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F2A5-C07F-ADB5-83EC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F2A5-C07F-ADB5-83EC

Hash do Documento

D11BA3BDBE3E8C9803A54FCBD2F66B25B7EBAD95EFD42E96321B2D7E5FFF0976

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

IDEA EMPREENDIMENTOS 32 LTDA.

NIRE: 35.229.715.043 - CNPJ/ME: 24.197.734/0001-70

10ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE POR AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, a saber: **(a) Idea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, conjunto 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.199.290/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.219.499.372, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu diretor **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho**, brasileiro, divorciado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG n° 24.575.806-9/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 273.435.958-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na sede da empresa que ora representa ("IDEA ZARVOS"); e **(b) REC Resi I Participações S.A.**, atual denominação social de **REC 2016 Empreendimentos e Participações I S.A.**, sociedade anônima com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 7º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.265.446/0001-79, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.494.270, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seus administradores **Ricardo Teruo Matsumoto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.331.918-5-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 337.675.578-78 e **Bruno Sampaio Greve**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.786.237-6-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 332.913.348-17, ambos com endereço comercial na sede da empresa que ora representam ("REC"); Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **Idea Empreendimentos 32 Ltda.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, sala 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.197.734/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.229.71504-3, resolvem entre si e, na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da Sociedade e deliberar sobre a transformação de seu tipo societário, mediante os seguintes termos e condições: **I. Transformação da Sociedade em Sociedade por Ações: 1.1.** As sócias, neste ato, aprovam, por unanimidade, a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada em sociedade por ações de capital fechado, nos termos do artigo 1.113 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), passando a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), bem como pelos termos e condições ora estabelecidos e indicados no correspondente Estatuto Social, constante do Anexo I deste instrumento. **1.2.** Em virtude da deliberação acima, fica aprovada, por unanimidade, a alteração da denominação social de **Idea Empreendimentos 32 Ltda**. para **Idea Empreendimentos 32 S.A.** ("Companhia"). **1.3.** Consignar que os jornais a serem utilizados para as publicações determinadas pela Lei das S.A. serão o "O Dia" e o "Diário Oficial do Estado de São Paulo". **1.4.** As atuais sócias, acima qualificadas, passarão à qualidade de acionistas da Companhia, e o capital social da Companhia, de R$10.000,00 (dez mil reais), permanecerá inalterado e passará a ser dividido em 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social atual. Cada quota de emissão da Sociedade passa a ser substituída por 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de emissão da Companhia, distribuídas entre as acionistas da seguinte maneira: **Acionistas • Ações Ordinárias • Valor • %; Idea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda.** • 200.000 • R$ 2.000,00 • 20%; **REC Resi I Participações S.A.** • 800.000 • R$ 8.000,00 • 80%; **Total** • 1.000.000 • R$ 10.000,00 • 100%. **II. Eleição dos Administradores: 2.1** Eleger, para compor a Diretoria da Companhia, para um mandado de 02 (dois) anos, os Srs. **Ricardo Teruo Matsumoto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.331.918-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 337.675.578-78 e **Bruno Sampaio Greve**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.786.237-6-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 332.913.348-17, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 7º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04538-905, para o cargo de Diretores A, e o Sr. **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho**, brasileiro, divorciado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG n° 24.575.806-9/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 273.435.958-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Natingui, 442, cj. 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, para o cargo de Diretor B. **2.2.** Os membros da Diretoria acima qualificados, presentes neste ato, declaram expressamente não estarem impedidos, por qualquer lei especial, de administrar sociedade mercantil, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, e são investidos nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse constantes do Anexo II deste instrumento. **2.3.** Salvo se deliberado de forma diferente em assembleia geral, a administração da Companhia não fará jus a remuneração. **III. Consolidação do Estatuto Social: 3.1.** As acionistas aprovam, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia, que deverá vigorar com a redação constante do Anexo I deste instrumento. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, tudo para que produza os seus efeitos legais. São Paulo, 30 de dezembro de 2021. **Idea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda. -** Luiz Felipe Fernaine de Carvalho. **REC Resi I Participações S.A. -** Ricardo Teruo Matsumoto, Bruno Sampaio Greve. Diretores Eleitos: **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho, Ricardo Teruo Matsumoto, Bruno Sampaio Greve.** Advogado Responsável: Eduardo Avila de Castro - OAB/SP nº 165.080. JUCESP nº 70.743/22-8 em 08/02/2022. NIRE Nº 3530058594-1.

Estatuto Social da Idea Empreendimentos 32 S.A. - (*em transformação*) - CNPJ nº: **24.197.734/0001-70** - NIRE: em fase de obtenção. **Denominação Social: 1. Idea Empreendimentos 32 S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto no presente estatuto social e pelas disposições regulamentares e legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") (a "Companhia"). **Sede: 2.** A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, sala 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, podendo manter filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social: 3.** A Companhia terá como objeto específico o desenvolvimento de uma Incorporação Imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, em terrenos situados na Rua André Fernandes, n.ºs175 e 187, visando à construção de empreendimento dividido em unidades autônomas, tendo ainda por objeto a compra, venda e locação de bens próprios, bem como a participação em outras sociedades comerciais ou civis, como sócia, acionista, consorciada ou associada e sob qualquer outra forma, de capital nacional ou estrangeiro. **Prazo: 4.** A Companhia durará pelo tempo necessário à consecução de seu objeto social e liquidação dos direitos e obrigações dele decorrentes. **Capital Social e Ações: 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 10.000,00 (dez mil reais)), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **Parágrafo 2º.** É assegurado o direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos do capital social da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável. **Parágrafo 3º.** É vedado aos acionistas caucionar ou, de qualquer forma, empenhar ou onerar as ações de sua titularidade, salvo em favor de outro acionista. **Parágrafo 4º.** Os acionistas obrigam-se a subscrever e integralizar todos e quaisquer aumentos de capital da Companhia na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, observadas as ressalvas previstas no acordo de acionistas da Companhia. **Parágrafo 5º** – A Companhia não possui partes beneficiárias em circulação e não poderá emitir partes beneficiárias. **Assembleias Gerais: 6**. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que houver necessidade. 7. A aprovação das matérias abaixo indicadas dependerá do voto favorável de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia: (a) a contratação, pela Companhia, de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, inclusive a outorga de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, incluindo fianças e avais, ou outros instrumentos que gerem dívidas para a Companhia, ressalvada a contratação de financiamento bancário para a construção do empreendimento que será desenvolvido pela Companhia, mediante a concessão de garantias que incluam o terreno onde será realizado o empreendimento, as acessões e benfeitorias e créditos decorrentes da alienação das unidades, que fica desde já autorizada pelos acionistas; (b) a alteração do objeto social da Companhia; (c) a alteração, modificação e revisão em percentual superior a 10% (dez por cento) do valor total, global e acumulado dos custos previstos na viabilidade econômica e financeira da Companhia aprovada anteriormente pelos acionistas; (d) aprovação, pela Companhia, de operações de transformação, cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações da ou pela Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária; (e) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia; (f) aumento ou redução de capital da Companhia; (g) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (h) aprovação da constituição de garantias ou caução das ações da Companhia; (i) celebração de contratos entre a Companhia e qualquer de suas Partes Relacionadas, exceto em caso de contrato de compartilhamento de custos; (j) deliberação sobre a distribuição de dividendos intermediários; (k) deliberação sobre a emissão pela Companhia de bônus de subscrição; e (l) a alteração do Estatuto Social da Companhia. **8.** Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral de Acionistas será sempre convocada pela Diretoria, através de anúncios publicados pela imprensa, conforme determinado em lei, deles devendo constar a ordem do dia, a data, a hora e o local em que a Assembleia Geral será realizada, as respectivas informações de contato para participação remota e a ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que já estiver disponível, a ser utilizada para embasar as matérias a serem discutidas na assembleia. **Parágrafo 1º.** Observadas as disposições legais aplicáveis, em especial aquelas relativas à publicação de anúncios de convocação, as convocações serão entregues a cada acionista com no mínimo 30 (trinta) dias corridos de antecedência à data prevista para a realização de Assembleia Geral Ordinária, 8 (oito) dias corridos de antecedência à data prevista para a realização de cada Assembleia Geral Extraordinária (para assembleias instaladas em primeira convocação) ou com antecedência de 5 (cinco) dias (para assembleias instaladas em segunda convocação). **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral de Acionistas será presidida pelo acionista escolhido pela maioria simples dentre os acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral de Acionistas será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 4º.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 8º, será considerada regular a Assembleia a que comparecerem todos os acionistas com direito a voto. **Parágrafo 5º** - Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, sendo então considerado presente à Assembleia, desde que este seja acionista ou advogado, e ao qual será obrigatoriamente outorgado mandato com os poderes específicos para tal ato, que deverá ser arquivado juntamente com a ata perante a Junta Comercial. **Parágrafo 6º** - Qualquer acionista poderá participar de uma Assembleia Geral remotamente, por meio de teleconferência, videoconferência ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da assembleia possam ouvir umas às outras, e tal participação constituirá presença física em tal assembleia. Uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, deverá ser enviada por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente e ao respectivo secretário da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, o qual deverá ficar arquivado na sede da Companhia. O acionista que participar remotamente assinará fisicamente, assim que possível, a lista de presença e a ata da assembleia. **Diretoria: 9.** A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores sendo 2 (dois) diretores indicados pela **REC** ("Diretores A") e 1 (um) diretor indicado pela acionista **Idea Zarvos** ("Diretor B"), com mandato por prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua eleição, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo**. A Assembleia Geral de Acionistas poderá criar outros cargos para a Diretoria da Companhia e designar as funções e atribuições específicas a eles. **10.** Os Diretores terão poderes para: (a) representar a Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; (b) administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, respeitadas as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (c) transigir, renunciar, entrar em acordo e assinar compromissos, assumir obrigações, investir fundos, adquirir, alienar, arrendar, hipotecar, penhorar ou, de outro modo, criar ônus sobre quaisquer outros ativos da Companhia, observadas as deliberações aprovadas tomadas em Assembleia Geral; (d) aprovar todas as medidas necessárias praticar atos comuns de natureza administrativa, financeira e econômica para o cumprimento do objeto social; (e) preparar as Demonstrações Econômico-Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, sendo responsável pela manutenção dos livros e registros societários, fiscais e contábeis da Companhia; (f) relatar aos acionistas sobre quaisquer litígios relevantes, assim como sobre quaisquer questões de conformidade, concernentes à Companhia. **Parágrafo 1º.** Sem prejuízo das competências estabelecidas no caput, acima, caberá aos Diretores a prática de todas as operações e atos relativos aos fins da Companhia, que deverá ser sempre representada: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e devidamente constituído; e c) isoladamente, por 1 (um) procurador, com poderes especiais e devidamente constituído. **Parágrafo 2º.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores em conjunto, devendo constar do instrumento de mandato os poderes conferidos e seu prazo de vigência, que nunca será superior a 12 (doze) meses, exceto quanto àqueles conferidos para a representação da Companhia em juízo. **11.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, Conselheiros, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias concedidas em favor de terceiros que não estejam vinculados ao objeto social da Companhia. **Conselho Fiscal: 12.** O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente, sendo instalado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei. **13.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal terá com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Demonstrações Financeiras: 14.** O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Primeiro**. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Segundo**. Em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre e em até 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício social da Companhia, os Diretores deverão preparar o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia e apresentá-los para aprovação dos acionistas. Com base no balanço patrimonial, balanço fiscal e demonstrações financeiras da Companhia para o trimestre então findo, os acionistas deverão aprovar a distribuição do fluxo de caixa líquido do período através de Assembleia Geral, obedecidas as disposições pertinentes ao patrimônio de afetação, se houver. **15**. Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **16.** O lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** 85% (oitenta e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** – A distribuição deverá ser realizada mediante assinatura de todos os instrumentos societários disponíveis, respeitadas as obrigações financeiras da Companhia, o presente Estatuto Social e o acordo de acionistas. **Parágrafo Segundo** – A distribuição do fluxo de caixa líquido será realizada proporcionalmente à participação dos acionistas na Companhia, observada a ressalva prevista no acordo de acionistas. **Parágrafo Terceiro** – As distribuições da Companhia deverão ser pagas em até 5 (cinco) dias úteis imediatamente subsequentes à Assembleia Geral que as delibere. **Transferência, Cessão e Liquidação de Participação Societária: 17.** Os acionistas obrigam-se a não transferir, direta ou indiretamente, gravar ou de qualquer forma onerar, total ou parcialmente quaisquer ações da Companhia de que forem titulares ou direitos decorrentes de tais ações sem a observância deste Estatuto e do acordo de acionistas. **Parágrafo Primeiro** – Toda e qualquer transferência, gravame ou oneração das ações da Companhia ou de qualquer direito à subscrição de ações da Companhia somente será válida se o potencial comprador celebrar um contrato que o vincule, integralmente e sem restrições, a este estatuto e ao acordo de acionistas, e desde que seja observado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo** – Caso qualquer dos acionistas deseje, direta ou indiretamente, transferir suas ações da Companhia, somente poderá fazê-lo se oferecer tais ações ao(s) outro(s) acionista(s), que terá(ão) o direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ofertadas nas mesmas condições da oferta. **Parágrafo Terceiro** - A oferta para o exercício do direito de preferência de que trata o parágrafo segundo, acima, deverá ser efetuada nos termos ajustados pelos acionistas no acordo de acionistas, observadas, também, as regras lá ajustadas sobre venda conjunta. **Parágrafo Quarto** - Não se aplicam as disposições sobre este Artigo 17, na hipótese de um acionista pretender transferir a totalidade ou parte de suas ações para uma sociedade controlada pelo ou afiliada do respectivo acionista. Neste caso, deverá notificar os demais acionistas da Companhia com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à operação, apresentando documentos que atestem de forma satisfatória a qualidade de afiliadas ou de controle envolvendo as sociedades envolvidas na transferência, sob pena de ter declarada sua invalidade. **Resolução de Conflitos: 18.** Qualquer litígio ou divergência entre os acionistas, oriundos e/ou relativos ao presente Estatuto Social e/ou ao acordo de acionistas que não possa ser solucionado amigavelmente dentro de um prazo de 30 (trinta) dias será definitivamente resolvido por meio de arbitragem ("Arbitragem"), conforme previsto pela Lei 9.307/96. **Parágrafo Primeiro -** A Arbitragem será instituída e processada de acordo com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("Regulamento"), servindo este Artigo como cláusula compromissória para efeito do que dispõe o parágrafo 1° do artigo 4° da Lei nº 9.307/96. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá. **Parágrafo Segundo -** O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo à REC e a IDEA ZARVOS a escolha de um árbitro. Os árbitros indicados pelas partes deverão escolher em conjunto o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral. Se qualquer das partes deixar de indicar árbitro no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento de comunicado para tanto, o Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("Presidente da Câmara") deverá fazer tal nomeação no prazo máximo de 10 (dez) dias. Da mesma forma, caso os árbitros indicados não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro árbitro no prazo de 10 (dez) dias contado da data da nomeação do segundo árbitro, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da data em que se verificar o impasse. A arbitragem ora pactuada prosseguirá normalmente no caso de revelia de qualquer parte. **Parágrafo Terceiro -** A arbitragem instaurada nos termos deste Artigo deverá ser apreciada e decidida exclusivamente com base nas leis da República Federativa do Brasil. Os procedimentos de arbitragem serão realizados em português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Quarto -** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos deste Artigo deverá ser arcada em partes iguais por cada uma das partes envolvidas na disputa, ficando aqui acordado, entretanto, que cada parte envolvida será responsável pelo pagamento de seus próprios custos, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros. **Parágrafo Quinto -** Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo extrajudicial vinculante das partes e de seus sucessores, que se obrigam a cumprir o determinado na sentença arbitral, independentemente de execução judicial. **Parágrafo Sexto -** Não obstante o disposto nos parágrafos acima, cada parte permanece com o direito de requerer medidas judiciais para (a) obter quaisquer medidas cautelares, liminares ou outras 'medidas de urgência' que se façam necessárias previamente à instauração do procedimento de arbitragem e tal medida não será interpretada como uma renúncia do procedimento arbitral pelas partes; e (b) para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo arbitral final. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do procedimento arbitral, as partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Lei Aplicável: 19.** A Lei nº 6.404/76 deverá ser aplicável a todas as matérias em relação às quais o presente Estatuto Social for omisso ou obscuro. Em caso de conflito entre as disposições da lei e deste estatuto, prevalecerá o quanto disposto neste estatuto. **Disposições Gerais: 20**. Observadas às exceções legais aplicáveis, todas as comunicações entre os acionistas e Diretores previstas neste Estatuto Social, tais como convocações, notificações, dentre outras, deverão ser encaminhadas através de meio escrito ou eletrônico de mensagem, desde que passível a comprovação do recebimento pelo destinatário. 21. A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **22.** Caso a Companhia venha a obter registro de companhia aberta sob a categoria A, a Companhia se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa. Advogado Responsável: Eduardo Avila de Castro - OAB/SP nº 165.080.

IDEA EMPREENDIMENTOS SPE 26 LTDA.

NIRE: 35.227.011.782 - CNPJ/ME: 17.093.835/0001-36

11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE POR AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, a saber: **(a) IDea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, conjunto 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.199.290/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.219.499.372, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu diretor **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho**, brasileiro, divorciado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG n° 24.575.806-9/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 273.435.958-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na sede da empresa que ora representa ("IDEA ZARVOS"); e **(b) REC Resi I Participações S.A.**, atual denominação social de **REC 2016 Empreendimentos e Participações I S.A.**, sociedade anônima com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 7º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.265.446/0001-79, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo- JUCESP sob o NIRE 35.300.494.270, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seus administradores **Ricardo Teruo Matsumoto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.331.918-5-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 337.675.578-78 e **Bruno Sampaio Greve**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.786.237-6-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 332.913.348-17, ambos com endereço comercial na sede da empresa que ora representam ("REC"); Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **Idea Empreendimentos SPE 26 Ltda.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, cj 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.093.835/0001-36 e com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.227.011.782 ("Sociedade"), resolvem entre si e, na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da Sociedade e deliberar sobre a transformação de seu tipo societário, mediante os seguintes termos e condições: **I. Transformação da Sociedade em Sociedade por Ações: 1.1.** As sócias, neste ato, aprovam, por unanimidade, a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada em sociedade por ações de capital fechado, nos termos do artigo 1.113 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), passando a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), bem como pelos termos e condições ora estabelecidos e indicados no correspondente Estatuto Social, constante do Anexo I deste instrumento. **1.2.** Em virtude da deliberação acima, fica aprovada, por unanimidade, a alteração da denominação social de **Idea Empreendimentos SPE 26 Ltda**. para **Idea Empreendimentos SPE 26 S.A.** ("Companhia"). **1.3.** Consignar que os jornais a serem utilizados para as publicações determinadas pela Lei das S.A. serão o "O Dia" e o "Diário Oficial do Estado de São Paulo". **1.4.** As atuais sócias, acima qualificadas, passarão à qualidade de acionistas da Companhia, e o capital social da Companhia, de R$ 10.000,00 (dez mil reais), permanecerá inalterado e passará a ser dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social atual. Cada quota de emissão da Sociedade passa a ser substituída por 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de emissão da Companhia, distribuídas entre as acionistas da seguinte maneira: **Acionistas • Ações Ordinárias • Valor • %; Idea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda.** • 2.000 • R$ 2.000,00 • 20%; **REC Resi I Participações S.A.** • 8.000 • R$ 8.000,00 • 80%; **Total** • 10.000 • R$ 10.000,00 • 100%. **II. Eleição dos Administradores: 2.1**. Eleger, para compor a Diretoria da Companhia, para um mandado de 02 (dois) anos, os Srs. **Ricardo Teruo Matsumoto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.331.918-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 337.675.578-78 e **Bruno Sampaio Greve**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.786.237-6-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 332.913.348-17, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 7º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04538-905, para o cargo de Diretores A, e o Sr. **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho**, brasileiro, divorciado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG n° 24.575.806-9/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 273.435.958-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Natingui, 442, cj. 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, para o cargo de Diretor B. **2.2.** Os membros da Diretoria acima qualificados, presentes neste ato, declaram expressamente não estarem impedidos, por qualquer lei especial, de administrar sociedade mercantil, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, e são investidos nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse constantes do Anexo II deste documento. **2.3.** Salvo se deliberado de forma diferente em assembleia geral, a administração da Companhia não fará jus a remuneração. **III. Consolidação do Estatuto Social: 3.1.** As acionistas aprovam, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia, que deverá vigorar com a redação constante do Anexo I deste instrumento. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, tudo para que produza os seus efeitos legais. São Paulo, 30 de dezembro de 2021. **Idea Zarvos Planejamento Imobiliário Ltda. -** Luiz Felipe Fernaine de Carvalho. **REC Resi I Participações S.A. -** Ricardo Teruo Matsumoto, Bruno Sampaio Greve. Diretores Eleitos: **Luiz Felipe Fernaine de Carvalho, Ricardo Teruo Matsumoto; Bruno Sampaio Greve.** Advogado Responsável: Eduardo Avila de Castro - OAB/SP nº 165.080. JUCESP nº 67.125/22-0 em 04/2/2022. NIRE nº 3530058580-1.

Estatuto Social da Idea Empreendimentos SPE 26 S.A. - CNPJ nº: 17.093.835/0001-36 - NIRE: em fase de obtenção. **Denominação Social: 1. Idea Empreendimentos SPE 26 S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto no presente estatuto social e pelas disposições regulamentares e legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") (a "Companhia"). **Sede: 2.** A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Natingui, 442, sala 8, Vila Madalena, CEP 05443-000, podendo manter filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social: 3.** A Sociedade terá como objeto específico o desenvolvimento de uma Incorporação Imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no imóvel objeto da matrícula 101598, do 13º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, localizado nas Rua João Alberto Moreira 95 e Rua Professor Nicolau de Morais Barros 233, no 20º Subdistrito, Jardim América, visando à construção de empreendimento dividido em unidades autônomas, tendo ainda por objeto a compra, venda e locação de bens próprios, bem como a participação em outras sociedades comerciais ou civis, como sócia, acionista, consorciada ou associada e sob qualquer outra forma, de capital nacional ou estrangeiro. **Prazo: 4.** A Companhia durará pelo tempo necessário à consecução de seu objeto social e liquidação dos direitos e obrigações dele decorrentes. **Capital Social e Ações: 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **Parágrafo 2º.** É assegurado o direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos do capital social da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável. **Parágrafo 3º.** É vedado aos acionistas caucionar ou, de qualquer forma, empenhar ou onerar as ações de sua titularidade, salvo em favor de outro acionista. **Parágr

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/03F9-5C03-9D5A-B43B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 03F9-5C03-9D5A-B43B

Hash do Documento

A9F588CC29772C623DAAA7E4CE4AD5C790147D507E7577C0F92B966A588B1A6F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CERTIFICADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 15.761.956/0001-83

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99	66
Contas a receber de clientes		170	331
Tributos sobre o lucro a recuperar		249	67
Outros tributos a recuperar	5	324	327
Outros créditos	6	160	246
Outros valores e bens		-	8
		1.002	**1.045**
Não circulante			
Ativo fiscal diferido	17	24	106
		24	**106**
Imobilizado	7.a	698	1.756
Intangível	7.b	953	1.487
		1.651	**3.243**
Total do ativo		**2.677**	**4.394**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Contas a pagar	8	861	1.858
Tributos a recolher	9	1.176	385
Arrendamentos	11	217	488
Obrigações trabalhistas e sociais	12	336	351
		2.590	**3.082**
Não circulante			
Arrendamentos	11	145	1.059
Provisão para contingências	13	71	313
		216	**1.372**
Patrimônio líquido			
Capital social	14	3.739	3.739
Reservas de capital		1.712	1.712
Prejuízos acumulados		(5.580)	(5.511)
		(129)	**(60)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.677**	**4.394**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	2021	2020
Receita bruta da atividade		9.272	10.517
(-) Impostos Diretos		(1.321)	(1.499)
Receita operacional líquida		**7.951**	**9.018**
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	15	(9.276)	(9.004)
Outras receitas e despesas operacionais	16	1.817	(316)
Despesa de provisão para perdas esperadas		(82)	(17)
		(7.541)	**(9.337)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**410**	**(319)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		(151)	10
Despesas financeiras		(246)	(331)
		(397)	**(321)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**13**	**(640)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(82)	106
		(82)	**106**
Prejuízo do exercício		**(69)**	**(534)**
(Prejuízo) por ação		(25,7209)	(196,5659)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social: Capital subscrito	Reserva de Capital: Ágio na integralização de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**1**	**1.600**	**(4.977)**	**(3.376)**
Aumento de capital	14	3.738	112	-	**3.850**
Prejuízo do período		-	-	(534)	**(534)**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**3.739**	**1.712**	**(5.511)**	**(60)**
Saldos em 01 de janeiro de 2021		**3.739**	**1.712**	**(5.511)**	**(60)**
Prejuízo do período		-	-	(69)	**(69)**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**3.739**	**1.712**	**(5.580)**	**(129)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(69)**	**(534)**
Ajustes para:		
Depreciações/Amortizações	794	988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82	(106)
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	82	17
Provisão/(Reversão) para processos judiciais	(242)	313
Despesas (receitas) financeiras líquidas	103	160
	750	**838**
Variação nos ativos e passivos:		
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	161	(137)
(Aumento)/Diminuição em tributos	(179)	(345)
(Aumento)/Diminuição em outros créditos	87	(68)
(Aumento)/Diminuição em outros valores e bens	8	1
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	(997)	(3.193)
Aumento/(Diminuição) em outros tributos	791	(35)
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	(15)	55
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**606**	**(2.884)**
Juros pagos	(117)	(109)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**489**	**(2.993)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) no imobilizado (nota explicativa nº 11)	(3)	(91)
(Aquisição) no Intangível (nota explicativa nº 11)	-	(324)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(3)**	**(415)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	3.850
Aumento/(Diminuição) em arrendamentos	(453)	(388)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**(453)**	**3.462**
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**33**	**54**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	66	12
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	99	66
	33	**54**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. ("Certificadora") é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispostos no Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores. **A Certificadora tem por objeto social:** • Exercer as atividades de assessoria e consultoria na originação, cessão, aquisição, cobrança, monitoramento e fiscalização de contratos e promessas de compra e venda de imóveis, bem como de títulos e/ou certificados representativos dos referidos instrumentos; • Participar no capital de outras empresas, inclusive de companhias securitizadoras de créditos imobiliários, como sócia, acionista ou quotista; e • Prestar serviços de: (i) Guarda de documentos, agente registrador e custodiante de títulos e/ou certificados representativos de créditos imobiliários; (ii) Proteção e defesa dos direitos e interesses de investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, agente fiscalizador ou demais funções que tenham por objeto o mesmo fim; e (iii) Cobrança extrajudicial e recebimento de créditos imobiliários. A Certificadora atualmente sediada na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 99 – 13º andar na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Certificadora. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Certificadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. **b. Receitas de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Certificadora reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. **c. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Certificadora compreendem receita de juros, despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. **e. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). ***(ii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de comunicação e outros	10 anos

f. Ativos intangíveis - ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Certificadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os outros ativos são representados por softwares não desenvolvidos internamente. ***(ii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado e considera 5 anos de vida útil. **g. Capital social:** É constituído por ações ordinárias e preferenciais. **h. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Certificadora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. ***Como arrendatário:*** A Companhia é arrendatária de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Arrendamentos", que corresponde ao total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica "Resultado Financeiro – despesas financeiras". **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por saldos bancários mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha no montante de R$ 99 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 66 – 2020).

5. Tributos a recuperar - Outros tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte a compensar	1	110
Impostos a recuperar sobre faturamento	206	136
Impostos a recuperar sobre arrendamento	117	81
	324	**327**

6. Outros créditos	2021	2020
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	27	39
Adiantamento de lucros	133	133
Reembolsos a receber	-	74
	160	**246**

7. Imobilizado e Intangível - a. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Equipamentos de comunicação e outros	Direito de Uso de imóvel	Total
Taxas anuais de depreciação	10%	20%	20%	10%	20%	
Saldo em 01/01/2020	**134**	**186**	**296**	**27**	**1.886**	**2.529**
Adições	53	-	36	2	**159**	**250**
Saldo em 31/12/2020	**187**	**186**	**332**	**29**	**2.045**	**2.779**
Saldo em 01/01/2021	**187**	**186**	**332**	**29**	**2.045**	**2.779**
Adições	1	-	-	2	-	**3**
Baixas	-	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Saldo em 31/12/2021	**188**	**186**	**332**	**31**	**380**	**1.117**
Depreciação						
Saldo em 01/01/2020	**(20)**	**(22)**	**(147)**	**(6)**	**(314)**	**(509)**
Despesa de depreciação	(19)	(36)	(45)	(3)	(411)	**(514)**
Saldo em 31/12/2020	**(39)**	**(58)**	**(192)**	**(9)**	**(725)**	**(1.023)**
Saldo em 01/01/2021	**(39)**	**(58)**	**(192)**	**(9)**	**(725)**	**(1.023)**
Despesa de depreciação	(18)	(36)	(46)	(3)	(155)	**(258)**
Baixas	-	-	-	-	862	**862**
Saldo em 31/12/2021	**(57)**	**(94)**	**(238)**	**(12)**	**(18)**	**(419)**
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2021	**131**	**92**	**94**	**19**	**362**	**698**
Saldo em 31/12/2020	**148**	**128**	**140**	**20**	**1.320**	**1.756**

b. Intangível

	Softwares de terceiros	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Custo		
Saldo em 01/01/2020	**2.355**	**2.355**
Adições	324	324
Saldo em 31/12/2020	**2.679**	**2.679**
Saldo em 01/01/2021	**2.679**	**2.679**
Adições	-	-
Saldo em 31/12/2021	**2.679**	**2.679**
Amortização		
Amortização acumulada em 01/01/2020	**(678)**	**(678)**
Despesa de amortização	(514)	(514)
Amortização acumulada em 31/12/2020	**(1.192)**	**(1.192)**
Amortização acumulada em 01/01/2021	**(1.192)**	**(1.192)**

Continua...

...continuação

	Softwares de terceiros	Total
Despesa de amortização	(534)	(534)
Amortização acumulada em 31/12/2021	**(1.726)**	**(1.726)**
Saldo contábil		
Saldo contábil em 31/12/2021	**953**	**953**
Saldo contábil em 31/12/2020	**1.487**	**1.487**

8. Contas a pagar	2021	2020
Fornecedores	115	1.756
Partes relacionadas	746	102
	861	**1.858**

9. Tributos a recolher	2021	2020
Encargos sobre salários	284	225
Impostos sobre serviços prestados por terceiros	4	3
Impostos próprios a recolher	888	157
	1.176	**385**

10. Partes relacionadas: A Certificadora mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Transação	Parte relacionada	Relação	(Passivos) 2021	(Passivos) 2020	(Despesas) 2021	(Despesas) 2020
Contrato de mútuo	Captalys Companhia de Crédito S.A.	Controlada	746	102	76	22
		Total	**746**	**102**	**76**	**22**

11. Arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a Certificadora possuía contrato de arrendamento referente a imóvel utilizado para suas atividades administrativas. O saldo do passivo de arrendamento estava assim composto:

Vencimentos	Encargos	2021	2020
01/03/2024	IGP-M	-	1.547
01/09/2023	IGP-M	362	-
		362	**1.547**
Circulante		217	488
Não circulante		145	1.059
Total		**362**	**1.547**

O fluxo do passivo de arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	2021	2020
2021	-	488
2022	217	488
2023	145	489
2024	-	82
Total	**362**	**1.547**

12. Obrigações trabalhistas e sociais: Composto por férias a pagar e encargos sociais sobre férias no montante de R$ 336 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 351 em 2020).

13. Provisão para contingências - a. Contingências prováveis: Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para contingências cíveis classificada como provável estava reconhecida no montante de R$ 71 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 313 - 2020) relativa a ações movidas por mutuários na aquisição de imóveis intermediadas por empresas de loteamentos e empreendimentos imobiliários envolvendo pedidos de restituições de valores, rescisões de contratos e acordos de negociação. **b. Contingências possíveis:** A Certificadora não possuía ações de risco possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **14. Patrimônio líquido - Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 3.739 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 3.739 – 2020) sendo 2.712 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 4 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de dezembro de 2020 aprovou o aumento de capital da Certificadora no montante de R$ 3.738, com a emissão de 1.470 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia.

15. Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Despesas de Pessoal	(4.889)	(4.749)
Despesas tributárias	(161)	(36)
Ocupação	(241)	(270)
Utilidades e serviços	(173)	(190)
Serviços terceiros – Pessoas Jurídicas	(2.324)	(1.914)
Depreciações e amortizações	(794)	(988)
Despesas gerais	(678)	(838)
Despesas com viagens	(16)	(19)
	(9.276)	**(9.004)**

16. Outras receitas/(despesas) operacionais	2021	2020
Recuperação de despesas	-	47
Receita com estruturação de operação financeira e outras fontes	1.760	-
Reversão de demandas judiciais	242	-
Brindes e doações indedutíveis	(185)	(50)
Despesas com demandas judiciais	-	(313)
	1.817	**(316)**

17. Imposto de renda e contribuição social - Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Ativos fiscais diferidos	2019	Realização	Adições	2020
Provisão para contingências	-	-	106	106
	-	**-**	**106**	**106**
Impacto líquido no resultado	**-**	**-**	**106**	**106**

	2020	Realização	Adições	2021
Provisão para contingências	106	(82)	-	24
	106	**(82)**	**-**	**24**
Impacto líquido no resultado	**-**	**(82)**	**-**	**(82)**

18. Eventos subsequentes: A Certificadora até a data da emissão das demonstrações financeiras, não identificou nenhum evento subsequente para divulgação.

Fernando Maia de Oliveira Cruz - Diretor Responsável **Irko Organização Contábil** - CRC 2SP002684/O-3
Flávio Luque Bastos - Contador CRC 1SP174452/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A0ED-FB02-F933-7B56.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A0ED-FB02-F933-7B56.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A0ED-FB02-F933-7B56 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A0ED-FB02-F933-7B56

Hash do Documento

72A501A66ACE22A274165E1F5FCD2B6189BAFA844CB70732C10D0DFCB70924F4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 14/04/2022 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00